



# PET BOOK



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pet book: Pet SSO UFSC 30 anos - luta e resistência.  
[livro eletrônico]/[organização Sirlândia  
Schapp, Eduardo Lima, Mariene Rocha da  
Silva. -- São Borja, RS : Editora CEEINTER, 2022.  
PDF

Bibliografia

ISBN 978-65-86114-15-7

1. Colonização do Brasil. 2. Questão  
social. 3. Serviço Social. 4. Questão racial.  
I. Schappo, Sirlândia. II. Lima, Eduardo. III.  
Silva, Mariene Rocha da.

22-002

CDD-361.305981

Índices para catálogo sistemático:

Serviço Social: 361.305981

Kethllen Barroso Martins - Bibliotecária - CRB-11/760  
AM





**CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES - CEEINTER**

CNPJ: 30.704.187/0001-75

Sede: Rua Olinto Arami Silva, n 494, sala 02 - Centro.

CEP: 97.670-000 São Borja/RS - Brasil

Editor-chefe: Ewerton da Silva Ferreira

Conselho Editorial

Dra. Lisiane Sabedra Ceolin - Brasil

Dra. Jaqueline Quadrado Carvalho - Brasil

Dra. Jenny González Muñoz - Venezuela

Dra. Silvina Ines Merenson - Argentina

Dr. Emiliano Carretero Morales - Espanha

Dr. Alberto Elisvatsku - Argentina

Dr. Pablo Luiz Martins - Brasil

Dra. Dália Maria de Sousa Gonçalves da Costa - Portugal

Dra. Rita de Cássia Grecco dos Santos - Brasil

Diagramação e projeto Gráfico

Felipe Ziembowicz Schreiner

Os autores respondem individualmente pelos capítulos publicados na presente obra.

## **ORGANIZADORES**

Sirlândia Schappo  
Eduardo Lima  
Mariene Rocha da Silva

## **Colaboradoras Egressas**

Profa. Dra. Mariana Pfeifer  
Esp. Claudia da Silva Burgos  
Graduanda Gisela Julia Moraes Willwock

## **Colaboradores/as**

Alisson Sene  
Brenda Marques Figueiredo  
Carolina Do Prado Borsatti  
David Da Silva Anjos  
Gabriela Marin Buono  
Harissa Carolina Kimura  
Jannay Roslayne Mendes  
Laura Pacheco Alves  
Maria Eduarda Dimon

# SUMÁRIO

<b>Apresentação.....</b>	<b>6</b>
<b>Linha temporal de tutoras.....</b>	<b>10</b>
Tutora Profa. Catarina Maria Schmickler.....	10
Tutora Profa. Vera Maria Ribeiro Nogueira.....	14
Tutora Profa. Maria Del Carmem.....	20
Tutora Profa. Vânia Maria Manfroi.....	26
Tutora Profa. Simone Sobral Sampaio.....	32
Tutora Profa. Rubia dos Santos Ronzoni.....	38
Tutora Profa. Mariana Pfeifer Machado.....	44
Tutora Profa. Sirlândia Schappo.....	50
<b>Petianas/os egressos do programa.....</b>	<b>57</b>
<b>Seção de textos.....</b>	<b>61</b>
O PET Serviço Social da UFSC: Construindo experiências e fortalecendo formações:.....	62
O programa de egressos da medida socioeducativa de internação.....	75
Trabalho infantil e seus impactos na violação dos direitos das crianças e adolescentes.....	88
Reflexões sobre a “questão social” e o racismo no Brasil.....	98
O suporte das políticas sociais para as famílias com cuidados domiciliares: Um estudo das legislações municipais.....	10
Breve relato de experiência de intercâmbio na UNC-AR.....	122
Reflexão sobre o filme “Milk, a voz da igualdade” - por Teresa Kleba.....	125
Uma análise da realidade dos jovens na pandemia a partir do documentário a conta fica para a juventude.....	129
Política social e cultura política em Santa Catarina: Uma reflexão sobre o cotidiano profissional dos assistentes sociais.....	135
É na luta que a gente se encontra: A atuação do coletivo negro Magali da Silva Almeida no contexto da pandemia de covid19.....	151
O papel da formação profissional na conformação de uma imagem condizente com suas diretrizes.....	161
PET/Serviço Social: Entre a construção utópica e a realidade possível.....	169
Gestão e planejamento: O projeto de comemoração aos 30 anos do grupo PET Serviço Social da UFSC desenvolvido pela comissão de secretaria.....	178
<b>Considerações finais.....</b>	<b>183</b>

# APRESENTAÇÃO

As comemorações sobre histórias acadêmicas afloram um conjunto de sentimentos, reflexões, nostalgias, reconhecimentos, entre outras questões que nos fazem perceber a importância de uma construção coletiva em que contribuem diversos sujeitos. É nesse mosaico de percepções que comemoramos em 2022 os 30 anos do PET Serviço Social – UFSC e apresentamos aqui parte de sua história, lembrando atividades de ensino, pesquisa e extensão e suas contribuições para a formação e qualificação profissional, bem como suas lutas e resistências. Uma história cuja magnitude e significância dificilmente poderia ser abarcada em algumas páginas de um livro, apesar do esforço e dedicação daqueles que colaboraram para sua construção.

O PET Serviço Social - UFSC foi implantado em dezembro de 1991 e iniciou suas atividades em 1992, sendo um dos primeiros grupos constituídos nesta universidade. A primeira tutora e uma de suas idealizadoras foi a professora Catarina Maria Schmickler (Portaria 133/PRPG/92), seguida por outras sete mulheres que assumiram sucessivamente os desafios e possibilidades da tutoria: Vera Maria Nogueira, Maria Del Carmen Cortizo, Vania Maria Manfroi, Simone Sobral Sampaio, Rúbia dos Santos Ronzoni, Mariana Pfeifer Machado e Sirlândia Schappo.

No Brasil, o Programa já existia desde 1979, inicialmente denominado Programa Especial de Treinamento e vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Na UFSC a implantação deu-se sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, sendo o primeiro Grupo PET criado foi o de Metrologia e Automação em 1980, seguido pelo PET Direito, em 1984. Os próximos Grupos criados foram no ano de 1991: os de Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Matemática, Serviço Social e Engenharia Elétrica<sup>1</sup>. No final de 1999, o Programa foi transferido para a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação. Em 2004, o PET passou a ser denominado como Programa de Educação Tutorial<sup>2</sup>. Com essas alterações, no âmbito da Universidade também ocorreram algumas alterações, inicialmente era vinculado à Pró-reitoria de Pós-graduação e, posteriormente, à Pró-reitoria de Graduação.

O Programa em diferentes contextos históricos têm contribuído, assim como outros PETs em seus respectivos cursos, para a qualificação da formação no ensino de graduação em Serviço Social da UFSC. Seus aportes são expressos na preparação de estudantes para a pós-graduação e na formação acadêmica ampla, baseada nos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social, a partir dos eixos ensino, pesquisa e extensão. A interdisciplinaridade, a cooperação, o trabalho coletivo, a autonomia que proporciona aos seus bolsistas no desenvolvimento de atividades, o planejamento e a execução das atividades do grupo sob a tutoria de uma professora são bases para a consolidação e relevância do Programa. Sendo

1 ELY, Vera Helena Moro Bins. PIREES, Giovani, De Lorenzi (orgs). Do treinamento à Educação Tutorial: o PET na UFSC (1980-2007). Florianópolis: UFSC, 2007.

2 BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. Manual de Orientações – PET. Brasília: 2006.

que um de seus principais diferenciais é a qualificação não apenas dos bolsistas, mas dos demais estudantes do curso e de áreas afins, assim como de outros sujeitos que participam, colaboram ou partilham de suas atividades acadêmicas. As experiências no Programa são ainda acalentadas por sujeitos, formações, perspectivas e interesses diversos, constituindo um espaço pedagógico propício para reflexões, construções e tensões, fundamentais para o exercício da tolerância e do respeito às diferenças.

Reconhecer e registrar a história dos 30 anos de um Programa com tamanha magnitude constitui um elemento primordial para a construção e reconstrução dessa trajetória e dos processos de aprendizagem nela inseridos, desde os tempos longínquos, aos atuais e futuros. O cuidado e a construção do memorial dos 30 anos tiveram início no ano de 2021, contando com a colaboração da tutora na época profa. Mariana Pfeifer e dos/as bolsistas que integravam a Comissão da Secretaria do PET: Mariene Rocha da Silva, Cláudia Burgos da Silva, Gisela Júlia Moraes Willcock e Eduardo Lima.

O projeto “30 anos PET/SSO” foi iniciado em 2021.1, com diversas ações elencadas para a comemoração em 2022, identificando, coletando e pesquisando arquivos, fotos e registros documentais. Nessas buscas a comissão se colocou à procura de petianos/as egressos - via redes sociais para sustentar vínculos destes/as para com o Programa, propondo uma comemoração cuja construção seja participativa. O Instagram e o Facebook se mostraram importantes ferramentas para a aproximação com os petianos/as egressos/as do curso, possibilitando o contato rápido e eficiente, de modo a coletar as informações necessárias para a atividade. A comissão participou da edição n. 08 do Jornal do PET/SSO, publicada em abril de 2021, com um texto acerca dos 30 anos do PET/SSO, intitulado de “Viagem no Tempo: o mistério por trás dos 30 anos”. Ainda, encaminhou ao Encontro Nordeste dos Grupos do Programa de Educação Tutorial (ENEPET), de 2021, um resumo expandido, também referente aos 30 anos do PET/SSO, denominado de “GESTÃO E PLANEJAMENTO: o projeto de comemoração aos 30 anos do Grupo PET Serviço Social da UFSC desenvolvido pela Comissão de Secretária”. Foi elaborado ainda um selo comemorativo dos 30 anos. Entre as atividades propostas pela Comissão responsável pelo projeto, encontrava-se também a publicação de um e-book Comemorativo.

Com o intuito de dar continuidade a esse trabalho, sob nova tutoria, sendo esta assumida pela professora Sirlândia Schappo em 28 de março de 2022, o grupo elencou diversas atividades de comemoração dos 30 anos do PET no Planejamento 2022. Entre elas encontra-se um minicurso sobre o PET e sua história, uma exposição de fotografias - na qual poderão ser expostos também projetos de pesquisa e extensão feitos ao longo desses 30 anos e um mural histórico, para cada tutora e suas respectivas turmas que já passaram pelo PET. Também está prevista uma Mesa Redonda com a presença de ex-tutoras, e o lançamento do e-book comemorativo. Posteriormente, surgiram ainda em 2022 a proposta de elaboração de um trabalho para o ENAPET, sendo uma pesquisa coletiva documental sobre a temática. Em 2022, a Comissão foi composta pela tutora e os/as petianos/as Mariene Rocha da Silva e Eduardo Lima. Também passaram a compor a comissão a partir de junho de 2022 as petianas Alisson

Lessa Mariano, Carolina do Prado Borsatti e Jannay Roslayne Mendes.

O e-book comemorativo é assim resultado de uma construção coletiva, na qual destacamos ainda a contribuição de ex-tutoras e outros professores do Departamento de Serviço Social da UFSC que auxiliaram neste processo identificando datas, arquivos sujeitos, fotos, falas e contribuindo com suas percepções, significações e lembranças em relação ao Programa. Destacam-se ainda todos aqueles/as que se dispuseram a socializar aqui os conhecimentos produzidos, as reflexões suscitadas e compartilhadas. Cabe agradecer assim a todos/as que de uma forma ou de outra encontram-se aqui presentes!

A estrutura do trabalho conta com uma primeira seção que traz a linha do tempo, apresentando cada uma das ex-tutoras e tutora atual, identificando os períodos históricos em que cada uma delas assumiram a função de tutoria, abrangendo diferentes contextos que fizeram e fazem parte do PET Serviço Social da UFSC, desde o seu surgimento até a atualidade. Em cada período elencamos algumas das atividades realizadas pelo grupo, cartazes, folhetos, frases ou falas das respectivas tutoras, assim como algumas fotos de atividades e de integrantes do PET registradas em cada época. Para esta seção foram fundamentais os exercícios de memória de ex-tutoras e ex-bolsistas e outros/as colaboradores/as identificando datas, registros, atividades e fotos dos períodos dos quais compartilharam dessas experiências. A seção conta ainda com percepções da tutora e de ex-tutoras com um breve depoimento sobre a participação delas nestes 30 anos do PET. Nesta primeira seção, contamos também com a colaboração dos atuais bolsistas do PET na identificação e descrição das principais atividades desenvolvidas em cada um dos períodos, o que se deu por meio de uma pesquisa documental em Relatórios, Planejamentos, Currículos, fotos e outros materiais pertinentes ao Programa.

Na segunda seção são apresentados os nomes de egressos do PET Serviço Social da UFSC, nela consta a lista de ex-petianos/as que foram identificados pelos integrantes da Comissão da Secretaria do PET durante o ano de 2021. São ex-bolsistas que contribuíram para a construção desta história, cada um com seu jeito de ser e de fazer, cada um com suas diferenças, crenças, saberes e identidades. O projeto “30 anos PET/SSO” iniciado em 2021.1, realizou entre suas ações propostas a identificação dos egressos do Programa. Para tanto, foram realizadas coletas de dados, pesquisas em arquivos, fotos e registros documentais, assim como a procura via redes sociais, em especial pelo e-mail, Instagram e Facebook. A partir dessas buscas, foram identificados diversos ex-bolsistas, cujos nomes encontram-se no site do PET, no link Memorial – Petianos Egressos. Considerando que este foi um trabalho de busca, talvez alguns ex-petianos/as podem não encontrar seus nomes nesta segunda seção do e-book, caso isso ocorra, sugerimos que os mesmos entrem em contato com o PET Serviço Social para solicitar a inclusão de seus nomes na lista que consta no site do Programa.

A terceira seção agrega um conjunto de textos inéditos ou já publicados em outros tempos e em outros meios em que se encontram entre seus autores/as petianos/as, tutoras, ex-petianos/as e ex-tutoras. Também consta entre os textos, uma sistematização das reflexões de uma das convidadas de um dos CinePet. O objetivo desta



seção é publicizar parte dos saberes e produções acadêmicas oriundas ou legadas de experiências no PET, assim como de contribuir com os registros históricos do Programa. São apresentados ainda diversos tipos de textos, pesquisas, análises e reflexões desenvolvidas no período em que o autor/a permaneceu no PET ou posterior a este período, agregando informações históricas, percepções, relatos de experiências, pesquisas coletivas e individuais, reflexões a partir de documentários, assim como textos mais atuais sobre temáticas pertinentes ao Serviço Social.

A última parte apresenta as considerações finais, traçando algumas reflexões e considerações que buscam instigar o leitor a referendar a importância do Programa, convidando-o a dar continuidade à essa história de lutas, resistências e conquistas que fazem diferença no âmbito da universidade pública, gratuita e que se reflete em uma formação com qualidade.

É com os corações aquecidos no findar do frio outono de 2022 que convidamos você leitor/a a conhecer, reconhecer-se ou instigar-se a fazer parte dessa história!

Profa. Dra. Sirlândia Schappo  
Tutora e Ex-bolsista do PET Serviço Social da UFSC

Mariene Rocha da Silva  
Bolsista do PET Serviço Social da UFSC

Eduardo Lima  
Bolsista do PET Serviço Social da UFSC



**Fotografia 1: Tutora Profa. Catarina Maria Schmickler**  
**Período de 04/1992-02/1997**



A primeira Tutora do PET- Serviço Social da UFSC era graduada em Serviço Social pela UFSC (1976), tinha mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1980) e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001). Era professora do Departamento de Serviço Social da UFSC. Tinha experiência na área de Serviço Social e atuava principalmente com os temas: criança, adolescente e família, políticas públicas para a infância e adolescência, abuso sexual, violência. De agosto de 2006 a fevereiro de 2009 foi Editora Científica da Revista Katálysis do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e do Curso de Serviço Social da UFSC. Deixou o serviço público em março de 2009.

A professora deixou saudades após seu falecimento em 19 de fevereiro de 2014, mas seu legado permanece vivo replicando conhecimentos, saberes e experiências fundantes e primordiais para o PET Serviço Social da UFSC, entre tantos outros espaços e caminhos dos quais fez parte.

## ALGUMAS DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PERÍODO DE 1992-1997

Descrever algumas das diversas atividades desenvolvidas pelo Programa desde a sua origem contribuem para lembrar e firmar sua relevância histórica. O PET Serviço Social da UFSC foi implantado em dezembro de 1991 e iniciou suas atividades em 1992. Consta-se que no primeiro período de sua existência sob tutoria da Profa. Catarina, já se constata o planejamento e a concretização de atividades que se constituem a partir dos três eixos fundamentais da universidade: ensino, pesquisa e extensão. A execução das atividades era dinamizada por meio de cinco comissões: comissão de Planejamento, comissão de coordenação, comissão de secretaria, comissão de divulgação e comissão de publicações. A linha de trabalho que direcionou as atividades no período era a questão social e prática profissional. Apresentamos a seguir algumas das atividades desenvolvidas nesse período:

- A “Hora da Dúvida” – apresentava uma programação realizada juntamente com a Coordenação de Pesquisa do Departamento. O objetivo era estreitar os laços com os docentes, promovendo uma integração maior do PET com o curso, nesta atividade eram discutidos aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa, um espaço propício para sanar dúvidas sobre a pesquisa em si contando com a participação de vários professores e também de vários estudantes para esta programação.

- Divulgação e Socialização das produções acadêmicas. Participação em eventos como no 8º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, no V Seminário Catarinense de Iniciação Científica da UFSC, no VI Seminário catarinense de Iniciação Científica (neste todos os/as petianos/as apresentaram seus trabalhos), no III Encontro Local dos Grupos PET – ELOPET em 1995, neste com o trabalho O PET Serviço Social da UFSC. IV Semana de Pesquisa da UFSC. Os bolsistas publicavam ainda pequenos textos em jornais da imprensa local e de Santa Catarina, muitos deles encaminhados pela Agência de Comunicação da UFSC, além de editoriais divulgados no Mural do PET Serviço Social. Outra forma de divulgação era o jornalzinho PETinforma e o Boletim Informativo PET BAR, este era distribuído no Bar do CSE e em outros da Universidade. Tinha também o Mural interativo que contava com a participação dos demais estudantes do curso e até mesmo de outros cursos do Centro Sócio-econômico.

- Foram realizadas pesquisas coletivas, uma delas intitulada Formação Profissional em Serviço Social: as possibilidades e limites da prática de estágio forneceu informações importantes para a avaliação da formação profissional, mais especificamente no que concerne ao estágio curricular. Também foi realizada uma pesquisa “survey” intitulada O perfil do aluno do Curso de Serviço Social da UFSC, esta trouxe ao PET dados sobre interesses dos alunos sobre eventos, disponibilidade de tempo, horário, sendo estes necessários para a programação e planejamento do PET.

- Fazia parte das atividades de cada petiana a delimitação de um tema para estudo individual, o qual culminava com a apresentação de um seminário. Diversas foram as temáticas estudadas, entre elas: violência contra a mulher e contra a criança, movimentos sociais, mercado de trabalho, a questão indígena em Santa Catarina, entre

outras.

- Outras atividades: Capacitações de bolsistas para operar o computador do PET. Os/as bolsistas também participavam de cursos de língua estrangeira, pois o Programa era também um espaço que instigava os bolsistas a continuarem seus estudos em programas de pós-graduação. Os/as petianos/as também realizavam visitas de forma individual ou em duplas à institutos, centros de pesquisa, empresas, entre outros espaços para conhecer o trabalho e a atuação profissional no âmbito do Serviço Social. Também foi realizada uma viagem de estudos à empresa WEG, em Jaraguá do Sul. Foram realizadas duas Semanas de prevenção à AIDS neste período. O PET Serviço Social participou da organização em conjunto com o Centro Acadêmico Livre de Serviço Social do XIX ERESS – Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social, em 1996. O PET idealizou o I Ciclo de Socialização dos Núcleos de Estudo do DSS, onde todos os docentes apresentaram os trabalhos de pesquisa e extensão realizados pelos seus Núcleos. O PET Serviço Social organizou ainda juntamente com o PET da Nutrição o Encontro Local de PETs da UFSC em 1996.

- Além das atividades desenvolvidas pelo Programa, destaca-se que a tutora prestou consultoria à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (Programa PET) no período de 1994 a 1997. A tutora Profa. Catarina assumiu ainda a primeira Coordenação do Fórum de Tutores da UFSC em 1993, sendo este criado no mesmo ano que o Interpet.

O Programa contava com um envolvimento dos demais professores do departamento que traziam sugestões para as atividades do grupo, sendo que uma das preocupações dos docentes era em relação ao eixo norteador dos trabalhos do PET, no sentido de que este estivesse em consonância com o eixo do futuro Mestrado e a integração do PET com a Coordenação de Pesquisa do Departamento na programação da “Hora da Dúvida”. Também houve a integração do PET à Coordenação de Estágio, para a realização de um evento conjunto. Além da tutora, colaboraram também na orientação dos bolsistas diversos outros professores do Departamento de Serviço Social e de outros Departamentos. Parcerias e contribuições estas fundamentais para qualificar as atividades desenvolvidas pelo Programa e articulá-las aos interesses do Curso e da formação profissional.



**Moradia estudantil**

JANINE DORDELEIN SOARES e SIRILÂNDIA SCHAPO

A primeira grande preocupação da maioria dos calouros que chegam à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é encontrar um lugar para morar, porém nem todos têm condições de enfrentar os altos aluguéis cobrados no mercado imobiliário. Diante dessa situação muitos estudantes procuram vagas nas casas de estudantes, onde são limitadas e muito concorridas, não atendendo a grande demanda.

É difícil pensar em moradia numa época em que a universidade passa por um processo de privatização e o interesse maior é no investimento em infraestrutura e equipamentos para atender as exigências do mercado profissional. Mas como fica a qualidade do aprendizado de alunos que precisam gastar a maior parte do tempo trabalhando para se manter e enfrentar os altos aluguéis?

A moradia estudantil que deveria ser um espaço de integração, de formação ideológica, e um direito de todo aluno, não faz parte dos interesses de quem detém o poder e a educação de alguns alunos passa a ser prejudicada pela falta de estrutura para moradia.

Na atual era do neoliberalismo, onde os recursos da área social são escassos e destinados para outras áreas as quais privilegiam uma minoria da sociedade, a moradia estudantil torna-se uma utopia sem que haja uma grande conscientização e organização estudantil pela construção de uma moradia que atenda não apenas uma parte insignificante de estudantes somente para manter a imagem de que existe moradia.

♦ Janine Dorderlein Soares e Sirilândia Schappo, bolsistas do Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

**PET/SS PROMOVE DEFESA DE TCC DO SERVIÇO SOCIAL**

**TÍTULO: DILEMAS E PERSPECTIVAS DO SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA JURÍDICA: UM ESTUDO COM ASSISTENTES SOCIAIS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS.**

**AUTORAS: DENISE E VIVIANE**

**DATA: 27.06.97**

**LOCAL: Sala de Vídeo do C.S.E.**

**HORÁRIO: 14:30 horas**



**PET - S.S. PROMOVE: CURSO: O PENSAMENTO DE GRAMSCI E O SERVIÇO SOCIAL**

**DATA: 04, 11 e 18/06/97**

**HORÁRIO: 18:30 hs**

**LOCAL: AUDITÓRIO DO CSE**

- 04/06/97 - Aula Expositiva - Gramsci: Contextualização Histórica
- 11/06/97 - Categorias fundamentais do pensamento de Gramsci relacionadas ao Serviço Social e a conjuntura atual
- 18/06/97 - Categorias de Gramsci e a importância de sua discussão no Serviço Social



**PET/SS PROMOVE: HORA DA DÚVIDA**

**TEMA: REINVENÇÕES DA UTOPIA DA MILITÂNCIA POLÍTICA DOS JOVENS DOS ANOS 90.**

**DATA: 26.06.97**

**LOCAL: AUDITÓRIO C.S.E.**

**HORÁRIO: 10:00 HORAS**

**PROF.: JANICE T. PONTE DE SOUZA.**



**PET SERVIÇO SOCIAL PROMOVE:**

**HORA DA DÚVIDA**

**TEMA: Matriarcado x Patriarcado. REABILITANDO OPRESSÕES - UM ESTUDO SOBRE MULHERES DE ORIGEM CABOCLA, LÍDERES DE COMUNIDADE DE FLORIANÓPOLIS.**

**PROF. TERESA KLEBA LISBOA.**

**DATA: 26/05/97.**

**HORÁRIO: 10:00 HORAS**

**LOCAL: AUDITÓRIO DO CSE.**

**PARTICIPE!!!**

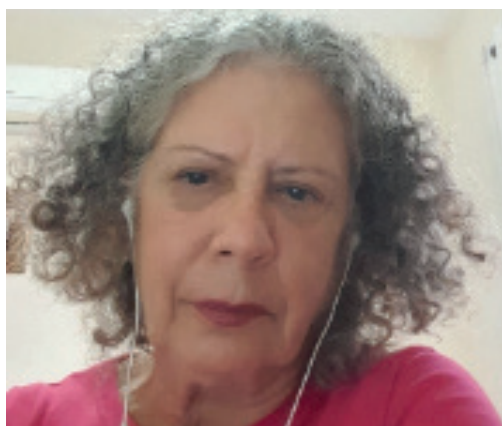


**Direitos humanos: violados ou respeitados**

Mas, apesar de as vítimas de violência não serem raras, ainda se procura a culpabilidade do crime, ou pelo fato de elas serem vítimas de um crime, ou pelo fato de elas serem vítimas de um crime...



**Fotografia 2: Tutora Profa. Vera Maria Ribeiro Nogueira**  
**Período de 03/1997 - 06/2003**



A Profa. Vera realizou sua graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1967), o mestrado em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1990) e o doutorado em Enfermagem na Universidade Federal de Santa Catarina (2002). Sua formação conta ainda com um Pós-doutorado na Universidade Autônoma de Barcelona - Departamento de Sociologia - Seminário de Análise de Políticas Públicas - SAPS (2007). É Professora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina e professora adjunta do Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas. Pesquisadora do CNPq. Editora da Revista Sociedade em Debate da Universidade Católica de Pelotas. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social Aplicado, atuando principalmente com temáticas como: políticas de saúde em áreas fronteiriças, direito à saúde, ação profissional, análise e avaliação de políticas sociais.

**DEPOIMENTO DA EX-TUTORA SOBRE O PET**

“Um programa excelente por várias razões que tento enumerar, sem esgotar as possibilidades de formação do PET - 1. Formação em pesquisa com orientação tutorial semanal; 2. Inserção qualificada no mundo acadêmico e científico; 3. Integração com outras áreas de conhecimento da Universidade; 4. Prática de trabalho em grupo na produção do conhecimento; 5. Inserção na realidade local via estudos particularizados; 6. Aprimoramento da redação científica, acadêmica e profissional; 7. A troca constante entre o tutor e os alunos. Um único senão, este tipo de formação deveria ser

para todos os alunos que desejassem e não seletivo como é o PET.”

(Depoimento da ex-tutora Profa.Vera Maria Ribeiro Nogueira de participação nesses 30 anos de PET Serviço Social UFSC – Depoimento dado em 12/05 de 2022 à comissão de organização da atividade comemorativa aos 30 anos)



3. Manifestação Nacional dos Grupos PETs Brasília contra o corte de 50% das bolsas, em 1998



4. Manifestação Nacional dos Grupos PETs Brasília contra o corte de 50% das bolsas, em 1998



5. Confraternização Fim de Ano Grupo PET 1998





6. I Simpósio de Seguridade Social 30/11 e 01,02/12/98

## **ALGUMAS DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PERÍODO 1997 - 2003**

- As atividades foram constituídas de diversos espaços de reflexão, aprendizado, evolução e crescimento emocional e intelectual dos bolsistas que integraram o grupo. Um dos objetivos era ampliar o espírito investigativo dos bolsistas e os aproximar do exercício profissional, para que assim, com mais facilidade, conseguissem reconhecer as diversas expressões da questão social. Neste período, os estudantes também tiveram a oportunidade de se aproximar da pesquisa, do ensino e da extensão, realizando atividades que os inseriram nesses três eixos.

- As atividades foram diversificadas nestes três eixos: atividades extracurriculares, cursos, organização e planejamento de atividades, apresentações de trabalhos, aproximação com atividades de gestão e de ensino que os fizeram ter um maior envolvimento com a própria universidade, com o curso e com os colegas da graduação.

- As atividades de extensão possibilitaram que os bolsistas estivessem na organização e acompanhamento de eventos locais, estaduais e regionais. Realizaram e participaram de cursos de curta duração, discussões temáticas, oficinas, etc. Atividades estas que contribuíam para a formação dos estudantes, profissionais e da comunidade, com diversas temáticas pertinentes à profissão de serviço social. Entre essas encontram-se: Cursos sobre Gramsci; Curso sobre Ética Profissional; Curso sobre Seguridade Social; Integração com a Comissão Organizadora da Conferência Estadual de Assistência Social; Colaboração dos bolsistas nas atividades de cuidado do registro das informações e infra-estrutura no Encontro Estadual de Preparação Política das Organizações Populares; Participação dos bolsistas do PET na organização das Oficinas Regionais - Região Sul I (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul); Curso sobre Seguridade Social em conjunto com o PET de Direito; Visitas técnicas realizadas a empresas e organizações; Realização da Semana de Prevenção a AIDS.

O grupo contava com pesquisas individuais e também realizou a pesquisa coletiva Exclusão social: os catadores de papel em Florianópolis, entre as diversas temáticas neste período evidencia-se um foco na questão social e na prática profissional. No âmbito da pesquisa, destacam-se ainda como espaços norteadores: “Hora da Dúvida” e o “Seminários do PET”. A atividade hora da dúvida foi realizada em parceria com a Coordenação de Pesquisa do Departamento de Serviço Social, nele eram discutidos aspectos teóricos, metodológicos, etc, da pesquisa, era um espaço para sanar dúvidas sobre a pesquisa em si. Esta era uma atividade realizada mensalmente e com a participação exclusiva de alunos, profissionais e professores. Era organizado e coordenado pelo grupo PET. Já a atividade seminários do PET, tinha o objetivo de ser um espaço para alunos e profissionais apresentarem e divulgarem suas pesquisas e Trabalhos de Conclusão de Curso - TCCs, para que os estudantes tivessem a oportunidade de se familiarizem com a apresentação de trabalho. Os resultados obtidos foram uma maior adesão dos estudantes nos espaços da universidade, parcerias com o DSS, maior integração entre estudantes, bolsistas, departamento, núcleos e o curso em si.

Os anos de 1998 e 1999 foram de constantes ameaças ao corte de bolsas e de

término do programa PET, fazendo com que os bolsistas se sentissem bastante ameaçados com a perda da bolsa, uma vez que todos os alunos eram economicamente dependentes da mesma. Este fato também foi a razão da desistência de alunos, pois sem uma segurança financeira, não teriam condições de se manterem na Universidade. Em 1998, foi realizada uma Manifestação Nacional dos Grupos PET contra o corte de 50% das bolsas do Programa no Governo de Fernando Henrique Cardoso. A manifestação repercutiu na continuidade de todas as bolsas, sendo um importante movimento dos bolsistas na época contra os retrocessos neoliberais.

O grupo realizou ainda outras atividades, como as reuniões administrativas, as quais possuíam um caráter educativo, através da contribuição dos bolsistas, sendo que são os responsáveis pela elaboração da pauta e coordenação das mesmas, o que, didaticamente, favorece o desempenho profissional, dada a natureza interventiva da profissão junto a grupos diversificados da sociedade civil e no âmbito das políticas públicas. Os bolsistas do grupo apresentaram ainda diversos trabalhos em Seminários, Conferências e/ou Palestras, exposições e/ou filmes, participou de Congressos, cursos extracurriculares e cursos de informática. Todos os bolsistas realizavam cursos de língua estrangeira, visitas às instituições, Centros de Pesquisa e/ou Empresas, publicações em boletins, periódicos, anais de congressos, grupos de estudos, atividades de integração com os calouros, entre outras. Entre os eventos, destacam-se a participação no V Encontro Estadual de Grupos PET e I Encontro Sul-Brasileiro de Grupos PET. 1998, no I Encontro Catarinense de PETs. 1998 e I Encontro de Serviço Social na Esfera da Seguridade Social no Brasil, entre os dias 16 e 18 de julho de 1997, em Belo Horizonte (MG).



# Cine PET

Apresenta:



S O C I E D A D E

05/06 Desejo Proibido  
19/06 Último Tango em Paris  
26/06 Minha Adorável Lavanderia

Em junho  
6ª feira - 14hs  
Auditório CSE

PET SERVIÇO SOCIAL - Sala 05, Anexo, CSE II - [petisso.blogspot.com](http://petisso.blogspot.com) / [petisso@petisso.com](mailto:petisso@petisso.com)

*La te ve mirar, mira-me felicitad! Mira e guata de mira que belladita! Mira en pay se parandito! Mira en pay a mira!  
Si me guata mirar, mira de un bon dispendido! Amada que a mira el amor, e a mira mira bona amada... Mario Quintana*



# CINE PET

Apresenta:

**A IGUALDADE É BRANCA**

Sexta-feira 22/05/09  
14 horas  
Auditório do CSE

**A FRATERNIDADE É VERMELHA**



Sexta-feira 29/05/09  
14 horas  
Sala 109 CCI

PET Serviço Social  
Sala 05 - Anexo II - CSE / [petisso.blogspot.com](http://petisso.blogspot.com)

terça-feira, 3 de novembro de 2009

### Cinepet: FILMES LATINOS

- 06/11 - LA TETA ASUSTADA - VENCEDOR DO URSO DE OURO EM BERLIM
- 13/11 - LOS ABRAZOS ROTOS - ALMODÓVAR
- 20/11 - EL CORONEL NO TIENE QUIEN LE ESCRIBA - BASEADO NA OBRA DE GABRIEL GARCIA MARQUEZ
- 27/11 - ABRE LOS OJOS

Lembrando que as exibições são gratuitas, acontecem às 14h00min na sala 003 do CSE.



**Fotografia 3: Tutora Profa. Maria Del Carmem**  
**Período de 07/2003 - 09/2010**



A Profa. Maria em sua trajetória acadêmica realizou graduação em Direito - Universidad Católica Argentina Santa María de Los Buenos Aires (1983), mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (1994) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2000). Pós-doutorado (Estágio Senior/CAPES) na Università degli Studi di Torino (2013). Estágio de pesquisa na Fodazione Gramsci onlus (2017). A professora, além de desenvolver atividades no Curso de Graduação em Serviço Social, e no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, também participa do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Tem experiência nas áreas de Fundamentos Teóricos do Serviço Social e Teoria Política, atuando principalmente nos seguintes temas: teoria democrática, cultura e política, administração de justiça, acesso à justiça, direitos humanos.

**DEPOIMENTO DA EX-TUTORA SOBRE O PET**

“O grupo organizava as suas atividades internamente de duas formas: a primeira dessas formas é através de comissões, algumas delas de caráter permanente (secretaria, informática, divulgação, patrimônio), outras constituídas com finalidades específicas e conforme cada planejamento anual (seleção de novos bolsistas, organização de viagens de estudos, recepção aos calouros, cine-pet). A segunda das formas era através de projetos desenvolvidos pelos bolsistas individualmente ou em seu conjunto, motivo pelo qual vários projetos por mim coordenados no período da tutoria contaram com a participação de petianos. Constituiu uma marca fundamental do grupo, e em consequência das atividades desenvolvidas, o compromisso com um projeto societário radicalmente democrático e plural, assim sendo a formação cidadã dos integrantes e das pessoas público alvo das atividades foi objetivo primordial. Nesse

sentido, se entendia a cidadania como o processo de construção permanente de direitos. Portanto dependeria também da capacidade dos indivíduos de atuarem sobre o espaço público para instituir direitos, integrar as especificidades e construir-se a partir delas como estratégia política de luta pelos direitos. Isso desde o momento de surgimento do interesse particular até a construção como interesse coletivo, como direito de todos, e finalmente como direito efetivamente reconhecido nas leis e aplicado em cada caso concreto. Consequentemente, a questão das estratégias para construir o consenso sobre um interesse particular que passa a ser geral, até a questão do acesso à justiça são pontos da agenda da cidadania. Tanto as atividades desenvolvidas quanto os procedimentos metodológicos adotados foram definidos a partir da concepção brevemente exposta, tornando desde o planejamento até a execução das ações exercícios de práticas efetivas de cidadania. As linhas de ação nos três eixos centrais de atividades do PET (ensino, pesquisa e extensão) seguiram, portanto, as concepções apontadas e se plasmavam em projetos de diversa índole.”

(Depoimento da ex-tutora Profa. Maria Del Carmen de participação nesses 30 anos de PET Serviço Social UFSC – Depoimento dado em 18/05 de 2022 à comissão de organização da atividade comemorativa aos 30 anos)



8. Visitas aos Assentamentos e Cooperativas do MST



9. Viagem a Viamão e Porto Alegre. Novembro de 2007



10. Visita Carbonífera Criciúma 2008



11. Viagem a São Paulo em visita à Volkswagen. Dezembro. 2008

## **ALGUMAS DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO GRUPO NO PERÍODO DE 2003 - 2010**

Neste período, assim como em diversos outros, o PET deu continuidade as suas funções e atividades que impactaram e tiveram uma relevância na formação daqueles que delas participaram, ampliando, trocando e socializando conhecimentos, saberes e experiências. Entre elas podem ser mencionadas:

- Grupos de estudos - atividade realizada pelos bolsistas com a participação de professores da UFSC de diversas áreas de conhecimento, os quais possibilitavam aprofundar alguns conceitos que subsidiavam a formação acadêmica e qualificavam a pesquisa e a extensão realizada pelo grupo.

- Seminários internos - eram realizados visando aprofundar um tema ou assunto que precisava de um aprofundamento específico relativo às atividades de ensino, pesquisa ou extensão desenvolvidas pelo grupo. Para esta atividade o grupo contava com a colaboração de convidados especialistas em relação a cada temática específica.

- Participação e divulgação de bancas de defesa de mestrado e doutorado. Esta atividade visava ampliar os conhecimentos dos bolsistas e demais estudantes do curso sobre temáticas de seus interesses, assim como incentivar os mesmos a continuidade da formação em nível de pós-graduação.

- O PET participou da organização de eventos como a Semana Acadêmica e a Semana do Assistente Social, juntamente com a Coordenação do Curso, a Chefia do Departamento e o Centro Acadêmico do Curso.

- Realização de viagens de estudos (foram realizadas visitas a assentamentos e cooperativas do Movimento dos Trabalhadores sem Terra do Oeste Catarinense (Dionísio Cerqueira e São Miguel do Oeste) e de Viamão (região metropolitana de Porto Alegre); visita à COOPERMINAS na cidade de Criciúma; visita à montadora da Volkswagen na cidade de São Bernardo do Campo; visita ao quilombo de São Roque Pedra Branca na região de Praia Grande (divisa entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Cada viagem foi planejada de modo a incluir no roteiro principal uma visita de caráter cultural, por exemplo, o MASP e a Bienal de São Paulo na viagem para a Volkswagen, a casa e o museu Anita Garibaldi em Laguna na viagem para a COOPERMINAS, a Bienal do Livro de Porto Alegre na viagem para o Assentamento do MST em Viamão, o Parque Nacional dos Aparados da Serra na visita à comunidade quilombola São Roque Pedra Branca.

- Nas pesquisas individuais as temáticas abordadas foram sempre relacionadas às áreas de interesse do Serviço Social (por exemplo, pesquisas sobre direitos das crianças e adolescentes, relações de gênero, homoafetividade, violência urbana, economia solidária, meio ambiente, saúde pública, educação, desigualdades regionais na América Latina, movimentos sociais, política social, transformações do mundo do trabalho, dentre outras). Estas atividades de pesquisa oportunizaram a iniciação científica dos bolsistas. Importante mencionar que a maioria desses bolsistas continuaram com a formação de pós-graduação.

- Em 2010 o grupo realizou coletivamente uma pesquisa sobre o perfil sociocul-



tural dos estudantes do Curso de Graduação em Serviço Social da UFSC, cujo relatório foi apresentado no mesmo ano.

- As atividades de extensão do grupo se inseriram nas temáticas e pressupostos teóricos das demais atividades planejadas, tal e como se exprime no projeto desenvolvido junto à comunidade do Morro da penitenciária em 2004, e que obteve financiamento da UFSC através do Programa Pró-Extensão: “Expansão de democracia e formas alternativas de produção. Curso de capacitação em economia solidária”, que teve por objetivo difundir na comunidade a discussão sobre a possibilidade concreta de formas de produção norteadas pela economia solidária como alternativas que permitem a expansão dos princípios democratizadores de organização social.

- Destacam-se ainda neste período algumas publicações e participações em eventos como na II Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSC. O PET Serviço Social: 16 anos de educação tutorial. 2008, o capítulo 7 do livro intitulado PET/Serviço Social: entre a construção utópica e a realidade possível, publicado no livro O PET na UFSC (1980-2007) do Treinamento à Educação Tutorial (UFSC, 2007).

- Outras atividades: reuniões de trabalho, treinamentos na área de informática, auto avaliações periódicas, recepção aos calouros, seminários sobre acesso com diversidade socioeconômica e étnico-racial na Universidade – na época começavam a discutir-se as ações afirmativas na UFSC, implementadas a partir de 2008 – seminários sobre intercâmbio e mobilidade estudantil (a maioria dos bolsistas realizou intercâmbios internacionais, mormente vinculados ao programa Escala Estudantil da AUGM),



## Moradia estudantil

**JANINE DORDERLEIN SOARES e SIRLANDIA SCHAPPO**

A primeira grande preocupação da maioria dos calouros que chegam à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é encontrar um lugar para morar, porém nem todos têm condições de enfrentar os altos aluguéis cobrados no mercado imobiliário. Diante dessa situação muitos estudantes procuram vagas nas casas de estudantes, onde são limitadas e muito concorridas, não atendendo a grande demanda.

É difícil pensar em moradia numa época em que a universidade passa por um processo de privatização e o interesse maior é no investimento em infraestrutura e equipamentos para atender as exigências do mercado profissional. Mas como fica a qualidade do aprendizado de alunos que precisam gastar a maior parte do tempo trabalhando para se manter e enfrentar os altos aluguéis?

A moradia estudantil que deveria ser um espaço de integração, de formação ideológica, e um direito de todo aluno, não faz parte dos interesses de quem detém o poder e a educação de alguns alunos passa a ser prejudicada pela falta de estrutura para moradia.

Na atual era do neoliberalismo, onde os recursos da área social são escassos e destinados para outras áreas as quais privilegiam uma minoria da sociedade, a moradia estudantil torna-se uma utopia sem que haja uma grande conscientização e organização estudantil pela construção de uma moradia que atenda não de estudantes somente para manter a imagem de que existe moradia.

♦ Janine Dorderlein Soares e Sirlandia Schappo, bolsistas do Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

### A primeira grande preocupação dos calouros é encontrar lugar para morar

## PET/SS PROMOVE DEFESA DE TCC DO SERVIÇO SOCIAL

**TÍTULO: DILEMAS E PERSPECTIVAS DO SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA JURÍDICA: UM ESTUDO COM ASSISTENTES SOCIAIS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS.**

**AUTORAS: DENISE E VIVIANE  
DATA: 27.06.97  
LOCAL: Sala de Vídeo do C.S.E.  
HORÁRIO: 14:30 horas**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA ESPECIAL DE TREINAMENTO  
PET/SERVIÇO SOCIAL

Relatório semestral - janeiro/junho/97  
Cadernos de Anexos 1

por Maria Ribeiro Nogueira

Florianópolis - 1997

## PET - S.S. PROMOVE: CURSO: O PENSAMENTO DE GRAMSCI E O SERVIÇO SOCIAL

**DATA: 04, 11 e 18/06/97  
HORÁRIO: 18:30 hs  
LOCAL: AUDITÓRIO DO CSE**

- 04/06/97 - Aula Expositiva - Gramsci: Contextualização Histórica
- 11/06/97 - Categorias fundamentais do pensamento de Gramsci relacionadas ao Serviço Social e a conjuntura atual
- 18/06/97 - Categorias de Gramsci e a importância de sua discussão no Serviço Social



## PET/SS PROMOVE: HORA DA DÚVIDA

**TEMA: REINVENÇÕES DA UTOPIA DA MILITÂNCIA POLÍTICA DOS JOVENS DOS ANOS 90.**

**DATA: 26.06.97  
LOCAL: AUDITÓRIO C.S.E.  
HORÁRIO: 10:00 HORAS  
PROF.º: JANICE T. PONTE DE SOUZA.**



## PET SERVIÇO SOCIAL PROMOVE:

**HORA DA DÚVIDA**

**TEMA: Matriarcado x Patriarcado: REABILITANDO OPRESSÕES - UM ESTUDO SOBRE MULHERES DE ORIGEM CABOCLA, LÍDERES DE COMUNIDADE DE FLORIANÓPOLIS.**

**PROF. TERESA KLEBA LISBOA.  
DATA: 26/05/97.  
HORÁRIO: 10:00 HORAS  
LOCAL: AUDITÓRIO DO CSE.**

**PARTICIPE!!!**



### Direitos humanos: violados ou respeitados

Mes, apesar de as vítimas de violência não serem raras, ainda é frequente a negligência do sistema, ou pelo fato de elas serem vítimas de um crime cometido por razão de gênero, ou por motivo de raça, ou por motivo de orientação sexual, ou por motivo de deficiência física, ou por motivo de deficiência mental, ou por motivo de idade, ou por motivo de estado civil, ou por motivo de condição social, ou por motivo de qualquer outro motivo.

Todavia, apesar de a lei prever a tutelar a uma série de direitos, a prática por parte das autoridades policiais, principalmente nas grandes cidades urbanas, a política está se enquadrando na área real e não apenas na teoria jurídica, sem também se preocupar com a promoção de práticas de ensino e educação dos direitos humanos.

Desta forma, acredita-se que a polícia deve estar comprometida com a defesa dos direitos humanos para não cometer um erro que seja o de não reconhecer a realidade não controlada que há no Brasil, que é a de um país onde há uma grande desigualdade social e econômica.

Conclui-se a partir disso que a prática policial deve ser orientada por princípios éticos e morais, e não apenas por interesses pessoais e políticos, e que a polícia deve estar comprometida com a defesa dos direitos humanos e com a promoção de práticas de ensino e educação dos direitos humanos.

Luiz Roberto dos Santos - Aluno do PET de Serviço Social - UFSC



**Fotografia 4: Tutora Profa. Vânia Maria Manfroi**  
**Período de 10/2010 a 03/2012**



A Profa. Vânia possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (1985), mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1992) e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000). Atuou profissionalmente como assistente social em Santa Catarina e foi professora por 16 anos na Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professora titular aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho profissional, juventude, subjetividade e fundamentos de Serviço Social. No momento desenvolve pesquisa com apoio do Edital Universal do CNPq.

**DEPOIMENTO DA EX-TUTORA SOBRE O PET**

“O PET é um importante programa de formação de estudantes de Graduação, pois articula ensino, pesquisa e extensão. No período em que estivemos na tutoria do PET/UFSC realizamos duas pesquisas, sendo uma sobre mercado de trabalho dos assistentes sociais de Santa Catarina e sobre juventude na mídia escrita catarinense; fizemos projetos de extensão/formação, com temáticas diversas, como gênero, previdência, trabalho infantil, adoção, Fundos da Infância e Adolescência; demos continuidade ao CINEPET com debates com especialistas na área; fizemos cursos de formação sobre diferentes temáticas; participamos com estandes da SEPEX; da organização do SULPET; realizamos viagens de estudos; publicamos artigos e participamos de eventos nacionais e internacionais. Estudantes tiveram oportunidade de participar de eventos no Peru, na Argentina e na Suécia.”

(Depoimento da ex-tutora Profa. Vânia Maria Manfroi de participação nesses 30 anos de PET Serviço Social UFSC – Depoimento dado em 18/05 de 2022 à comissão de organização da atividade comemorativa aos 30 anos):



13. Viagem de Estudos para SP 2011



14. SULPET 2011



15. socialização dos resultados da pesquisa mercado de trabalho dos assistentes sociais lages 2011



16. socialização dos resultados da pesquisa mercado de trabalho dos assistentes sociais chapecó 2011

## **ALGUMAS DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO GRUPO NO PERÍODO DE 2010 - 2012**

- Neste período também se destacam diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão:

- No âmbito da extensão, evidenciam-se projetos com foco em cursos de formação, com temáticas diversas, como gênero, previdência, trabalho infantil, adoção, Fundos da Infância e Adolescência. Formações essas fundamentais para aprofundar conceitos qualificando a formação acadêmica e cidadã dos graduandos e profissionais da área, desta forma, buscando a apreensão de elementos teóricos que propiciem a compreensão de determinadas temáticas. Foram organizados e apresentados pelos integrantes do grupo estandes na SEPEX, possibilitando a socialização de saberes com a comunidade universitária e com integrantes da sociedade em geral que participaram deste evento.

- CINEPET Debate – que tinha como objetivo contribuir no processo de construção de conhecimento por meio de recursos audiovisuais, com debates com especialistas na área. Neste espaço foi possível o aprendizado por meio de filmes que contextualizam a realidade social, propiciando uma reflexão crítica acerca desses processos. Foram realizadas diversas sessões ao longo dos anos em questão, com a adesão de estudantes e profissionais de Serviço Social.

- Neste período o PET participou da organização do XIV SulPET: Formato, expansão e perspectivas. 2011. Evento este fundamental no âmbito da socialização de saberes e da organização dos grupos PET da Região Sul.

- Foram realizadas duas pesquisas coletivas, sendo uma sobre mercado de trabalho dos assistentes sociais de Santa Catarina e outra sobre juventude na mídia escrita catarinense. A pesquisa intitulada O Mercado de Trabalho dos Assistentes em Santa Catarina: Exercício e Formação Profissional que tinha como objetivo mapear o mercado de trabalho dos assistentes sociais em Santa Catarina, bem como conhecer o exercício profissional e problematizar o processo de formação profissional, especialmente do ensino trabalho/exercício profissional. A outra pesquisa intitulada Juventude e Mídia Escrita Catarinense visava propiciar o conhecimento acerca do que é veiculado na mídia sobre juventude em Santa Catarina. Trata-se de um estudo exploratório, constituindo-se em um primeiro nível de aproximação à realidade. Ademais, sendo um grupo de graduação, em sua maioria das primeiras fases, este acaba sendo um momento inicial de aproximação à pesquisa. O objetivo da pesquisa era conhecer o discurso da mídia acerca da juventude catarinense no período de maio de 2010 a maio de 2011. Tinha como objetivos específicos: Conhecer a realidade dos jovens de Santa Catarina; Possibilitar a análise sobre o conteúdo das notícias veiculadas na imprensa catarinense sobre juventude; Descortinar a realidade social, política, cultural e econômica na qual estão inseridos os jovens catarinenses, mediante a mundialização do capital; Possibilitar a criação de um banco de dados sobre a realidade dos jovens nas diversas regiões de SC; Entender como a mídia define os temas que serão refletidos e discutidos pela sociedade em torno da juventude; Compreender se há um processo

de criminalização/ vitimização dos jovens retratados pela mídia escrita catarinense; Vislumbrar alternativas e estratégias culturais e políticas criadas pelos jovens catarinenses; Propiciar a prática da iniciação científica aos bolsistas do PET; Possibilitar a aproximação acerca da realidade catarinense; Conhecer a partir das reportagens dos jornais das várias regiões, a realidade dos jovens catarinenses. A pesquisa teve caráter exploratório, por ser a primeira aproximação do grupo ao tema e consistiu no acompanhamento das notícias veiculadas sobre juventude na imprensa catarinense. Foram identificadas nos jornais as notícias sobre juventude, de acordo com o caderno no qual estão inseridas, os títulos e os conteúdos das matérias

- Foram ainda realizadas outras atividades no período como viagens de estudos; publicação de artigos e participação em eventos nacionais e internacionais. Os estudantes tiveram oportunidade de realizar intercâmbios e de participarem de eventos no Peru, na Argentina e na Suécia. Pode-se citar entre os trabalhos publicados no período por integrantes do grupo o intitulado O perfil dos estudantes de Serviço Social da UFSC e dos Assistentes Sociais da Grande Florianópolis no XVI Enapet, 2011, em Goiânia. Uma Reflexão sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais da Grande Florianópolis, no XIII CBAS, 2010, em Brasília. Uma Reflexão sobre as Condições de Trabalho dos Assistentes Sociais da Grande Florianópolis. In: III Congresso Internacional de Trabajo Social, 2010, Arequipa, entre outros

**CINEGREVE**

O PET Serviço Social, junto à Comissão de Mobilização Docente 2015, apresenta:

Dois Dias, Uma Noite  
(filme legendado)

Data: 02/07/2015  
Horário: 14h  
Local: Auditório do CSE

**SELEÇÃO PET SERVIÇO SOCIAL**

TEMA: "VIOLÊNCIA E CONSERVADORISMO"

INSCRIÇÃO: PREENCHER OS FORMULÁRIOS DISPONÍVEIS NO XEROX DO CSE (PASTA DO PETS/SO) ATÉ O DIA 13 DE ABRIL.

DATA: A SELEÇÃO OCORRERÁ NOS DIAS 14, 15 E 16 DE ABRIL ÀS 14H.

**BRASIL, PÁTRIA EDUCADORA**

**A educação Proibida**

"Imagine ser o protagonista da tua educação"

25/04/14 - Sexta-feira  
Às 14h  
Na Sala 217  
CSE - Bloco D

Haverá certificado de 4h

Petsso.blogspot.com

**AS NOVAS MULHERES DO S...**

Data: 29/08/2014 (sexta-feira)  
Horário: 14 Horas  
Local: Sala 217, Bloco D - CSE da UFSC  
Haverá certificado de 4 horas

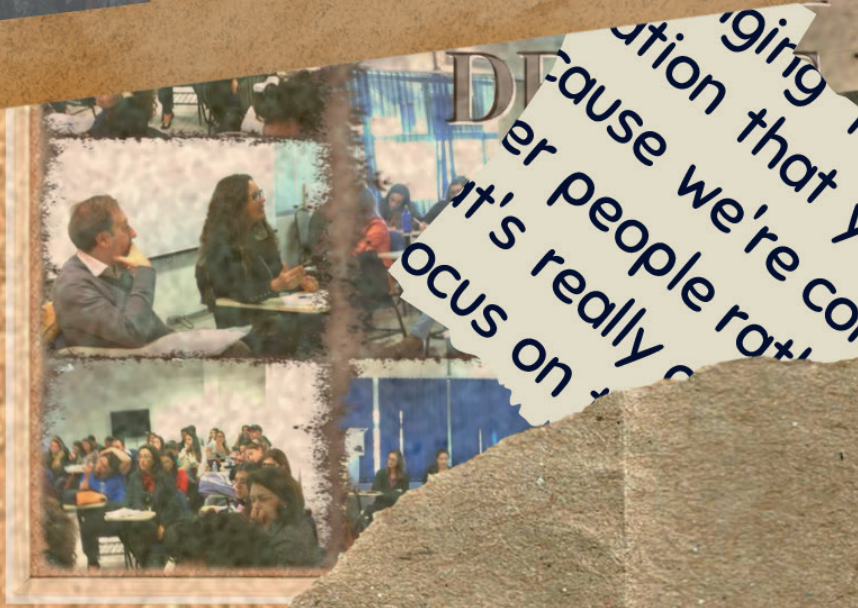
Após o filme haverá debate com Beatriz Paiva e Alessandro Pinheiro

...ção Social, junto à Comissão de Mobilização de 2015, apresenta:

**PÃO E ROSAS**

(filme legendado)

25/06/2015  
14h  
Auditório do CSE



**NA MAÇA**

... HORAS DE DEBATER

Apresentador: Paulo Roberto Machado

CinePET Apresenta:

**MEMÓRIAS DO CHUMBO**

O FUTEBOL NOS TEMPOS DO CONDOR

Data: 27/06/2014  
Horas: 14 Horas  
Local: Sala 217, Bloco D - CSE da UFSC  
Haverá certificado de 4 horas!

Após o filme haverá debate com o Professor Paulo Capela.

CinePET apresenta:

**À Margem do Concreto**

ÓDIO MORADIA

Data: 20/02/2015  
Às 14 horas  
Sala 217, bloco D - CSE / UFSC  
Haverá certificado de 4 horas

CINEPET apresenta:

**BRANCO SAI, PRETO FICA**

Data: 27/11/2015 às 14 horas  
Sala 217, bloco D - CSE / UFSC  
Haverá certificado de 4 horas

CinePet Apresenta:

**Rio em...**

Após o filme haverá debate com o Professor Paulo Capela.



**CINEPET APRESENTA:**

**...iosa**

Baseado no livro 'Push' de Sapphire

**VENCEDOR DO GLOBO DE OURO**

MELHOR ATRIZ COADJUVANTE

Em Los Angeles, o ch...



**Fotografia 5: Tutora Profa. Simone Sobral Sampaio**  
**Período de 04/2012 - 07/2016**



A Profa. Simone possui graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (1990), mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (1998), Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003) ; Pós-Doutorado (2011, CAPES), na Université Paris XII, em colaboração com Frédéric Gros e Pós-Doutorado (2017, CAPES), na Université Paris X, em colaboração com Judith Revel. Atualmente é professora associada da Universidade Federal de Santa Catarina, onde atua no âmbito da Graduação e Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS). Vice-líder do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Profissões e Instituições (NEPPI). Trabalhou na Coordenação do Programa de Pós-graduação de Serviço Social (PPGSS/UFSC) por dois anos e meio. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Fundamentos do Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: analítica foucaultiana, poder e resistência, ética e política.

**DEPOIMENTO DA EX-TUTORA SOBRE O PET**

“Como construir uma relação formativa desvencilhando-se do estranho papel de “tutora”? Sabemos que o tutor é aquele que exerce uma tutela, mas também o que protege. Ambas definições guardam uma relação hierárquica assumida por alguém em condição superior. Romper com este tipo de relação constituiu-se no trabalho diário com as/os petianas/os. No trabalho coletivo e responsável de cada integrante do PETSSo, reconhecendo o tempo como matéria indispensável, aprendendo com as singularidades das pessoas ali presentes, e, ao mesmo tempo, com o intenso crescimento pessoal que se dava, a tarefa de coordenadora dos objetivos definidos pelo grupo se

fez. Um grupo não é apenas uma reunião de pessoas, é um encontro de um projeto comum. E saber construir isso, certamente, sintetiza o meu grande aprendizado.”

(Depoimento da ex-tutora Profa. Simone Sobral Sampaio de participação nesses 30 anos de PET Serviço Social UFSC – Depoimento dado em 13/05 de 2022 à comissão de organização da atividade comemorativa aos 30 anos)



18. Viagem de Estudos 2014 - CUFA



19. Grupo PET 2013



20. Aniversário da Tutora 2014



21. Viagem de Estudos 2014 - CUFA

## **ALGUMAS DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO GRUPO NO PERÍODO DE 2012 - 2016**

Durante o decorrer dos anos de 2012 a 2016 o PET|SSO desenvolveu diversas atividades que circundaram o seu tripé ensino, pesquisa e extensão. Diversas delas foram comuns para tal período e outras, particulares a cada ano. Como atividades contínuas que constam nos relatórios dos anos em questão podemos citar: Grupo de Estudos, Seminários, Viagem de Estudos, CINEPET, Recepção aos Calouros, Seleção de Novos Bolsistas, Minicursos e Pesquisa.

- O Grupo de Estudos tinha como objetivo a leitura e debate de bibliografias, possibilitando reflexões e a construção de referenciais para a elaboração de artigos científicos. As temáticas aprofundadas pelo grupo foram, entre outras: a Juventude e a Mídia, dinâmica de Escola de Agroecologia, o funcionamento dos grupos PETs, a Violência em interface ao Estado e a Sociedade Penal, a questão universitária: política governamental, evasão e acesso.

- Os Seminários consistiam na organização de mesas de debates sobre temas específicos buscando a sensibilização dos alunos de graduação sobre os temas e possibilitar o conhecimento e reflexão crítica sobre as mesmas. Os temas abordados foram: Mobilidade Urbana, a Juventude e suas Questões; Fissuras e Interfaces do Estado no Sistema de Garantia de Direito e III Jornada Histórica Impasses e Conflitos no Mundo Contemporâneo - em parceria com o PET História; Trabalho e Políticas Sociais.

- As Viagens de Estudos tinham como objetivo conhecer a realidade social e a apreensão de novas experiências, reconhecimento dos sujeitos e lugares sociais, etc. No decorrer de 2012 a 2016 realizaram-se viagens de estudo para: São Paulo, em que os participantes visitaram diversos espaços culturais; para a Escola de Agroecologia Milton Santos em Maringá, possibilitando reflexões sobre o exercício profissional dos envolvidos perante tal dinâmica; para a Chácara 4 Pinheiros, no Paraná, a qual realiza acolhimento de crianças e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e para a CUFA de Porto Alegre/RS analisando a atuação das assistentes sociais.

- O CINEPET Debate tinha como objetivo a contribuição no processo de construção de conhecimento por meio de recursos audiovisuais, em que se adotou filmes que contextualizam a realidade social, os aspectos da formação cultural e histórica, etc. – propiciando uma reflexão crítica acerca desses processos. Foram realizadas diversas sessões ao longo dos anos em questão, com a adesão de estudantes e profissionais de Serviço Social.

- Os minicursos tinham como objetivo aprofundar conceitos considerados fundamentais para a formação acadêmica e cidadã dos graduandos, desta forma, buscando a apreensão de elementos teóricos que propiciem a compreensão de determinadas temáticas. Entre estas o tripé da Seguridade Social e o Serviço social nas escolas públicas.

- As Pesquisas, que conjuntamente com ensino e extensão constituem o Programa de Educação Tutorial são de grande importância na trajetória dos sujeitos envolvidos, possibilitando a construção de debates, reflexões e conhecimentos que são

materializados em artigos científicos. Durante os anos de 2012 e 2016, desenvolveram-se pesquisas sobre a temática “Juventude na Mídia Escrita Catarinense”, “Perfil dos Ingressantes e Egressos do curso de Serviço Social”, “Causas e motivações dos estudantes no prolongamento no curso de graduação de Serviço Social/UFSC”

- A recepção aos calouros - consistia na apresentação do grupo PET aos estudantes da 2ª fase do curso no início de cada semestre letivo, convidando-os a participar das atividades organizadas pelo grupo – buscando a integração dos alunos e a divulgação do programa.

- A partir do ano de 2012 são incorporadas ainda as seguintes atividades: CINEPET Itinerante, em que o grupo foi até uma instituição para realizar tal atividade; o “Arriba” Pai, continuação de atividades junto a instituição em que se realizou o CINEPET Itinerante; e o Grupo de Trabalho (GT) de Extensão, que buscou articular atividades de extensão conjuntas entre os grupos PET da UFSC. Entre outras atividades, pode-se citar em 2013 a participação na Organização e Divulgação de Eventos, atividade de divulgação e apoio a atividades propostas pelo curso de Serviço Social; Comunicação/Blog, em que a utilização constante do Blog passou a se constituir como veículo de comunicação do grupo; e Atividades de Caráter Coletivo e Integrador, constituindo-se como a participação em espaços como SulPET, ENAPET, ERESS, ENESS. No ano de 2014 temos ainda a Exposição de 20 anos do Cinepet no hall do CSE, onde foram pendurados varais com filmes de revelação, ou seja, TNTs pretos com os cartazes de filmes exibidos ao longo dos anos e suas respectivas datas de eventos. E no ano de 2015 a realização de um Sarau com o tema “Tome Coragem”, um momento de interação artística inspirados pela greve da época em conjunto com cortes orçamentários, o evento contou com uma variada programação, exposição e leitura de poesias, palco aberto e rap.


**CINEPET** apresenta  
**AS SUFRAGISTAS**  
 AUDITORIO CSE  
 Centro Socioeconômico, UFSC  
 AS 14 HORAS



**Cine PET convida**  
**o debate do filme**  
 um filme de MICHAEL MOORE  
**CAPITALISMO:**  
**UMA HISTÓRIA**  
**DE AMOR**  
 Quando: 02 de dezembro  
 às 14h  
 Onde: sala 217, B




**CARANDIRU**  
 30 de Setembro de 2016  
 ÀS 14H  
 SALA 217 - BLOCO D - CSE  
 CERTIFICADO DE 4 HORAS  
 PET-SERVIÇO SOCIAL

PRESENTED BY OVERTURE FILMS. PRESENT IN ASSOCIATION WITH THE WEINSTEIN COMPANY  
 BEAT ONE FILMS PRODUCTION "CAPITALISM: A LOVE STORY"  
 BY MICHAEL MOORE  
 CASTING BY GIEDEL, GASEL, RAMDAN, ROBERTIC, WEINRIED, PROD. BY JEFF GIBBS  
 EXECUTIVE PRODUCERS JENNIFER LATHAM, PROD. BY BOB RIBBLESON, JOHN  
 CONOR O'NEILL, PABLO PROENZA, PROD. BY JEFF GIBBS  
 COSTUME DESIGNER KATHLEEN GILBERT, HAIR BY ALAN LALAN  
 EXECUTIVE PRODUCERS ANNE ANDRE, PRODUCED BY MICHAEL ANDRE



**Fotografia 6: Tutora Profa. Rubia dos Santos Ronzoni**  
**Período de 08/2016 - 05/2018**



A Profa. Rúbia possui graduação em Serviço Social (UFSC), especialização em metodologias de atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco (UDESC), mestrado em Serviço Social (UFSC) e doutorado em Sociologia Política (UFSC), com estágio doutoral no Centro de Estudos Sociais CES da Universidade de Coimbra (Portugal). Atualmente é professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase nas seguintes temáticas: Estado, sociedade, Família e Políticas Sociais. Integrante do Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar Sociedade, Família e Políticas Sociais - NISFAPS da UFSC e integrante da Rede de pesquisa Família e Política Social - RE-FAPS.

**DEPOIMENTO DA EX-TUTORA SOBRE O PET**

“A partir do que preconiza a lei de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética, o profissional de Serviço Social deve colaborar através de seu conhecimento teórico-metodológico e ético-político para a concretização de relações mais democráticas que possibilitem a construção de políticas públicas que possam eliminar as históricas formas de exclusão social que assolam a sociedade brasileira. O PET é um espaço viabilizador desse processo, pois contribui não só com a formação dos alunos bolsistas como também com o curso de graduação através de ações conjuntas e comunidade local via extensão universitária. Tive duas experiências no Programa, sendo uma como bolsista e outra como tutora. No que se refere a experiência de bolsista, novos caminhos foram vislumbrados na formação, como o desejo de seguir carreira acadêmica.

Em relação à tutoria, a possibilidade de elaborar coletiva e criticamente experiências de aprendizagem, como forma de potencializar capacidades individuais e coletivas foi um grande diferencial. Dentre as várias atribuições de um tutor, destaca-se a função de estimular o interesse acadêmico do aluno e promover a autonomia discente para analisar problemas, raciocinar criticamente e agir de forma ética e cidadã. Neste sentido, a experiência de tutoria concretizou-se enquanto ação de mediação pedagógica, onde buscamos atrelar a formação acadêmica à formação pessoal como elementos indissociáveis, contribuindo por conseguinte para a transformação da realidade social.”

(Depoimento da ex-tutora Profa. Rúbia dos Santos Ronzoni de participação nesses 30 anos de PET Serviço Social UFSC – Depoimento dado em 16/05 de 2022 à comissão de organização da atividade comemorativa aos 30 anos)



23. Grupo PET 2018



24. SEPEX 2017





25. Reunião Grupo de Pesquisa 2017



26. Reunião Técnica 2017

## **ALGUMAS DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO GRUPO NO PERÍODO DE 2016-2018**

O período que a Professora Rúbia assumiu a tutoria do Programa foi marcado por diversas atividades formativas por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, entre elas, destacam-se:

- A continuidade do Cine Debate – atividade consolidada e reconhecida no âmbito acadêmico do curso com adesão dos estudantes de Serviço Social. Nesse espaço, o cinema é elemento fundamental para a reflexão de temas relevantes à formação profissional e cidadã. Aberto à comunidade externa e com a participação de um debatedor, constitui-se em momento formativo a todos os participantes.

- O grupo do PET-SSO esteve presente na 16ª Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão, que ocorreu em 2017 com o estande “Pixo” e Grafite: Expressão ou vandalismo? PET - SSO. A escolha da temática foi feita por meio de diálogos e reflexões das/os petianas/os, que sentiam a necessidade de levar o debate sobre o pixo e o grafite para a comunidade, a fim de problematizar questões como a criminalização do pixo, entre outros. O objetivo de ter o estande nesse espaço era realizar uma atividade interventiva e de diálogo, com o intuito de dialogar com as pessoas que passavam pela SEPEX sobre as intervenções artísticas periféricas no espaço da cidade, bem como sobre as relações que permeiam as intervenções do pixo e do grafite e como estas são vistas pela sociedade. Para se preparar para esse evento, o grupo PET fez pesquisas bibliográficas sobre a temática e discussões em grupo. A metodologia da atividade se deu por meio de conversas com as pessoas que passavam pelo estande e pelas intervenções que estas eram convidadas a fazer nas paredes do estande, que representavam os muros de uma cidade. Nos muros estavam escritas perguntas como: “o que é arte urbana?” e “o que é pixo?” - incentivando-os a pixarem nos muros de papel (com canetas coloridas) e expressar o que achavam sobre o tema. Além disso, o espaço contava com a exposição de imagens de pixações e de grafites em Florianópolis em uma tela de computador.

- Destaca-se, ainda neste período, a realização do CinePET Debate - Itinerante, o qual foi realizado numa modalidade de extensão diferenciada: não apenas convidando a comunidade a vir até a universidade, mas levando a universidade ao espaço externo. A atividade aconteceu em duas escolas públicas de Florianópolis, a Escola Municipal Beatriz de Souza Brito com uma turma de 9ª série e a Escola de Educação Básica Simão Hess com uma turma de 3º ano. A primeira atividade foi realizada no primeiro semestre de 2017 e a segunda no segundo semestre de 2017. Essa experiência proporcionou a interlocução direta entre a universidade e a sociedade, possibilitando compartilhar com o público externo os conhecimentos acadêmicos, onde petianas e petianos tiveram a possibilidade de qualificar também a formação profissional nesta construção coletiva e de troca de saberes. A arte cinematográfica contribuiu assim para representar as problemáticas presentes na realidade social, possibilitando uma reflexão de temas polêmicos e emergentes no contexto contemporâneo de forma dinâmica e ilustrativa. Os Cinepet Debates tiveram como temática a questão étnico-racial

trazendo como material visual o documentário “Quando o Crioulo Dança” e o curta-metragem “Vista Minha Pele” em ambas as edições.

- Foram realizados ainda Minicursos com as temáticas de Estudos Feministas e Relações de Gênero, Introdução à Pesquisa, Política Nacional de Educação, Universidade e Educação, Serviço Social: Trabalho, Prática ou Exercício? Grupo de Estudos e Formação, Participação no Interpet, Comunicação por meio do Blog, Facebook e Informativo, Apresentação do PET-SSO aos calouros, entre outras.

- No âmbito da Pesquisa, foi realizada a pesquisa As condições de trabalho dos assistentes sociais: uma análise a partir da realidade dos estágios nos espaços sócio-ocupacionais. Esta pesquisa teve como objetivo analisar as formas de estruturação e dinâmica do estágio em Serviço Social dos principais sujeitos envolvidos em sua operacionalização e verificar se essas concepções reafirmam ou se distanciam da perspectiva presente na Política Nacional de Estágio aprovada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Além da pesquisa coletiva, as/os petianas/os tiveram a possibilidade de desenvolver pesquisas individuais ou em grupo de assuntos de seus interesses específicos, visando ter mais subsídios teóricos para fomentar a produção de artigos e a participação em eventos, bem como atrelar suas discussões aos campos de estágio em que estão inseridas/os.

As atividades realizadas contribuíram para a qualificação da formação profissional dos bolsistas e tiveram um grande alcance para a comunidade acadêmica, contribuindo para a construção de um pensamento crítico dos estudantes da graduação, sobre variadas questões da realidade e problematizando temas pertinentes para o curso de Serviço Social.

do go with t  
ing behind  
tion. Lido!

PET - Serviço Social convida:

# Minicurso de Introdução à Pesquisa

QUARTA-FEIRA, 15 DE MARÇO

14h00min-16h00min SALA 217  
Bloco D do Centro Socioeconômico

Ministrante: Keli Regina Dal Prá - Professora  
do departamento de Serviço Social da UFSC

Serviço Social PET

# MINICURSO FORMAÇÃO PROFISSIONAL



21/06 14H SALA 217  
HAVERÁ CERTIFICADO DE 2H

Serviço Social PET

# MINICURSO POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

DIA 10/05/2017  
14 HORAS  
SALA 217 / CSE  
(MINI AUDITÓRIO SERVIÇO SOC)



**Fotografia 7: Tutora: Profa. Mariana Pfeifer Machado**  
**Período de 06/2018 – 03/2022**



A Profa. Mariana possui graduação (2003) e mestrado (2006) em Serviço Social pela UFSC e Doutorado (2013) em Educação pela UFPR. É Professora do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social (GEPSS). Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Fundamentos, trabalho e formação em Serviço Social e Políticas Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: autonomia relativa do assistente social, formação e exercício profissional, políticas de educação superior, responsabilidade social das empresas.

**SOBRE ALGUNS DOS RESULTADOS ESPERADOS NO PERÍODO**

“Como resultados gerais, espera-se contribuir com o desenvolvimento de habilidades técnico-científicas e de conhecimentos teórico-metodológicos e ético-políticos das(os) petianas(os) e demais estudantes do Curso de Graduação em Serviço Social; levar a universidade para as comunidades em ações de ensino, pesquisa e extensão; envolver o PET/SSO em atividades formativa vinculadas às disciplinas e componentes obrigatórios do currículo do curso; criar espaços de divulgação científica para os estudantes da graduação; e ainda, fortalecer a educação tutorial e o espaço acadêmico do PET/SSO, dando ênfase aos processos de planejamento, gestão e avaliação, na perspectiva de fortalecer a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.” (PET SERVIÇO



28. Visita MST 2019



29. I Seminário Integração Curso de Serviço Social 2019



30. Curso Normas para Trabalhos Acadêmicos 2021



31. Reunião Técnica 2021

## **ALGUMAS DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO GRUPO NO PERÍODO DE 2018 - 2022**

Sob tutoria da Profa. Mariana Pfeifer Machado foram concretizadas várias atividades que objetivaram a ampliação e qualificação da formação profissional, científica e cidadã dos petianos/as por meio dos eixos ensino, pesquisa e extensão. No entanto, após a chegada da pandemia global disseminada pelo COVID-19, especificamente no ano de 2020, as atividades do PET/SSO tiveram que ser reorganizadas, assim como das diversas outras atividades na Universidade, de forma a evitar o contágio pelo vírus. Assim sendo, as atividades aconteceram remotamente, por meio de plataformas digitais, vídeos conferências e demais meios digitais. Algumas das principais atividades do PET/SSO realizadas neste período são a seguir elencadas:

- No ano de 2018 foi realizada a viagem de estudos ao Assentamento do MST Anita Garibaldi, em Ponte Alta do Sul, em Santa Catarina, contando ainda com uma visita a escola municipal de educação no campo Paulo Freire, fundada em 20 de setembro de 2011 e ao acampamento Filhos do Contestado em São Cristóvão do Sul. A viagem possibilitou o contato com a realidade e com as especificidades das expressões da Questão Social no Brasil, assim como o conhecimento sobre o processo histórico de formação do MST, sobre a questão agrária e a reforma agrária popular e sobre a dinâmica e organização do Assentamento, da Escola e do Acampamento.

- Participação na SEPEX de 2018, realizando uma Roda de Conversa sobre Saúde Mental, com o objetivo de fomentar a temática e ampliar o diálogo sobre a saúde para além do corpo físico, ressaltando a dimensão mental da saúde.

- Organização e publicação de uma revista científica do PET, chamada Pindorama: O Serviço Social em Destaque. A revista foi criada com o intuito de ser um espaço para reconhecer as produções de conhecimento dos estudantes do curso. Sendo publicado seu primeiro número em dezembro de 2020. Para a edição seguinte, houve baixa procura dos estudantes do curso para publicarem na Revista, um dos motivos que levaram a sua suspensão em 2022. No entanto, essa experiência trouxe importantes aprendizados aos bolsistas do PET sobre os processos que envolvem a concretização de uma revista, possibilitou ainda a socialização dos conhecimentos produzidos por estudantes da graduação em Serviço Social da UFSC.

- Foi criado neste período o perfil do PET/SSO na plataforma digital Instagram, que vislumbrou uma maior interação com os estudantes e a sociedade em geral. Outra atividade foi a organização da Biblioteca do PET, onde foi realizada a catalogação de 354 livros.

- Realização de três Seminários de Integração do Curso de Graduação em Serviço Social que buscava a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, mediante a criação de espaço acadêmico-científico voltado à socialização das produções acadêmicas e técnico-científicas dos estudantes e egressos do Curso de Graduação do Serviço Social.

- O Grupo realizou a viagem de estudos em 2019 para conhecer as famílias atingidas pela barragem da Usina Hidrelétrica de São Roque, localizada entre os municí-



pios de Vargem e São José do Cerrito/SC. O objetivo da viagem foi conhecer a forma de organização do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e a realidade socioeconômica das famílias atingidas da região. E, ainda, foi desenvolvida pela tutora e pelas petianas uma Oficina de Mobilização para o Coletivo de Mulheres do MAB, junto a 20 mulheres pertencentes às famílias atingidas pela barragem da Usina Hidrelétrica de São Roque, de modo a construir um entendimento acerca das demandas e possibilidades que a mulheres tem em relação a sua condição.

- No projeto de extensão Estudo Socioeconômico em Comunidades realizado em 2019, o PET|SSO foi demandado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens de Santa Catarina (MAB/SC) a elaborar estudos sociais junto a três famílias que encontravam-se em situação de isolamento após a instalação de usina hidrelétrica. Para a realização dos estudos sociais, foi realizada entrevista, visita domiciliar e análise documental, bibliográfica e da legislação social. Foram construídos 3 estudos sociais e 3 pareceres sociais, com responsabilidade técnica da tutora, os quais contribuíram para que as famílias estudadas fossem reconhecidas como atingidas por barragens, tendo seus direitos de indenização garantidos.

- O Plantão PET promoveu encontros de tira dúvidas acerca da vida estudantil na UFSC e a apresentação PET aos calouros, que teve suas principais funções desenvolvidas em conjunto com a Coordenação de Curso na Semana de Integração do Serviço Social e a “calourada”, realizada por uma série de encontros virtuais, com apresentação do programa no ABC do MESS, que contou com a participação do o Caliss e COREFA, a divulgação do MANUALZASSO, criado em parceria com o Coletivo Negro Magali da Silva Almeida - que também integrou o ABC do MESS. Além disso, a comissão realizou um CINEDEBATE tratando da educação infantil, com o documentário Bilú e João (Brasil/Itália, 2005).

- O PET Convida e as pesquisas individuais dos petianos, possibilitaram reflexões de assuntos pertinentes para a profissão, tais como a divisão sexual do trabalho, a participação dos jovens na democracia, masculinidades e juventude negra, movimentos sociais do campo e as relações étnico-raciais, Serviço Social e as mobilizações populares, Intersetorialidade e os desafios da Infrequência e Evasão Escolar; Um olhar de luta e resistência: relatos de experiências de Assistentes Sociais Negras da Grande Florianópolis, Violência, genocídio e exploração: uma análise de Gênero, classe e etnia sobre a ótica descolonial; Ocupações Urbanas e o Direito à Moradia; Capitalismo e insegurança alimentar, entre outras.

Dessa forma, apesar do contexto atípico, o grupo PET/SSO deu continuidade as suas atividades durante a pandemia de COVID-19, visto que muitas lives e encontros virtuais foram promovidos pelos petianos, com palestrantes convidados para abordar assuntos significativos para a formação científica e cidadã, contribuindo não só para a formação dos bolsistas do programa, mas também de uma forma a contribuir para a sociedade no geral.

## A realidade agrária brasileira

REALIZAÇÃO: PETISSO E GRUPO TERRA, TRABALHO E RESISTÊNCIA/DSS/UFSC.

**Encontros neste semestre:**

- 02/06: Questão Agrária
- 23/06: Questão de Gênero
- 07/07: Questão Étnico-Racial
- 21/07: Religiosidade

Horário: 16h30  
Local: Sala do PET|SSO (CSE/UFSC)

ESTUDOS A PARTIR DA OBRA "TORTO ARADO" E BIBLIOGRAFIAS COMPLEMENTARES.

VAGAS LIMITADAS HAVERÁ CERTIFICAÇÃO.

INSCRIÇÕES ENTRE 23 E 25 DE MAIO DE 2022 PELO LINK: [BIT.LY/REALIDADEAGRARIABR](https://bit.ly/realidadeagrariabr)

## Grupo de Estudos: "Questão Social: tensões e contradições"

REALIZAÇÃO: PETISSO E COLETIVO VEIAS ABERTAS


**Referências teóricas:**

- 10/06: José Paulo Netto
- 24/06: Marilda Villela Iamamoto
- 08/07: Ricardo Lara e César Maranhão
- 22/07: Cristiane Sabino e Heloísa Teles
- 05/08: Octavio Ianni e Antônio Mazzeo

Horário: 09h  
Local: Sala do PET|SSO (CSE/UFSC)

INSCRIÇÕES ENTRE 30.05 E 03.06 DE 2022 PELO LINK [BIT.LY/QUESTAO-SOCIAL](https://bit.ly/questao-social)

## CinePET Debate: Criança não é mãe

Com a convidada  Dra. Simone Lolatto

Documentário: **O ABORTO DOS OUTROS**

Quando? Segunda-feira, 18 de julho de 2022 às 18h30min.

Onde? Auditório do Centro Socioeconômico/UFSC

## PET Debate: Ocupações Urbanas e o Direito à Cidade: Uma expressão da Questão Social

Com os convidados: Profª Drª Maria Teresa dos Santos – DSS/UFSC e Filipe Bezerra – Militante da Unidade Classificada em SC e morador da Ocupação Carlos Marighella.

Quando? Quarta-feira, 20 de julho de 2022 às 15h.

Onde? Instituto Arco-Íris de Direitos Humanos, Travessa Ratclif, 56 - Centro, Florianópolis

Haverá certificação

## Viagem de estudos UFPR Litoral

Quando? Terça-feira, 30 de agosto de 2022

Local e horário de saída: UFSC às 6 horas da manhã (Retorno no mesmo dia)



## PET Debate: MARCO TEMPORAL Roda de Conversa e Visita à Exposição Fotográfica

Yurupá Território: Retratos e Relatos dos Povos Indígenas em Santa Catarina

Com o convidado: Brasília Pripra Junior – Estudante de Arquitetura da UFSC – Povo Xokleng

Quando? 15 de julho de 2022

Onde? Centro Integrado de Cultura - CIC Agrônômica, Florianópolis

Horário de saída da UFSC: 13:30 (Sala do PET SSO)

Inscrições no link: [\[Link\]](#)

Haverá certificação

**Fotografia 8: Tutora Profa. Sirlândia Schappo**  
**Período de 04/2022 – Atual**



A Profa. Sirlândia, atual tutora do PET-Serviço Social e também Ex-bolsista do Programa, tem graduação em Serviço Social (1999) e mestrado Sociologia Política (2003) – ambos pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutorado em Sociologia (2008) pela Universidade de Campinas (Unicamp). Sua trajetória acadêmica vem sendo construída nas áreas de Serviço Social, Sociologia, Educação e Agroecologia, dedicando-se ao ensino, pesquisa e extensão, priorizando os temas: políticas públicas, Josué de Castro, agricultura de sustentação, fome e insegurança alimentar, educação do campo, pensamento social e questão agrária.

**DEPOIMENTO DA ATUAL TUTORA SOBRE O PET**

“O PET significa um universo de experiências que possibilita o encontro com o trabalho coletivo no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão. Sinto-me parte dessa história de 30 anos e tenho muito a reconhecer e agradecer aqueles e aquelas que comigo partilharam e construíram esse espaço tão importante nos processos de ensino-aprendizagem. Como ex-bolsista e atual tutora do Programa expresso aqui o quanto ele foi e tem sido importante em minha trajetória acadêmica, abrindo horizontes, caminhos e possibilidades para adentrar neste encantador mundo da pesquisa e da docência, permeado e constituído por relações mais amplas com a sociedade por meio da extensão. Agrego a isso, a importância do Programa e dos demais espaços de formação no Serviço Social como centrais para a qualificação de bolsistas, estudantes, docentes, profissionais e para a emergência de um pensamento crítico comprometido com os interesses dos trabalhadores e de suas necessidades. Tal relevância encontra-

-se expressa em diversas atividades realizadas que coadunam com os princípios éticos de nossa profissão.”

(Depoimento da atual Tutora Profa. Sirlândia Schappo de participação nesses 30 anos de PET Serviço Social UFSC – Depoimento dado em 20/05 de 2022 à comissão de organização da atividade comemorativa aos 30 anos)



33. Primeira Reunião Técnica Presencial 2022



34. Recepção Novos Bolsistas 2022



35. Grupo de Estudos A realidade Agrária Brasileira em 2022



36. Reunião do Grupo PET 2022 - 13/06/22

## **ALGUMAS DAS ATIVIDADES E PROPOSTAS PARA O ANO DE 2022 - PERÍODO ATUAL**

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.” Paulo Freire.

A frase de Paulo Freire inspira alguns dos objetivos, ações e propostas para o período atual. A partir da necessidade de aprender a caminhar, caminhando e aprendendo com o outro, construindo caminhos e sonhos que também são refeitos neste processo, o grupo busca qualificar a formação dos bolsistas e dos estudantes do curso com atividades de ensino, pesquisa e extensão. Busca ainda fortalecer as aproximações com os estudantes e os laços de parceria com o Departamento, com outros docentes colaboradores e com a Coordenação do Curso.

- Uma das atividades que vem sendo realizada são os Grupos de Estudos, constituindo-se em atividades de ensino, pesquisa e extensão, ampliando as possibilidades de atividades de estudo, ensino e aprofundando temas de pesquisas. A atividade é organizada em parceria com os núcleos e grupos de pesquisa e extensão. Um espaço aberto à participação dos estudantes da graduação interessados e demais interessados em debater e aprimorar seus conhecimentos teóricos sobre temáticas de pesquisa desenvolvidas no Departamento.

- Atividades com os Calouros e Plantão PET - Espaço onde os bolsistas contribuem para a socialização de conhecimentos referentes ao PET e orientam estudantes do Curso de Graduação e a comunidade em geral sobre o acesso à Universidade e a vida acadêmica. Estas orientações abrangem questões como: núcleos e grupos de pesquisa, extensão, bolsas disponíveis para estudantes na IES, orientações sobre materiais para construção de trabalhos acadêmicos, apoio pedagógico, acesso à assistência estudantil, informações sobre o PET, sobre eventos e atividades complementares, entre outras.

- Comunicação nas Redes Sociais – com o objetivo de socializar as atividades e o conhecimento produzido no âmbito Programa e por seus membros, divulgar eventos e atividades formativas, de ensino, pesquisa e extensão ofertados pelo próprio PET|SSO e/ou socialização de eventos e atividades de interesse da comunidade acadêmica do Serviço Social. Constituem meios de comunicação do PET|SSO nas redes sociais: Publicações no Instagram; Site e canal do PET|SSO no youtube; Postagens no fórum da graduação, PET Divulga e outros espaços de divulgação

- Atividades em Comemoração aos 30 Anos do PET Serviço Social - UFSC, estas atividades dão continuidade aos trabalhos já iniciados pelo grupo em 2021. Tem entre as atividades programadas a realização de uma Mesa Redonda em comemoração aos 30 anos do PET/SSO/UFSC. O objetivo desta é ser um espaço de valorização da história do Programa e sua relevância na qualificação da formação profissional dos estudantes no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão. Na ocasião, pretende-se realizar também o lançamento do e-book comemorativo. Outra atividade a ser realizada é um mini-curso sobre o PET em alusão à comemoração dos 30 anos do PET/

SSO/UFSC. A programação conta ainda com uma Exposição Fotográfica sobre o PET que será realizada no Centro Sócio-Econômico.

- O planejamento prevê ainda a realização de viagens de estudos e de visitas técnicas que possibilitam uma imersão dos estudantes na realidade institucional ou comunitária visitada, de modo a proporcionar um aprofundamento dos conhecimentos e estudos realizados ao longo do curso, articulando ensino, pesquisa e extensão e possibilitando uma experiência de aprendizagem extramuros.

- PET Debate - atividade de extensão que visa construir espaços formativos abertos aos estudantes do curso de graduação e pós-graduação em Serviço Social e áreas afins, assim como para membros da comunidade externa da UFSC: são minicursos, palestras, oficinas, rodas de conversa, cinePET debate, entre outras atividades.

- O programa conta com publicação semestral do Jornal do PET|SSO, articulando junto aos demais membros do grupo a elaboração de conteúdos técnico-científicos e de divulgação de atividades, assim como manterá atualizado o Mural do PET com informações pertinentes ao PET e ao Curso.

- Pesquisas temáticas individuais e coletivas - Objetiva desenvolver projetos de pesquisa em temas de interesse das/os petianas/os, sob orientação da tutora ou de outros professores colaboradores. Os projetos de pesquisa contribuem para as publicações científicas e acadêmicas e demais atividades de ensino e extensão do PET/SSO. A proposta é a construção de pesquisas coletivas, especialmente com os bolsistas em fases iniciais e pesquisas com temáticas específicas com estudantes bolsistas das fases finais do curso.

- Estão previstas também outras atividades como: publicações e a participação do PET em eventos, como o ENAPET 2022, Semana de Integração Acadêmica do Serviço Social e contribuições na organização do IV SENASS – 2022; participação no Interpet; participação em grupos e núcleos de pesquisa e extensão e atividades formativas complementares.



**PETIANAS/OS EGRESSOS  
DO PROGRAMA**



Adriana Camargo Martendal  
Adriana S. Iladi  
Adriana Zanqueta Wilbert  
Alessandra Rodrigues Santos  
Aline Ayres de Holanda  
Aline de Andrade Rodrigues  
Aline Janaína Moraes Gonçalves  
Amanda de Souza Rodrigues  
Ana Cecília de Araújo Teixeira  
Ana Correia  
Ana Larissa Pavesi  
Ana Paula Casagrande Cichowicz  
Annemarie Jansen  
André Freitas  
Andréia Dalke  
Andrey Victor de Souza Santiago  
Andrieli Barbosa Gomes  
Anita Mara Martins  
Arlei Souza Borges  
Arnaldo Xavier da Silva  
Bárbara Soares de Souza  
Bárbara Soares e Madureira  
Beatriz Antunes da Rosa  
Bianca Marina Sell  
Braulia Delma dos Santos  
Bruna Machado da Silva Neto  
Bruna Peixer  
Bruna Veiga de Moraes  
Camila Becker Xavier  
Camila Guimarães Nunes  
Camila Magalhães Nelsis  
Camila Reina  
Carmel Capitani Giongo  
Carolina Becker Peçanha  
Carolina Carneiro de Melo  
Carolina Rodrigues Costa  
Caroline de Souza Antunes  
Caroline Pizzato Esser  
Cilene Kosmann  
Clara de Almeida Praxedes Daniel  
Claudia Burgos  
Cláudia Patrícia Rosal  
Daniela Castamann

Daniella Maragno  
Daniela Maria Silva de Oliveira  
Daniele Beatriz Manfrini  
Daniele Giovanella Silveira  
Danielle Micheline Wagner  
Davi Machado Perez  
Debora Zanghelini  
Denise Costenaro  
Denise Luciano  
Edilaura Steffens  
Edi Luiza Nápoli  
Edson Osmar Ventura  
Eduarda Avila Flor  
Elaine Cristina da Silva  
Elisandra dos Anjos  
Elisabeth Deglmann  
Emanoela Carolina Vogel  
Emanuela Gnecco Fernandes  
Emiliana Vargas  
Erica Fernanda dos Santos  
Estefanie Cristina Deckmann  
Evelyn Alves Fontoura dos Santos  
Fabiana Pedrosani  
Fabiana Zanqueta Wilbert  
Fabiane Araújo Afonso  
Fernanda Torrentes Gomes  
Flávio Diego Malheiros Ferreira  
Gabriela Binatti Souza  
Gabriela Gerevini Kasper  
Gabriella Figueiredo dos Santos  
Giovana Buchner Silveira  
Giovanny Simon Machado  
Gisela Julia Moraes Willwock  
Giselli Dandolini Bonassa  
Gisllayne de Jesus  
Glauco Pereira de Oliveira e Braga  
Graciela J. D. Pauli  
Graciele Osório  
Graziela Ecco  
Grethi Magali Ruckhaber  
Helen Abou Hatem  
Ingrid de Cassia Souza de Oliveira  
Ingrid Maria

Iris Karine  
Izabela Cristina de Souza Pfiffer de Oliveira  
Jaina da Conceição Goes  
Jane da Rosa Defrein  
Janine Doederlein Soares  
Jiana Tomaz Moro  
João Otávio Teixeira  
João Paulo Borges da Silveira  
Joel Nunes da Silva  
José Ricardo do Nascimento Lopes Junior  
Joyce Santos  
Juan Rafael Mire Sanchez Chagas  
Juliana Rosa  
Juliana Telles do Rosario  
Juliana Trugilo May  
Karen Cecconello  
Karini Rosso Sartor  
Kariny Roussenq Inacio  
Keila Regina da Silva  
Keli Regina Dal Prá  
Láine Motter Oliveira  
Laura Santos Neitsch  
Leandro de Oliveira  
Leia Mayer  
Leonardo Sell  
Leticia Cristina Gomes Garcia  
Leticia Possamai Della  
Letícia Zimmermann  
Lilian Mann dos Santos  
Lindsey Oliva Fontana Schmitz  
Livia Pietrobelli da Silveira  
Luana da Costa Pereira  
Luciana da Costa  
Luciana Martendal  
Luciana de O. Plaza  
Luciane Guisso  
Luis Fernando  
Lurdiane Andréa Marca  
Maicon de Medeiros  
Maria de Fatima Bernadete de Souza  
Maria Luana Klüh Costa  
Maria Luiza Ferreira de Oliveira  
Mariana Mendes de Oliveira

Marjori de Souza Machado  
Mathaus Nascimento Caricate  
Mayara Zimmermann Gelsleichter  
Micheli Klauberg  
Michelly Nezilda Cardoso  
Milton Felipe Pinheiro  
Mislaine Ingre Goncalves  
Nicole de Freitas Gomes  
Noemia Schuch  
Pamela Barreto Correa  
Poty Colaco Fonseca  
Priscila Boasi  
Raiana Pires Tossulino  
Renilde Fantin Gebler  
Ricardo Hahn Barbosa de Souza  
Rinald Boassi  
Rodrigo Faria Pereira  
Ronise Carla Gafski  
Rubia dos Santos  
Ruth Gnecco Zanini  
Sabrina Gabriela Santos  
Sara Santos  
Sergio Miguel Pires de Oliveira  
Silvana da Silva Rufino  
Sirlândia Schappo  
Tainara Cristina dos Santos  
Tamires Cristina Vigolo  
Tânia de Lourdes R. Puga  
Tatiani Macarini  
Thanmyss Alves  
Thayse Abreu  
Thiago Rubim  
Thiara Silveira de Freitas  
Thuane Salgado de Oliveira  
Triciana Englert  
Vinicius Pinheiro Alves  
Viviane Landrade  
Yolanda Flores Schmitt

# SEÇÃO DE TEXTOS



# O PET SERVIÇO SOCIAL DA UFSC: CONSTRUINDO EXPERIÊNCIAS E FORTALECENDO FORMAÇÕES

Rúbia dos Santos Ronzoni<sup>1</sup>  
Sirlândia Schappo<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente texto apresenta o relato de experiências de duas egressas do PET Serviço Social da UFSC com intuito de demonstrar os impactos do Programa na formação global, crítica, ético-política, técnica e cidadã. Para tal, explicita as atividades orientadas pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na educação tutorial. A partir da experiência, constata-se que a participação no Programa possibilita aos discentes uma formação global que se dá em diferentes âmbitos. As incidências do Programa se situam para além dos interesses e dimensões individuais e formativas de seus integrantes. O mesmo compreende possibilidades participativas na direção de uma formação coletiva e ético-política. Observa-se que o Programa existe e persiste em meio a movimentos de resistência oriundos das articulações nacionais fortalecidas a partir da década de 1990.

**PALAVRAS-CHAVE:** Programa de Educação Tutorial; Formação Profissional; Serviço Social

## INTRODUÇÃO

O texto apresenta algumas das contribuições do Programa Especial de Treinamento – PET Serviço Social da UFSC no âmbito do Ensino, da Pesquisa e da Extensão e seus impactos na formação profissional de ex-petianas(os), petianas, bem como de estudantes do referido curso de graduação. Por meio de um relato de experiências significativas das autoras, docentes do Departamento de Serviço Social da UFSC, enquanto bolsistas do referido Programa no período de 1997 a 1999, a proposta é explicitar que a vivência neste grupo contribui para o aprimoramento não apenas da formação individual de cada bolsista, mas para o coletivo de estudantes do curso e também fortalece as trocas de saberes com a sociedade.

Na primeira parte apresentamos uma breve contextualização histórica do programa com o intuito de situar o período no qual o texto faz referência às experiências e contribuições do Programa. Ainda nesta seção são explicitados os pilares que fundamentam o PET: ensino, pesquisa e extensão e sua importância para a formação profissional do serviço social.

Na segunda parte, constam as experiências vivenciadas pelas autoras a partir

---

1 Doutora em Sociologia Política pela UFSC, Mestre e Graduada em Serviço Social por essa mesma Universidade, onde também atualmente é docente do Departamento de Serviço Social. Egressa do PET/Serviço Social da UFSC como bolsista e como Tutora. E-mail: rubia.santos@ufsc.br

2 Doutora em Sociologia pela Unicamp, Mestre em Sociologia Política pela UFSC, Graduada em Serviço Social pela UFSC e atual docente do Departamento de Serviço Social desta mesma Universidade. Ex-bolsista e atual Tutora do PET/Serviço Social da UFSC como bolsista E-mail: sschappo@gmail.com

do acompanhamento de um período que constitui parte da trajetória histórica do PET Serviço Social na UFSC, em especial, o contexto do final da década de 1990. Nesta seção são ressaltadas tanto a relevância quanto à abrangência das atividades desenvolvidas no Programa, sendo que estas não se limitaram ao aprimoramento intelectual e à formação acadêmica dos integrantes do grupo, refletindo também em contribuições para o Curso ao qual a tutora e os(as) bolsistas estavam diretamente vinculados. Demonstra ainda o quanto as ações desenvolvidas foram importantes para impulsionar as discentes na vida acadêmica, resultando na carreira docente, nesta mesma instituição.

## **PANORAMA DO PET**

O PET é composto por grupos tutoriais de aprendizagem que são organizados em diferentes áreas de formação a nível de graduação nas instituições de ensino superior de todo país, espelhado em experiências internacionais. Busca propiciar aos estudantes, que ficam vinculados a tutoria de um docente, realizar atividades extracurriculares orientadas pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da educação tutorial. (BRASIL, 2006)

Partindo desse pressuposto, contribuí para oportunizar aos estudantes experiências não presentes nas estruturas curriculares, favorecendo desta forma uma formação global, crítica, ético-política, técnica e cidadã. O programa conta com 842 grupos em 121 instituições de educação superior no Brasil (BRASIL, 2021). A UFSC conta com 21 grupos PET lotados nos campi Florianópolis, Curitibanos e Joinville. (UFSC, 2021).

Anualmente os grupos PETs do Brasil promovem encontros regionais e um nacional. “O SulPET acontece anualmente desde 1998 com objetivo de articular e proporcionar um espaço de discussão interdisciplinar para a ampla formação dos alunos quanto cidadãos. Além das atividades acadêmicas, o evento proporciona um momento de troca de informações e conhecimento entre os grupos PETs, assim como delibera questões administrativas inerentes ao programa que são encaminhadas para o Encontro Nacional de PETs – ENAPET.” (XXII SULPET, 2019).

Os Grupos PETs são assim espaços importantes de aprendizagem, interlocução e oportunidade de fortalecimento dos conteúdos curriculares e de outros pertinentes à formação profissional e que não constam na grade curricular. As atividades desenvolvidas pelo Programa incidem para além de seus integrantes, configurando-se como instigantes oportunidades de trocas no âmbito da universidade e da sociedade.

## **CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: CARACTERIZAÇÃO E CONCEPÇÃO FILOSÓFICA**

Espelhado por iniciativas internacionais, o Programa Especial de Treinamento foi criado em 1979 no Brasil pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Transferido no final de 1999 para a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, o programa ficou sob a responsabilidade do Departamento de Modernização e Programas da Educação Superior – DEPEM. Em

2004 o PET passou a ser denominado como Programa de Educação Tutorial. (BRASIL, 2006).

A mudança supracitada decorre da incorporação das normas instituídas pela Lei 11.180 de 23 de setembro de 2005, pelas Portarias MEC Nº. 3.385 de 29 de setembro de 2005 e nº 1.632, de 25 de setembro de 2006, assim como sugestões advindas de tutores e alunos integrantes do PET e dos gestores do programa na SESu/MEC. (BRASIL, 2006).

De acordo com Martins (2007) as orientações que consubstanciaram nessa nova legislação do PET resultaram de uma análise crítica que ratificou as potencialidades do programa e evidenciou a necessidade de superar princípios fundados em pressupostos definidos ainda na época da sua criação e em visões endógenas, refratárias às sinalizações de mudanças que se desenhavam para o programa.

Assim, construiu-se maior institucionalidade para o Programa, transparência, ampliação de grupos no Brasil, reajustes de valores, sistematização de estudos avaliativos além de tratar de aprofundar a discussão acadêmica sobre a Educação Tutorial, são ações que, alavancadas pelo SESu/MEC, irão caracterizar a próxima fase de desenvolvimento do PET. (MARTINS, 2007)

Neste sentido, o PET constitui-se de uma modalidade de investimento acadêmico que têm compromissos epistemológicos, éticos e sociais. Visa possibilitar uma gama diversificada de conhecimentos para os estudantes, mas também contribuir para sua qualificação como pessoa humana e membro da sociedade.

Trata-se de um grupo de discentes vinculados a um curso de graduação para desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão sob a orientação de um professor tutor. Assim, o Programa de Educação Tutorial objetiva complementar a perspectiva convencional de educação baseada, em geral, em um conjunto qualitativamente limitado ao currículo. (BRASIL, 2006)

O que caracteriza o grupo tutorial é a presença de um tutor com a missão de estimular a aprendizagem dos seus membros, através de vivência, reflexões e discussões, num clima de informalidade e cooperação.

O método tutorial permite o desenvolvimento de habilidades de resolução de problemas e pensamento crítico entre os bolsistas, em contraste com o ensino centrado principalmente na memorização passiva de fatos e informações, e oportuniza aos estudantes tornarem-se cada vez mais independentes em relação à administração de suas necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2006, p. 6)

Ao articular as três dimensões supracitadas permite uma formação global possibilitando uma compreensão mais ampla e integral do que ocorre no mundo e consigo mesmo. Ao construir as atividades coletivamente, pode-se desenvolver a capacidade do trabalho em equipe, de responsabilidade coletiva e compromisso com a sociedade.

Nesse sentido, pode-se aferir que o PET é um programa composto por um grupo de estudantes e um professor(a) tutor(a) que visa realizar, dentro da universidade brasileira ações que contribuem para a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da



extensão. Destaca-se que, além de um incentivo à melhoria da graduação e da formação dos estudantes a ela vinculados, o PET promove atividades que vêm ao encontro da concepção de universidade e do direito à educação, estabelecidos a partir dos princípios estabelecidos na Constituição Brasileira de 1988.

## **PILARES DO PET- TRIPÉ ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO E SUA IMPORTÂNCIA PARA O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

O Serviço Social desde o processo de reconceituação vem buscando ultrapassar o conservadorismo e as atitudes contrárias aos princípios éticos profissionais construídos e materializados na aprovação do Código de Ética de 1993, na lei 8.662/93 que regulamenta a profissão e nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS-1996). Esses documentos adensaram o Projeto Ético Político do Serviço Social expressando o compromisso com a defesa dos direitos humanos e sociais, democracia e justiça social. Pode-se afirmar que o Serviço Social construiu um projeto profissional inovador e crítico com fundamentos históricos hauridos em valores humanitários.

Para Yamamoto a profissão,

[...] deu um salto de qualidade em sua auto-qualificação na sociedade. Essa adquiriu visibilidade pública por meio do Novo Código de Ética do Assistente Social, das revisões da legislação profissional e das profundas alterações verificadas no ensino universitário na área. (...) houve, também, um adensamento do mercado editorial e da produção acadêmica. (...) Os assistentes sociais ingressaram nos anos 90 como uma categoria que também é pesquisadora, reconhecida, como tal, pelas agências de fomento. (IAMAMOTO, 1998, p. 51)

Já Netto (1996, p. 124) indica a “necessidade de elaborar respostas mais qualificadas (do ponto de vista operativo) e mais legitimadas (do ponto de vista sócio político) para as questões que caem no seu âmbito de intervenção”. Neste sentido, para compreender as contradições societárias contemporâneas e proporcionar ao acadêmico de Serviço Social uma formação profissional que o conduza a uma intervenção crítica, comprometida e competente, torna-se necessário construir uma Universidade comprometida com este ideal. Uma “universidade voltada para a formação crítica dos seus alunos não deve preocupar-se apenas em responder as demandas do mercado de trabalho. Um dos desafios é criar novas demandas à profissão, ultrapassando a relação mecânica com a realidade” (BRAVO, et. al, 2004, p. 02).

A formação profissional é um compromisso concreto dos diferentes atores deste cenário (corpo docente e discente, universidades, profissionais de Serviço Social, entre outros), no sentido de quebrar os tabus e romper as barreiras sem perder a coerência, o rigor teórico metodológico e ético político, conquistados ao longo das últimas décadas. (SILVA, 2001)

O conjunto de princípios e diretrizes da ABEPSS supõe uma formação com flexibilidade nos currículos oferecendo atividades que extrapolem a sala de aula (tais

como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares); Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social; Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular; Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos; Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos; Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional; Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão; Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional; Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular; Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional. (ABEPSS, 1996, 2001)

A capacitação competente e crítica para a pesquisa e intervenção na realidade social, são os objetivos gerais da formação acadêmica. O processo de ensino-aprendizagem deve buscar a conciliação da profissão com a dinâmica da vida social, preservando a competência crítica, tanto no âmbito da formação, como do exercício profissional. Implica necessariamente envidar esforços no estreitamento das relações entre qualificação acadêmico-profissional e realidade de mercado de trabalho. (IAMAMOTO, 1998)

Neste contexto, um espaço na formação profissional que possibilite ao discente, um contato direto com a dinâmica social situa-se no ensino da prática profissional, mediante a articulação do ensino, pesquisa e extensão.

No entanto, sabe-se que a articulação destes três elementos necessários à formação não é simples. Mesmo que, historicamente as universidades tenham afirmado a indissociabilidade destes três pilares, sabe-se que os limites de sua implementação são muitos, a começar pelo saber sancionado. (BRAVO, et. al. 2004)

O ensino deve ser incorporado como uma atividade que não se restringe a sala de aula, embora sejam necessários os momentos de troca de saberes. Correlacionando-o com as atividades de pesquisa e extensão, a apreensão do saber se torna mais ampla e concreta.

Para a extensão, o conhecimento adquirido em sala de aula e na pesquisa é imprescindível, pois oferece base de sustentação para a prática social. A extensão corresponde a “um processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade (Serrano, et. al, 2001, p.23). Neste sentido, a extensão possibilita levar à campo o ensino e a pesquisa desenvolvidos na Universidade.

Do mesmo modo, o desenvolvimento de pesquisas que estejam articuladas à extensão e o conteúdo de sala de aula, reforça a base teórica, amplia o espectro analítico da realidade e fortalece a possibilidade de produção de conhecimento. Neste sentido, as dimensões que envolvem ensino, pesquisa e extensão são essenciais uma à outra, e por isso, se formam de maneira dialética.

Para Guerra (2009) a pesquisa garante o estatuto da maioria intelectual para a profissão, pois além de proporcionar uma contribuição efetiva às diversas áreas do

conhecimento, permite-nos conectarmos as demandas das classes trabalhadoras.

Partindo destes pressupostos, as possibilidades de articulação destas três esferas durante o processo de formação profissional são inúmeras, ainda mais se tratando de uma área que tem reconhecido domínio na intervenção social.

Neste sentido, “a constituição de um grupo de alunos vinculados a um curso de graduação para desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão sob a orientação de um(a) tutor(a) visa oportunizar aos estudantes participantes a possibilidade de ampliar a gama de experiências em sua formação acadêmica e cidadã.” Assim o PET-Programa de Educação Tutorial permite uma formação global do bolsista e demais estudantes, proporcionando-lhes uma visão integral do que ocorre consigo mesmo e com o mundo. (BRASIL, 2006, p.6)

No curso de serviço social da UFSC o PET foi criado em 1992 sendo um dos primeiros grupos PET's da UFSC e desde a sua criação vêm desenvolvendo atividades voltadas para o ensino, pesquisa e a extensão. São 30 anos formando profissionais comprometidos com a realidade social deste país, fortalecendo os espaços plurais de aprendizado. Na próxima seção apresentaremos algumas destas contribuições a partir das experiências das autoras vivenciadas no Programa no final da década de 1990 e seus reflexos na formação profissional.

## **CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO E DOCÊNCIA**

O acompanhamento de parte da trajetória histórica do PET – Serviço Social na UFSC, contribui para aferir sua relevância e abrangência, sendo que estas não se limitam ao aprimoramento intelectual e à formação acadêmica dos integrantes do grupo. Os reflexos das atividades desenvolvidas pelo Programa também abrangem diretamente os estudantes e docentes do curso de graduação em Serviço Social da UFSC e aqueles vinculados à pós-graduação, estes de uma maneira menos direta. O Programa compreende ainda atividades colaborativas e de aprendizagens mútuas com a comunidade universitária e a sociedade em geral. Estes aspectos, aliados à incidência de suas ações nas três dimensões essenciais da universidade: ensino, pesquisa e extensão, constitui um dos grandes diferenciais do PET, envolvendo a formação ou socialização de conhecimentos de forma coletiva, crítica, propositiva e interligada.

Nas próximas subseções são destacados os diferenciais do programa, mais especificamente do PET-Serviço Social/UFSC, a partir da trajetória de experiências das autoras enquanto bolsistas do Programa no período da graduação. Os reflexos do aprendizado no programa são ainda evidenciados no período que compreende o ingresso das autoras na pós-graduação e mais recentemente como docentes do Departamento de Serviço Social da UFSC. Em cada uma das subseções seguintes, são apresentadas ações e contribuições propiciadas e construídas pelo Programa, ou a partir das experiências nele vivenciadas, que consideradas fundamentais tanto para a formação profissional e enquanto docentes, quanto para os demais sujeitos que abrangem o alcance do PET-Serviço Social/UFSC.

## **O PET SERVIÇO SOCIAL UFSC NO FORTALECIMENTO DO ENSINO**

O PET Serviço Social – UFSC tem ensejado um processo de formação e de compreensão da realidade abrangente, possibilitando o aprimoramento da atuação profissional dos egressos do programa, assim como a melhoria da qualidade do curso de graduação no qual estão vinculados. Por meio de diversas atividades que incidem em uma formação ampla, o PET tem instigado a interdisciplinaridade e a atuação coletiva qualificando o curso, bem como qualificando seus integrantes para o ingresso em programas de pós-graduação.

O processo pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social da UFSC deve contribuir para a formação de um perfil profissional capacitado nas dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa. Estas atravessam as diretrizes curriculares que dão sustentação a uma formação profissional intelectual e cultural generalista. Entre os objetivos do curso estão: Assegurar uma formação ética e humanista; Possibilitar a aquisição do conjunto de competências e habilidades, com base na análise das expressões da questão social nos diversos espaços sócio-ocupacionais, para o exercício profissional; articular conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, relacionados às demandas e necessidades sociais para a formulação de respostas profissionais, entre outros. (UFSC, 2013, p. 38)

O PET Serviço Social da UFSC tem contribuído com a formação do referido perfil profissional, sendo que desde as suas origens tem efetivado ações condizentes com este propósito. Sendo estas alicerçadas no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a consolidação da finalidade da Universidade:

Art. 3º A Universidade tem por finalidade produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida. (UFSC, 1978)

Nesse sentido, torna-se primordial o reconhecimento e o fortalecimento do primoroso trabalho desenvolvido pelo Programa. No âmbito do ensino, destaca-se as atividades que fortalecem a formação profissional dos(as) alunos(as) da graduação envolvidos(as) diretamente e indiretamente com o programa. Tais atividades se concretizam de forma extracurricular, por meio de eventos, cursos, debates, grupos de estudo, filmes, viagens de estudo, possibilitando o aprofundando de temas debatidos em sala de aula e de outros relevantes, mas que não constam como conteúdos obrigatórios, contribuindo para o aprimoramento dos conhecimentos na área.

A partir da experiência no Programa, no final da década de 1990, é possível destacar também o engajamento do PET no processo de construção das atuais Diretrizes Curriculares (com base no currículo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996) da antiga ABESS (Associação Brasileira de Ensino de Serviço

Social). Naqueles anos, os Cursos de Graduação em Serviço Social, sob a coordenação da ABESS, contribuíram para a proposição de um currículo mínimo. O grupo PET teve um forte envolvimento nesse processo tanto no nível local quanto na Região Sul como um todo. A participação dos integrantes do grupo deu-se na preparação, organização da infraestrutura, no auxílio à coordenação, bem como no registro dos eventos e na confecção dos relatórios dos mesmos. Na VI Oficina Regional da ABESS-Região Sul I, nos dias 12 e 13 de junho de 1997, que ocorreu na UFSC, o grupo também teve uma participação ativa. Na ocasião, a tutora do PET/Serviço Social da UFSC, profa. Vera Maria Ribeiro Nogueira era Vice Presidente da Região Sul I – ABESS.

No âmbito do ensino, destaca-se também, no período, a contribuição do PET na preparação de estudantes para o ingresso nos programas de pós-graduação. Observamos que este aporte por parte do Programa era mais forte no período que ele ainda era denominado Programa Especial de Treinamento, sendo vinculado na época à CAPES. Conforme visto na primeira parte do texto, o PET foi criado em 1979, inicialmente intitulado Programa Especial de Treinamento. O objetivo era desenvolver e propiciar formação acadêmica de alunos da graduação, no sentido de possibilitar aos egressos o engajamento em programas de Pós-Graduação das instituições de ensino superior. Nesse sentido, o período em que as autoras estavam vinculadas ao programa foi fundamental para aprimorar os seus conhecimentos em pesquisa, para ampliar as suas publicações e qualificar os seus currículos. Experiências essas que contribuíram para o ingresso em programas de pós-graduação, tanto para a realização do mestrado quanto do doutorado. Ao se analisar ainda o memorial e o perfil dos egressos do PET/Serviço Social (PET/SS, 2021) é possível constatar que o PET representou um alicerce fundamental não apenas o ingresso das autoras na pós-graduação, mas também para outros bolsistas que na mesma época eram vinculados ao programa. De um grupo de 20 bolsistas vinculados ao programa entre 1997 e 1999, é possível observar que 9 deles seguiram os estudos na pós-graduação e concluíram o mestrado, sendo que destes 2 concluíram também o doutorado. Além desses 9, cabe citar ainda outros 2 que concluíram especialização.

Cabe ressaltar que essa experiência não se deu de forma isolada ou individualizada, pois a qualificação dos bolsistas era efetivada possibilitando a qualificação coletiva do curso de graduação em Serviço Social da UFSC. Esse processo ocorria por meio da socialização de estudos, pesquisas, publicações, organização de eventos e de viagens de estudos, entre outras atividades. Destas, participavam não apenas os integrantes do grupo PET, mas possibilitava a participação dos demais estudantes do curso. Destaca-se que a essência do PET é o aprendizado mútuo, as trocas, os diálogos e o aprimoramento intelectual do coletivo de estudantes. Pode-se aferir ser este um dos grandes diferenciais do Programa em relação a outras bolsas que possibilitam uma aprendizagem mais individualizada.

## **CONTRIBUIÇÕES NA PESQUISA E NA EXTENSÃO**

Nesta seção ressalta-se o fomento à pesquisa no âmbito do PET, os diferenciais da bolsa PET em relação a outras bolsas de pesquisa nas instituições de ensino supe-

rior e as contribuições do Programa para a efetivação de ações de extensão, ampliando e fortalecendo as relações entre sociedade e universidade.

A construção das pesquisas contava com a orientação dos professores do curso ou de outras áreas, bem como do professor tutor do PET Serviço Social. Por meio do desenvolvimento de pesquisas e publicações individuais e coletivas, era possível fortalecer o processo de aprendizagem com as trocas no interior do próprio grupo, assim como com os demais estudantes, docentes do curso, de outros programas, da universidade como um todo e com a sociedade. Um exemplo dessas trocas foi o Evento em Comemoração ao Dia do Assistente Social no ano de 1999, promovido pelo PET de Serviço Social e o Centro Acadêmico Livre de Serviço Social (CALISS), no qual as bolsistas apresentaram a pesquisa desenvolvida coletivamente pelo grupo, intitulada “Exclusão Social na Cidade de Florianópolis – os catadores de papel”. Outros eventos importantes de socialização das pesquisas e projetos eram as Semanas, os Seminários de Iniciação Científica, bem como nas SEPEXs – Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão, sendo que a participação do grupo nesta última ocorreu já em sua primeira edição entre os dias 05 e 09 de novembro de 2000.

Entre os espaços que propiciaram essas trocas, bem como a construção e socialização de saberes, destacam-se ainda as reuniões de grupo, os seminários de pesquisa e a organização e a participação em eventos da categoria. Nestes últimos, houve a participação de bolsistas do PET/Serviço Social da UFSC no I Encontro de Serviço Social na Esfera da Seguridade Social no Brasil, entre os dias 16 e 18 de julho de 1997, em Belo Horizonte (MG). Essa participação contribuiu para motivar o grupo a organizar em parceria com o PET/Direito o I Curso de Seguridade Social, com a temática Legislação, Programas e Mecanismos de Fruição, nos dias 16, 21 e 23 de outubro de 1997 e o I Simpósio de seguridade social: mudanças legais, perspectivas e práticas profissionais, entre os dias 30 de novembro e 02 de dezembro de 1998, na UFSC.

Além dos cursos e eventos científicos que o PET promovia, destacam-se ainda as contribuições dos(as) bolsistas, naquele período, na organização de Conferências de Políticas Sociais, sendo esta uma importante oportunidade de troca de saberes com a sociedade. O que possibilitou no âmbito da extensão universitária o aprendizado na área de Gestão das Políticas Sociais e a contribuição do programa com trocas de saberes nos processos organizativos e participativos da sociedade. Um importante processo de complementação da formação profissional, cuja discussão sobre a Gestão das Políticas Sociais ainda era um tema incipiente na proposta curricular do curso.

## **FORMAÇÃO DE PENSAMENTO CRÍTICO, DESAFIOS E RESISTÊNCIA**

Nesta subseção destacamos a importância do PET Serviço Social da UFSC para despertar pensamentos críticos, contribuindo para o reconhecimento da realidade social, econômica e política, bem como para resistências e lutas em prol da melhoria das condições de vida e dos direitos em uma sociedade marcada fortemente pelas desigualdades sociais. Observa-se que em sua trajetória histórica o PET/SS da UFSC tem contribuído para instigar aqueles(as) que participam direta ou indiretamente de suas ações a serem sujeitos participativos nos espaços públicos, assim como nas questões

políticas que envolvem ações e decisões em benefício da coletividade, da justiça e da democracia.

Cabe ressaltar, que no final da década de 1990, as discussões centravam-se na seguridade social, no exercício e formação profissional, na questão social, no código de ética, no pensamento crítico-dialético, entre outras, além das temáticas de pesquisas individuais. Ainda era incipiente as discussões sobre as desigualdades de raça, de gênero, LGBTQI+, pessoas com deficiência, questão agrária, entre outras. Considera-se que estas temáticas foram agregadas posteriormente de forma mais geral nas atividades do grupo com a ampliação destas discussões no âmbito da categoria profissional e também pelo importante protagonismo dos estudantes advindos da política de ações afirmativas, sendo esta última incorporada recentemente nos processos seletivos do Programa. Atualmente são reservadas no programa, além das vagas para ampla concorrência, vagas à candidatas/os para ingresso por meio da política de ações afirmativas. Para estas são considerados/as candidatas/os autodeclaradas/os negras/os, quilombolas, indígenas, LGBTQI+, pessoas com deficiência e/ou oriundas/os de escola pública.

Os espaços de debates e discussões que possibilitam o pensamento crítico, reflexivo e engajado, são complementados por ações efetivas de organização e de mobilização pela efetivação de direitos e resistências frente ao avanço de pensamentos conservadores e da perspectiva neoliberal, sendo esta mais fortemente presente no Brasil dos anos de 1990 e especialmente após 2016.

Ressalta-se o engajamento e participação dos bolsistas do PET/Serviço Social da UFSC na mobilização nacional dos grupos PET em Brasília no ano de 1998. A mobilização ocorreu frente aos desmontes sofridos pelo programa no governo de Fernando Henrique Cardoso, em pleno contexto de avanço do neoliberalismo e redução nos recursos da Educação. As bolsas do PET tiveram um corte de 50%, deixando os grupos na difícil decisão de quem do grupo permaneceria no programa e quem sairia. Além disso, o Ofício Circular DPR 020/97 de dezembro traz ainda outros retrocessos, como a eliminação da taxa acadêmica<sup>3</sup>.

Após esta ampla mobilização nacional realizada em 1998, a decisão de cortes foi revista, permanecendo todas as bolsas vinculadas ao programa. Porém, destaca-se a importância da permanente luta, pois apesar da manutenção das bolsas naquele período, atualmente evidenciam-se outras dificuldades, como o valor reduzido da bolsa, a qual não chega a meio salário mínimo, sendo que no período analisado ela equivalia a dois salários mínimos. Fato este que revela o atual descaso com a pesquisa no Brasil, bem como as dificuldades de permanência de alguns bolsistas no Programa.

A participação de bolsistas em espaços organizativos, como no movimento estudantil, nos organizados pelos grupos PET no âmbito nacional, regional e estadual, e mais recentemente, no movimento negro, indígena, camponês, entre outros, tem contribuído para instigar debates, reflexões, ações e resistências em prol dos direitos humanos e pela superação das históricas heterogeneidades, desigualdades e injusti-

---

3 Sobre esta e outras tentativas de ameaças constantes a manutenção do Programa ver Ely e Pires (2007).

ças.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No findar deste texto, mesmo que tenha se centrado em apenas um pequeno trajeto do PET Serviço Social na UFSC, pode-se aferir que são louváveis as comemorações de seus 30 anos. Grandes foram as trocas, aprendizados, experiências, mobilizações e resistências que demonstram que o Programa se situa para além dos interesses e dimensões individuais e formativas de seus integrantes. O mesmo compreende possibilidades participativas na direção de uma formação coletiva e ético-política.

Os desafios para a valorização do Programa e permanência de seus integrantes ainda se encontram presentes na atualidade e a luta continua. As manifestações nacionais contra a extinção de 50% das bolsas em 1998 contribuíram para o fortalecimento das articulações nacionais. Estas foram aglutinando forças e em 2006 foi criada a CENAPET - Comissão Executiva Nacional do PET, a qual representa os estudantes e tutores do atual Programa de Educação Tutorial e realiza a comunicação com órgãos superiores como o MEC. (CENAPET, 2021). Outra forma de organização é o Mobiliza PET que tem lutado pela defesa do programa e pelos direitos de seus bolsistas por meio de Assembleias Gerais, órgão direcionador da CENAPET.

É expressivo o número de estudantes egressos do PET Serviço Social na década de 1990 que seguiram carreira docente e/ou ingressaram nos programas de pós-graduação. Entretanto, cabe ressaltar que este dado refere-se há duas décadas atrás, podendo ter diminuição posteriori. Cabe observar que à época o programa tinha dentre seus propósitos centrais a preparação dos bolsistas para a pós-graduação. Também no período analisado o valor das bolsas era maior, ampliando as possibilidades dos estudantes dedicarem tempo exclusivo para a pesquisa, bem como para as demais atividades do Programa, reduzindo a preocupação em buscar outras fontes de renda e de sobrevivência.

Por fim, observa-se que os debates, reflexões, ações e resistências em prol dos direitos humanos, da seguridade social, do pensamento crítico, entre outras questões tem instigando novas discussões e revigorando outras. As comemorações dos 30 anos do PET Serviço Social da UFSC são marcadas por diferentes espaços temporais, onde o propósito da formação qualificada e crítica permanece vivo e aliado na direção da superação das históricas heterogeneidades, desigualdades e injustiças. Parabéns à todos(as) que contribuíram para construção desta história!

## **REFERÊNCIAS**

ABESS/CEDEPSS. (Doc.) Proposta básica para o projeto de formação profissional. Serviço Social & Sociedade. (São Paulo) nº 50, p.143-171, 1996.

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de Nov. de 1996). In: Cadernos ABESS Nº 7 - Formação profissional: Trajetos e Desafios. São Paulo: Cortez, 1997.



BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. Manual de Orientações – PET. Brasília: 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Apresentação PET. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet>. Acesso em: 30/11/2021.

BRAVO, Maria I.S. Et al. As Dimensões Ético-políticas na Formação Acadêmica do Assistente Social: a Articulação Ensino-Pesquisa-Extensão. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004.

CENAPET. Comissão Executiva Nacional do PET. Sobre. Disponível em: <https://cenapet.org/sobre>. Acesso em 30 de nov. de 2021.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. . In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, M.V. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998. 326p.

MARTINS, Iguatemy L. Educação Tutorial no ensino presencial: uma análise sobre o PET. PET–Programa de Educação Tutorial: estratégia para o desenvolvimento da graduação. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social- notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Serviço Social e Sociedade, nº 50. Ano XVII, abr. Ed. Cortez. São Paulo. 1996

PET/SS. Programa Especial de Treinamento Serviço Social UFSC. Memorial. Petianos Egressos. Disponível em: <https://petservicosocial.ufsc.br/memorial/petianes-egressos/>. Acesso em: 30 de nov. de 2021.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior, et al (org) Avaliação Nacional de Extensão Universitária. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus (Ba): UESC, 98 p. Coleção Extensão Universitária, v.3, 2001.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira. Mundialização, Serviço Social e Trabalho profissional. Paraná: Universidade Entre Rios, Argentina, 2001.

ELY, Vera Helena Moro Bins. PIRES, Giovani, De Lorenzi (orgs). Do treinamento à Educação Tutorial: o PET na UFSC (1980-2007). Florianópolis: UFSC, 2007. UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Comitê Local de Acompanhamento e

Avaliação – CLAA. Grupos PET da UFSC. Disponível em: <https://claa.paginas.ufsc.br/pets-ufsc/>. Acesso em: 30 de nov. de 2021.

XXII SULPET. Notícias. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/prec/2019/04/16/xxii-sulpet-encontro-regional-dos-grupos-pet-do-sul/> . Acesso em: 30 de nov. de 2021.

# O PROGRAMA DE EGRESSOS DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO

Andréa Márcia Santiago Lohmeyer Fuchs<sup>1</sup>

Carla da Silva Nunes<sup>2</sup>

Rúbia dos Santos Ronzoni<sup>3</sup>

## RESUMO

O presente artigo tece considerações sobre o acompanhamento sistemático pós-cumprimento de medida socioeducativa de internação, conhecido como “Programa de Egresso”, previsto na Lei 12.594/2012. O objetivo é analisar a percepção dos adolescentes sobre o significado e importância do acompanhamento sistemático temporário, para a retomada da vida social pós-cumprimento da medida. A pesquisa de caráter exploratório e de abordagem qualitativa tem como instrumento de coleta de dados a realização de entrevistas semiestruturadas e a técnica da urna, questionário fechado, com o total de nove adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Centro Socioeducativo Regional de São José. Conclui-se que, a aproximação com o Programa de Egresso ainda é muito frágil, mesmo presente no plano legal como um direito pouco se avançou por várias implicações impostas nos cotidianos institucionais, que contribuem para reincidências nos atos infracionais cometidos pelos adolescentes e a não garantia de direitos pós-cumprimento desta medida socioeducativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Adolescente autor de ato infracional. Medidas socioeducativas. Programa de Egresso.

## INTRODUÇÃO

No decorrer da história da infância e juventude no Brasil, a temática sobre adolescentes autores de atos infracionais percorreu distintas explanações. Somente a partir de marcos normativos e regulatórios embasados nos princípios da proteção integral com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA (1990), que este segmento foi reconhecido como sujeito de direitos.

No período em que vigorava o Código de Menores, Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979<sup>4</sup>, o termo “menor” não se referenciava a todas as crianças e adolescentes,

1 Dra em Política Social, professora do DSS/UFSC. Membro do NECAD.

2 Assistente Social formada pela UFSC, com estágio realizado no Centro Socioeducativo Regional de São José.

3 Ex-Tutora e ex-bolsista do PET Serviço Social. Dra em Sociologia Política, professora do DSS/UFSC. Membro do NISFAPS.

4 Por volta dos anos de 1920, o Estado construía o primeiro conjunto de leis para população infanto-juvenil brasileira, assim como na América Latina, aprovando o Código de Menores Mello Matos de 1927. Instituiu a Doutrina do Menor ou salvacionista, como assim ficou conhecida e tinha como foco salvar as crianças brasileiras da pobreza e da marginalização na condição de cidadão ou trabalhador (OLIVEIRA E SILVA, 2011). Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927, revogado

mas para aqueles que viviam em condições precárias, devido às desigualdades sociais; basicamente haviam quatro categorias de “menores”, sendo estes: os carentes e abandonados, pelo viés da “proteção caritativa” e os inadaptados e infratores, pelo viés da “vigilância e punição”. A Doutrina de Situação Irregular foi aderida no ano de 1979 para abarcar as ocorrências de menores em processo de marginalização, adotando uma postura de reconhecimento do “menor” como um ser desajustado e, portanto, objeto de intervenção sociojurídica.

O Código de Menores foi substituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069 de 1990, fundamentado na Doutrina da Proteção Integral. Com suporte desse marco histórico, crianças e adolescentes independentemente de sua classe social, raça, gênero, entre outros, são submetidos à mesma legislação e todos passam a ser considerados sujeitos de direito, pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e, portanto, prioridades na política pública.

Partindo do princípio que o Estado tem a obrigatoriedade de assegurar e garantir a proteção dos adolescentes de forma prioritária, em conformidade com a Lei supracitada, adolescentes entre 12 anos e 18 anos incompletos que cometem a prática de ato infracional, recebem um conjunto de medidas socioeducativas que variam de acordo com a gravidade do ato, quais sejam: Advertência, Liberdade Assistida (LA) ou Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), semiliberdade e medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional, que pode ser cumprida no prazo máximo de três anos (BRASIL, 1990).

Para respaldar o ECA e as Medidas Socioeducativas, foi promulgada a Lei nº 12.594/2012, que estabelece o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE e regulamenta a execução das medidas à adolescentes que praticam ato infracional.

Muito embora a “Lei do SINASE” (como é conhecida) tenha sido promulgada em 2012, já existia desde 2006 quando o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) publicou a Resolução nº119, criando o referido SINASE, com base em um documento político-pedagógico (BRASIL, 2006).

Sua premissa, no campo das medidas socioeducativas, é de atuar a partir dos direitos humanos, com princípios éticos e de caráter pedagógico, rompendo a lógica da punição e coibição. O SINASE surge como um instrumento jurídico-político que materializa a garantia dos direitos fundamentais de jovens que cometem ato infracional, instituindo uma possibilidade pedagógica para o atendimento ao jovem/adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. O SINASE, entre outras definições, princípios e regramentos demarcou a necessidade de se manter programas de atendimentos e acompanhamentos aos egressos.

Nessa perspectiva o ECA expressa, no art. 94 inciso XVIII, que é necessário “manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos”, devendo então ser efetivado pelo Estado, haja vista que é ele que possui a responsabilidade legal pela execução de medidas privativas de liberdade. (BRASIL, 1990)

Em relação ao conceito de egresso, segundo Santos (2001, p. 87), “Egresso sig-

---

pela Lei nº 6.697, de 1979.

nifica saído de; que saiu de algum convento, ordem religiosa, penitenciária, etc.” Por extensão, a medida socioeducativa também envolve confinamento, encarceramento e privação por um tempo de sua liberdade ou convívio social. Importa delinear que ao denominarmos adolescente egresso, esse já não possui mais vinculação processual com sistema socioeducativo. Ao se tornar egresso ele deverá receber do Estado um acompanhamento social que possibilite a retomada de seus projetos de vida.

Ainda sobre o percurso no cumprimento da medida socioeducativa até sua extinção, ao adolescente deve ser ofertado o acesso à educação, dispor de cursos profissionalizantes, elaboração de planos de atendimentos psicossociais e a manutenção dos vínculos familiares, tendo em vista que a infância e a adolescência são fases de desenvolvimento tanto psicológico quanto de formação enquanto ser humano.

Seu escopo central está na observância de que em razão da institucionalização dos adolescentes para o cumprimento de medida socioeducativa de internação, é necessário que se ofereça por um período determinado, o acompanhamento psicossocial para que ele possa após cumprimento da medida, dar continuidade às propostas de vida distantes de práticas de ato infracional.

Entretanto, evidencia-se que o Estado não tem possibilitado as garantias supracitadas no período de internação, o que dificulta sua eficácia na construção de novos projetos de vida e acaba por favorecer a reincidência de ato infracional.

O Programa de Egresso do Centro de Socioeducativo Regional de São José (CSR) SC foi implantado em 2017, porém não teve continuidade. Do ponto de vista da análise técnica, entende-se que para a retomada do adolescente - após o cumprimento e extinção da medida socioeducativa – ao mundo social, fora do espaço institucional, é imprescindível o acompanhamento técnico-profissional para que de forma gradual, possa dar continuidade à projetos, ideias e intenções delineados durante o cumprimento da medida socioeducativa.

Nesse sentido, a questão central dessa pesquisa e estudo é: Qual a percepção dos adolescentes que já cumpriram e se encontram cumprindo medida socioeducativa de internação sobre o significado e importância de um programa de acompanhamento temporário ao egresso de medida socioeducativa de internação?

Com intenção de responder à questão central do estudo, o objetivo geral constitui-se em analisar a percepção dos adolescentes sobre o significado, importância e a necessidade de um acompanhamento sistemático temporário, e de que forma seria esse acompanhamento para a retomada da vida social pós-cumprimento de medida socioeducativa de internação.

Em relação aos objetivos específicos, elenca-se i) Identificar os adolescentes que foram desligados e/ ou tiveram uma medida socioeducativa de internação extinta em 2019; ii) Verificar nos demais estados brasileiros e em Santa Catarina os Centros de Atendimento Socioeducativo de Internação que possuem programas de egressos implantados; iii) Conhecer as expectativas, anseios e sugestões para que o Programa de Egresso contribua com a retomada da vida social do adolescente pós-medida socioeducativa.

Quanto aos aspectos metodológicos do estudo, este fundamenta-se na abor-

dagem qualitativa de caráter exploratório, por esta fornecer uma narrativa da visão da realidade dos indivíduos. Conforme Minayo (2009, p. 21), a pesquisa qualitativa “responde a questões muito particulares, com um nível de realidade que não pode ser quantificado [...] ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.

Em referência aos procedimentos de coleta de dados, definiu-se como unidade de análise empírica o Centro Socioeducativo Regional de São José (CSR), por ser esse o espaço sócio ocupacional onde foi efetivado o estágio curricular obrigatório de uma das pesquisadoras, promovendo o acesso tanto aos adolescentes quanto aos documentos institucionais. Quanto aos sujeitos participantes foram selecionados 09 adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação, todos esses estando com três meses de internação no Centro Socioeducativo Regional de São José com faixa etária entre 15 e 19 anos.

Justifica-se esse recorte em relação aos adolescentes com medidas extintas, tendo em vista que o documento político pedagógico do SINASE e a Lei nº 12.594/2012 definem que o Programa de Egresso ao adolescente se dá para aqueles que tiveram o processo de execução extinto, ou seja, sem nenhuma pendência de outra medida socioeducativa menos gravosa, por exemplo, possa ter sido progredido do regime fechado para o regime aberto, como é o caso das medidas de Liberdade Assistida ou de Prestação de Serviço à Comunidade.

Quanto à coleta de dados foram alcançadas três etapas na efetivação da pesquisa. Na primeira etapa, a pesquisadora utilizou a observação participante durante a realização de estágio curricular na instituição. Em decorrência deste, considerou ser essencial à análise empírica, pois permite uma maior compreensão da realidade. Conforme Marconi e Lakatos (2003, p. 190) a observação participante é fundamental, pois “não apenas consiste em ver e ouvir, mas também em examinar fatos que desejam estudar”.

Na segunda etapa realizou-se levantamento nos prontuários dos adolescentes, que cumpriram medida socioeducativa de internação no Centro de Atendimento Socioeducativo, no ano de 2019, com a finalidade de identificar quais são os adolescentes com medida de internação extintas no período. A investigação nesses documentos foi autorizada pelo responsável da instituição. Esse material permitiu o acesso a informações dos processos dos adolescentes durante o cumprimento da medida, relatórios de acompanhamento e diários de campo da pesquisadora.

Na terceira etapa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação com finalidade de compreender seus anseios e perspectivas sobre o Programa de Egresso. E, com os adolescentes que tiveram sua medida extinta foram realizadas entrevistas por telefone com as mesmas questões. Posteriormente foi aplicado um questionário, usando a técnica da urna aos mesmos adolescentes, a fim de ter maiores informações, sendo estas livres de qualquer identificação, permitindo uma comparação entre as entrevistas e as respostas dadas.

No que se refere aos aspectos éticos, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Éti-

ca em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC seguindo as orientações do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) em razão a Resolução nº 510/2016, obtendo sua aprovação. As entrevistas face a face semiestruturadas com os adolescentes foram gravadas com seus consentimentos, adotando as recomendações da Resolução citada. Esses direitos estão explicitados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecidos (TCLE) para os adolescentes participantes e a solicitação da autorização para o gestor da instituição.

## **QUEM SÃO OS ADOLESCENTES A FALAR SOBRE O PROGRAMA DE EGRESSO?**

Em relação a faixa etária dos adolescentes participantes da pesquisa, constatou-se que a unidade tem abrigado adolescentes com idades que variam entre 16 a 18 anos, com maior quantitativo para adolescentes com idade de 17 anos.

Esse dado condiz com os apontamentos do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo SINASE (2012), quando indica que aproximadamente 56% dos adolescentes privados de liberdade estão concentrados na faixa etária de 16 e 17 anos. No que se refere aos municípios de origem, em relação ao estado de Santa Catarina, a maioria dos adolescentes são da Grande Florianópolis (5) e os demais de Criciúma (2) e de Balneário Camboriú (2).

Quando perguntados aos adolescentes sobre sua raça/cor, estes se autodeclararam: de branca (1); parda (1); negra (5) e preta (2). A partir do levantamento do SINASE (2012), o demonstrativo dos adolescentes privados de liberdade o quantitativo de raça/cor negra e parda é maior do que a raça/cor branca.

Em âmbito estadual, Santa Catarina está subdividido em seis mesorregiões, com seis unidades de atendimento socioeducativo de internação, dentre essas estão os municípios de Criciúma (Sul), Joinville (Norte), Chapecó (Oeste), Florianópolis (Grande Florianópolis), Lages (Serra) e São José (Grande Florianópolis).

Do ponto de vista histórico, é importante destacar que o CSR/SJ, desde sua re-fundação após a demolição do São Lucas em 2011, passou a atender adolescentes que moravam na Grande Florianópolis, a unidade socioeducativa localizada em Florianópolis atendia os adolescentes masculinos em medida cautelar e adolescentes do sexo feminino, cautelar e internação.

Em relação a estrutura arquitetônica, as unidades devem ser projetadas considerando o seu projeto pedagógico. Nem todas as unidades em Santa Catarina seguem essa premissa estabelecida pelo SINASE (BRASIL, 2006), o que interfere sobretudo na dinâmica cotidiana do cumprimento da medida socioeducativa de internação.

Neste sentido, conforme a Resolução nº 46/96 do CONANDA, cada Unidade terá até 40 adolescentes, sendo constituída de espaços residenciais denominados de módulos (estruturas físicas que compõem uma Unidade), com capacidade não superior a 15 adolescentes. No caso de existir mais de uma Unidade em um mesmo terreno, o atendimento total não poderá ultrapassar a 90 adolescentes.

Em termos arquitetônicos o CSR/SJ atende as especificações tanto do SINASE quanto do CONANDA, contudo, ainda não foi capaz de romper com uma concepção

institucional que remonta o período do Código de Menores e o funcionamento do antigo São Lucas, muito embora a equipe técnica faça resistência cotidiana para uma prática voltada ao princípio da Doutrina da Proteção Integral.

Sobre o direito à convivência familiar e comunitária, as medidas socioeducativas de privação de liberdade impõem, obviamente, limites à convivência dos adolescentes com suas famílias e comunidades, o que não significa excluir a família do processo pedagógico desenvolvido com esses adolescentes.

A participação da família e da comunidade nesse processo socioeducativo é imprescindível, sendo inclusive uma das diretrizes do SINASE (2006, p.49)

[...] as práticas sociais devem oferecer condições reais, por meio de ações e atividades programáticas à participação ativa e qualitativa da família no processo socioeducativo, possibilitando o fortalecimento dos vínculos e a inclusão dos adolescentes no ambiente familiar e comunitário. As ações e atividades devem ser programadas a partir da realidade familiar e comunitária dos adolescentes para que em conjunto – programa de atendimento, adolescentes e familiares – possam encontrar respostas e soluções mais aproximadas de suas reais necessidades.

Porém, por conta do período pandêmico, as visitas foram suspensas por questões sanitárias. Para garantir o direito a convivência familiar e comunitária, foram organizadas visitas virtuais que ocorreram por meio de um aplicativo (WhatsApp) com um telefone celular institucional.

No período em que se realizou a coleta de dados a maioria dos adolescentes entrevistados tinha em média 17 anos, conforme mencionado, também a maioria eram reincidentes pela prática de atos infracionais análogos à roubo, tráfico e tentativa de homicídio, e que receberam medidas socioeducativas de Liberdade Assistida (L.A), de internação e cautelar.

Os motivos pelos quais estavam privados de liberdade foram diversificados: tentativa de homicídio (03); tráfico (03); roubo (03) e L.A não cumprida (01) Quando aborda-se a medida socioeducativa de internação é preciso lembrar que essa é a última das medidas, que vai da menos gravosa para a mais gravosa e deve ser aplicada somente para aqueles que cometem atos infracionais graves (ECA, art. 122, § 2). Cabe destacar que essa deve ter uma finalidade educacional no qual os adolescentes possam ser ouvidos e possam falar sobre suas práticas, para que assim possam repensar sobre seus atos e práticas infracionais (VOLPI, 2011).

O SINASE (BRASIL, 2006) em seu capítulo sobre a gestão pedagógica do atendimento socioeducativo, na parte introdutória, reforça que as ações e gestão de entidades e/ou programas devem ser de “caráter pedagógico”, seja em unidades de atendimento provisória ou de internação, em ambas

[...]devem propiciar aos adolescentes o acesso à direitos e às oportunidades de superação de exclusão, de ressignificação de valores, bem como o acesso à formação de valores na vida social. Assim, a inclusão dos adolescentes pressupõe sua partici-



Se tratando das reincidências de seus atos infracionais podem ser diversos fatores que os levaram ao retorno do cumprimento da medida socioeducativa de internação, entre elas está a falha do Sistema de Atendimento socioeducativo, em formular ações conjuntas com as demais políticas públicas e programas que garantam vínculo entre os adolescentes e a sociedade.

A partir dos dados coletados, é notório que a medida socioeducativa de internação não se estabelece como uma oportunidade para fazer com que os adolescentes desenvolvam um entendimento ou até mesmo criticidade sobre a prática de atos infracionais, o que contradiz novamente o que está previsto no SINASE (BRASIL, 2006), quando preconiza que o adolescente deve ser alvo de um conjunto de ações socioeducativas que o possibilitem a oportunidade de ser um cidadão autônomo, solidário e que não reincida na prática de atos infracionais.

O envolvimento de adolescentes no tráfico de drogas não é um acontecimento recente. É possível averiguar que o envolvimento em tais práticas é hegemonicamente motivado por fatores socioeconômicos ou até mesmo por um status no contexto que estão inseridos, por mais que essa situação possa ceifar vidas ou liberdade, esses adolescentes estão dispostos a arriscarem tudo (CRUZ NETO, 2001).

Em relação aos dados obtidos na técnica da urna e na entrevista face a face, sobre a situação familiar dos adolescentes obteve-se que antes de serem apreendidos oito adolescentes tinham contato com sua família de origem. Durante o período de cumprimento da medida socioeducativa se relacionam com seus familiares através de ligações telefônicas e por chamada de vídeo. Dentre os entrevistados todos eles falavam semanalmente com suas mães, avós ou companheiras.

Em relação a situação escolar dos nove participantes, somente dois estudavam antes da medida, o restante passou a estudar somente após a inserção no CSR/SJ. O ECA em seu art.123, parágrafo único, preconiza que “durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas. Ainda no mesmo artigo está previsto no inciso XI “receber escolarização e profissionalização”. Em relação aos adolescentes, constatou-se que a maioria (05), estão no sétimo ano do ensino fundamental.

Os adolescentes autores de atos infracionais, historicamente, expõe um declive no seu nível de escolaridade, apresentam alto índice de abandono escolar, que está associado à diversos fatores, como a vulnerabilidade social, a emergência de estar inserido no mercado de trabalho, a proximidade com o tráfico de drogas e posteriormente a prática do ato infracional. Geralmente os adolescentes que possuem baixa escolaridade, acarretam em suas histórias de vida falta de acesso aos bens e serviços, assim como a precariedade da educação acessada.

Outro fator importante a ser mencionado é o desinteresse do adolescente pela instituição escolar. Segundo Padovani e Ristum (2013, p.977)

É motivado pela própria ação da escola, que tende a generalizar, homogeneizar os

sujeitos, não se preocupando com as diferenças, afastando da escolarização os jovens que apresentam dificuldades, mantendo um círculo contínuo de exclusão.

## O QUE PENSAM OS ADOLESCENTES SOBRE O CSR/SJ?

Quando perguntados, na entrevista, se o CSR/SJ contribuiu para saírem do “mundo do crime”, dos nove participantes, seis disseram que não, um disse que “um pouco sim” (sic.) e somente dois falaram que a instituição os ajudava. Contudo, nas respostas do questionário, a mesma pergunta obteve respostas um pouco diferentes. Do total (09), três adolescentes apontaram que ajuda sim e “não só as técnicas, mas muitos agentes” (sic.), um disse que não ajuda e que “só serve pra deixar a pessoa mais revoltada” e o último adolescente disse que ajuda “um pouco, [...] mas quem não quiser sair não tem como forçar” (sic)

Na sequência, questionados se o CSR/SJ auxiliava a repensar sobre o ato infracional, dos cinco adolescentes entrevistados somente um respondeu que não ajudava muito, os demais responderam que ajuda e que “mudou meus pensamentos” (sic.), outro adolescente disse que “não ajuda muito, o que ajuda mesmo são as técnicas” (sic.). Quando respondido por meio do questionário, que permite um anonimato às respostas surgiram questionamentos importantes, sobre sua autonomia em falar o que pensam: “Mas eu posso responder o que eu acho mesmo?” (sic.); “ninguém vai saber que sou eu?” (sic.); “Os agentes não vão ver não, né?” (sic.).

Mesmo já tendo explicitado no início da técnica que não seriam divulgados os nomes, foi novamente reforçado que essa pesquisa ficaria de posse apenas da pesquisadora, então os adolescentes se sentiram mais confiantes nas respostas, e puderam expressar livremente o que realmente achavam, que em sua maioria a manifestação foi em relação à opressão por parte dos agentes socioeducativos. Um dos adolescentes menciona ainda que não ajuda porque “não sou ouvido” (sic.) e o restante dos adolescentes preferiram mesmo assim não responder.

O que fica evidente é o medo e insegurança dos adolescentes sofrerem algum tipo de violência por parte dos agentes socioeducativos. A frase expressada em um dos depoimentos: “Porque os agentes oprimem” (sic.), exige certa reflexão. As unidades socioeducativas devem ser espaços políticos pedagógicos e socioeducativos e não espaço para medos, torturas ou violências sejam elas quais forem.

Atualmente ainda paira a perspectiva de que as unidades socioeducativas catarinenses se vinculam a um sistema prisional, até porque sua coordenação é o DEASE (que é um órgão subordinado à Secretaria da Administração Prisional e Socioeducativa), tratando os socioeducandos como condenados ou presidiários. Muitas vezes, pautados nesse modelo, utilizam-se da violência física e psicológica para conter os socioeducandos, como uma forma de manter a “ordem e o respeito” aos agentes presentes na unidade.

Mesmo com mais de 30 anos da implementação do ECA no Brasil, é possível afirmar no que tange esse segmento, que há um longo caminho para a real efetivação dos direitos, pois as desigualdades sociais estão cada vez mais alarmantes. Sobre isso Fuchs (2009, p.17) destaca:

[...] ainda sofremos um processo de negação dos direitos sociais arduamente conquistados, na medida em que prospera um ‘Estado mínimo’, que abandona o povo à sua sorte e que reduz a cidadania às liberdades civis e políticas, mantendo [...] uma brutal carência dos ‘debaixo’.

Questionados sobre as dificuldades que poderão enfrentar ao saírem da instituição, constatou-se que: dos cinco participantes, dois não responderam e os demais disseram que o desafio vai ser conseguir emprego, voltar a estudar e até mesmo parar de beber e usar drogas. Três adolescentes disseram que não vão ter dificuldade alguma.

Considerando que a maioria destes está envolvido com o tráfico de drogas ou atos infracionais que tem uma vinculação direta com o tráfico de drogas, sair desse universo ou do mercado ilegal do trabalho e estabelecer novos projetos de vida é um desafio, pois essas são alternativas de sustento num país que criminaliza a pobreza e atua na perspectiva de Estado penal.

No que diz respeito ao futuro dos adolescentes, evidenciou-se que todos disseram ter vontade de formar uma família, estudar e almejam trabalhar, sendo que alguns adolescentes afirmam que já estão encaminhados neste quesito. Em se tratando da última questão dessa etapa da entrevista, quando questionados sobre o que mudariam, a maioria gostaria de mudar o que levou ao seu ato infracional, mudar seus pensamentos e atitudes. “Eu voltaria no tempo dessa coisa que eu fiz” (sic)

Os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativas sofrem inúmeros pré-conceitos e muitas vezes não conseguem manter uma rede de relações com que possam contar para conseguir uma colocação no mercado de trabalho formal (geralmente, sua rede está comprometida com o “mundo do crime”). Nesse momento volta-se o olhar somente para o sujeito, como único exclusivo responsável por seu sucesso ou fracasso o que é reforçado pelo contexto ultraneoliberal que vivencia-se no Brasil e pela decorrente cultura da meritocracia.

## **SIGNIFICADO, IMPORTANCIA E FORMAS DE ACOMPANHAMENTO AO EGRESSO NA PERSPECTIVA DOS ADOLESCENTES**

Indagados sobre o Programa de Egressos, cinco entre nove adolescentes ainda não tinham ouvido falar e quatro deles ficaram sabendo pela equipe técnica do CSR/SJ.

Outra pergunta foi se os adolescentes sabiam o significado e importância desse Programa no seu processo de retomada da vida fora da unidade de internação. O não conhecimento de alguns foi um dificultador para expressarem opiniões. Do total dos adolescentes 3 conseguiram expressar que o Programa de Egresso se referia ao “acompanhamento pós saída do CASE, para ajudar na vida após ser liberado” e “para ajudar os adolescentes”. Como nem todos conheciam o Programa, perguntamos se tinham interesse em saber do que se tratava, e por unanimidade responderam que

“sim”. Contudo, a resposta uma resposta aponta descrédito sobre possíveis contribuições do CSR/SJ pós-cumprimento de medida socioeducativa: “depende, porque se ajudar mesmo, aí sim, porque tem pessoas que falam que vão ajudar e não ajudam”.

Já em relação a receber acompanhamento sistemático ao completar o cumprimento da medida socioeducativa, apenas um adolescente afirmou que “tanto faz”. Questionados quais as formas ou ações dessa ajuda/acompanhamento, as respostas, em ambas as técnicas aplicadas, variaram entre ajudar a conseguir emprego, currículo, oportunizar a experiências em cursos profissionalizantes; e três deles mencionaram a possibilidade de “sair da vida do crime”. Interessante destacar que esta resposta em relação à sair do mundo do crime foi dada na técnica da urna, onde o adolescente tinha a informação de que não haveria identificação nominal nas respostas fornecidas no questionário.

Por fim, foram questionados sobre a temporalidade desse acompanhamento pós medida socioeducativa. As respostas variaram entre dois a seis meses ou “quanto tempo precisar”.

Levanta-se uma questão no que diz respeito aos números dos estados em que de fato ocorre o acompanhamento ao egresso, que ainda são muito baixos. Se tratando do estado de Santa Catarina, somente os municípios de Florianópolis e São José possuem ao menos um programa de egresso delineado.

É a partir de um panorama de desemprego estrutural, precarização das relações de trabalho e desregulamentação de direitos e cortes de gastos públicos, principalmente na área social, que crescem boa parte das crianças e adolescentes brasileiros, entre eles aqueles que se encontram em conflito com a lei. Conforme aponta Sader (2006)

Crescem sem a socialização do convívio familiar, sem a socialização do conhecimento e do lazer nas escolas, sem a socialização e a identidade dos grupos sociais e dos movimentos sociais, sem os partidos políticos e as lutas populares - que lhes permitem assumir identidades acordes com sua vida e suas expectativas (SADER, apud TRASSI, 2006, p. 12).

A partir disso é possível afirmar que os adolescentes autores de ato infracional são o alvo de uma violência social e estrutural, e isso expressa a falta de projetos concretos de vida, no desemprego e nas dificuldades de acesso às políticas públicas, muitas vezes pela falta de informação ou dessas informações chegaram até eles.

Para além do acesso aos bens e serviços, há ainda a necessidade de se pensar na sua emancipação social e política, que se sintam e façam parte dos processos de lutas pelos direitos coletivos da infância e adolescência e que possam se unir à busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No desenvolvimento desta pesquisa, buscou-se abordar o Programa de Egresso destinado aos adolescentes com medida de internação extinta junto ao Sistema

de Justiça. Além disso, abordar seu significado e importância a partir da percepção dos adolescentes. Em decorrência disso, buscou-se através de um aprofundamento teórico-conceitual e normativo legal, abarcar a problemática inserida no contexto das expressões da questão social, no que tange os adolescentes em conflito com a lei em cumprimento de medida socioeducativa de internação.

Com finalidade de atingir os objetivos sugeridos realizou-se um percurso teórico conceitual e normativo que pudesse contribuir na análise dos dados. Para tanto, foram utilizadas categorias teóricas e empíricas, tais como: responsabilização legal do adolescente, situação irregular, proteção integral, atendimento socioeducativo, medida socioeducativa e programa de egresso.

Discutir o tema de adolescentes em conflito com a lei constitui um grande desafio. Não é por acaso que as histórias e os números de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa apontam sobretudo para adolescentes pretos e pardos, entre 16 e 17 anos, com índices de baixa escolaridade e advindos de bairros periféricos.

É importante conceber que o sistema socioeducativo ainda está permeado de práticas que se baseiam na criminalização da pobreza e nas formas de controle social, “educando-os” através de castigos, imposições, medos, inseguranças sejam elas verbais, físicas ou psicológicas.

Mesmo com todos os avanços e legislações que asseguram direitos, dentro dos muros institucionais as regras mudam, mas somente para um determinado segmento da população.

Para haver controle são afastados do meio social e essa é a principal estratégia utilizada pelo poder público. No que se refere aos atos infracionais cometidos pelos ditos “delinquentes”, “marginais” (taxados socialmente dessa forma), a “solução” imposta ou o “lugar” onde devem ficar é longe da comunidade sendo privado de sua liberdade, para produzirem corpos disciplinados e contidos.

Como aponta no decurso desta pesquisa, o adolescente em conflito com a lei emerge a partir de manifestações de uma realidade diária de violação de direitos por um Estado que “propõe muito, e cada vez mais, políticas públicas, um viés de controle, punição e enquadramento moral, em vez de políticas protetivas e de promoção desse adolescente” (ROSA, 2016, p. 93).

A partir dessa pesquisa tendo como escopo central compreender a importância para os adolescentes em conflito com a lei sobre um programa de acompanhamento denominado como “Programa de Egresso”, foi possível constatar que de maneira geral gostariam de receber esse acompanhamento, acreditam ser de suma importância para conseguirem empregos, retorno à vida escolar, realizarem cursos profissionalizantes e saírem do “mundo do crime”. Entretanto, há um desconhecimento da existência do mesmo e também, uma descrença na possibilidade de mudanças via Estado.

No cotidiano de uma instituição, são poucas as abordagens que se diferenciam daquelas já institucionalizadas, seja pela falta de profissionais na equipe técnica, seja por falta de agentes socioeducativos ou até mesmo pelas “regras não ditas”. A instituição deveria agir “de forma educativa buscando a subjetividade do adolescente em consonância com o desenvolvimento de sua capacidade” (BRASIL, 2006).

É possível olhar para as unidades de atendimento socioeducativo e percebê-las realmente como unidades socioeducativas? Elas cumprem seu propósito? Essas são apenas algumas das muitas indagações com poucas respostas.

Trazer os adolescentes para protagonizar esses debates, a partir de suas experiências e olhares, como sujeitos fundamentais nesse contexto, poderá tornar essas ações de fato, mais educativas. Dar voz aos seus sonhos, anseios, ambições e oferecer oportunidades para que não sejam apenas mais uma estatística ou notícia apresentada de maneira distorcida na mídia, associando adolescentes em conflito com a lei como sendo pobres, negros e perigosos. Eis a nossa luta! Vamos lá!

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 6.697 de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6697.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm)>. Acesso em: 04 nov. 2020

BRASIL. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE/Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: CONANDA, 2006.

BRASIL. Lei no 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Diário Oficial da União, Brasília. 19 jan. 2012.

CEDECA. Centro de Defesa da Criança e do Adolescente. Direitos de Crianças e Adolescentes: Guia de Atendimento. Fortaleza: CEDECA, 2007

CASE. Projeto Político Pedagógico do Centro de Atendimento Socioeducativo Grande Florianópolis. São José: CASE, 2017.

CRUZ NETO, Otávio. MOREIRA, Marcelo Rasga. SUCENA, Luiz Fernando Mazzei. Nem soldados nem inocentes: juventude e tráfico no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

FUCHS, Andréa Márcia Santiago Lohmeyer. Telhado de Vidro: as intermitências do atendimento socioeducativo de adolescentes em semiliberdade. 2009. 273 f. Tese (Doutorado) - Curso de Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 5 ed. São Paulo: Atlas 2003.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. Pesquisa Social: teo-

ria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

OLIVEIRA E SILVA, Maria Liduína. Entre proteção e punição: o controle sociopenal dos adolescentes. São Paulo: Editora Unifesp, 2011.

PADOVANI, Andréa Sandoval; RISTUM, Marilena. A escola como caminho socioeducativo para adolescentes privados de liberdade. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 39, p. 969–84, dez. 2013

ROSA, Franciele Theves da. Adolescentes, Ato Infracional e Políticas Públicas Sociais: responsabilização de quem? 2016. 110 f. TCC (Graduação em Serviço Social) — Universidade Federal de Santa Catarina, 2016

SADER, E. Prefácio. In: TRASSI, M. L. Adolescência - violência: desperdício de vidas. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Washington dos. Dicionário Jurídico Brasileiro. – Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

VOLPI, Mário. O adolescente e o ato infracional. São Paulo: Cortez. 2011.

# TRABALHO INFANTIL E SEUS IMPACTOS NA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIAN- ÇAS E ADOLESCENTES<sup>1</sup>

Ana Larissa Pavesi<sup>2</sup>

Carolina do Prado Borsatti<sup>3</sup>

Maria Eduarda Dimon<sup>4</sup>

## RESUMO

Este texto apresenta uma análise sobre o trabalho infantil no Brasil e seus impactos na violação dos direitos das crianças e adolescentes. Trata-se de um estudo a partir de um levantamento bibliográfico sobre a temática, apresentando autores e pesquisas que discutem essa questão. Evidencia o retorno do conservadorismo e dos discursos moralizantes que incidem sobre a inserção de crianças e adolescentes no trabalho precoce e por conseguinte na violação de seus direitos. A discussão abrange os direitos das crianças e adolescentes, a caracterização do trabalho infantil no Brasil e seus impactos na violação dos direitos das crianças e dos adolescentes, considerando a perspectiva de que essa forma de trabalho é uma expressão da Questão Social, objeto de trabalho do assistente social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho infantil; Direito da Criança e Adolescente; Questão social.

## 1. INTRODUÇÃO

O trabalho infantil se caracteriza como qualquer forma de trabalho realizado por crianças e adolescentes abaixo da idade permitida. Esta forma de trabalho tem uma relação intrínseca à pobreza, falta de acesso à políticas públicas e oportunidades para desenvolver atividades apropriadas à idade, assim como às próprias questões culturais. Por isso, o trabalho infantil é um dos responsáveis pelo comprometimento do desenvolvimento de crianças e adolescentes, considerado uma grave violação dos direitos humanos.

Quando submetidos a essa atividade ilegal, crianças e adolescentes são impedidos de usufruir de seus direitos, como a educação, saúde, lazer, convívio familiar, assim como tendem a encontrar dificuldades relacionadas à sua própria saúde mental

---

1 O texto foi elaborado para o IV Seminário Nacional Serviço Social, Trabalho e Política Social 2022 a partir da pesquisa desenvolvida no PET Serviço Social – UFSC, intitulada Os impactos na educação a partir do trabalho infantil no campo, a qual foi realizada pelas autoras em 2021.

2 Graduada da sexta fase do curso de Serviço Social/UFSC e ex-bolsista do Programa de Educação Tutorial Serviço Social/UFSC (PET/SSO). E-mail: ana.larissap@hotmail.com

3 Graduada da oitava fase do curso de Serviço Social/UFSC e bolsista do Programa de Educação Tutorial Serviço Social/UFSC (PET/SSO). E-mail: carolborsatii@gmail.com.

4 Graduada da sexta fase do curso de Serviço Social/UFSC e bolsista do Programa de Educação Tutorial Serviço Social/UFSC (PET/SSO). E-mail: mariaeduardadimon@gmail.com.



e física ao longo de seu desenvolvimento. Tal problemática torna-se evidente na política de educação, seja pela falta de tempo para se dedicar aos estudos, ou o próprio impedimento de acesso à educação, que por sua vez, leva ao aumento das taxas de analfabetismo funcional, piores empregos e menores rendas na vida adulta.

Esse cenário é típico de territórios periféricos, que possuem uma formação sócio-histórica de exploração e pilhagem, como por exemplo o Brasil. As heranças provindas do passado vivenciado e conseqüentemente da formação sócio-histórica acabam se externalizando em diversas expressões da Questão Social em nosso país, criando cenário de imensa pobreza, somada à falta de políticas públicas que atuam nas raízes dos problemas. Assim, como desdobramento proveniente de tal situação, temos a introdução de crianças e adolescentes ao trabalho precoce, que geram profundas cicatrizes físicas, psicológicas e sociais que permanecerão com o indivíduo até o fim de suas vidas.

Temos consciência de que a educação é indispensável para a formação do ser humano, ela é responsável por importantes desenvolvimentos na vida pessoal e profissional, tanto mentais quanto sociais, sobretudo nas fases iniciais de crianças e adolescentes. Porém, o trabalho infantil é uma realidade fortemente vivenciada em nosso país, sobretudo no atual contexto, em que o conservadorismo vem ganhando força, falseando a história, naturaliza a desigualdade, moraliza a “questão social” (BARROCO, 2011). Sendo assim, discutimos, por meio de um levantamento bibliográfico sobre a temática, como o trabalho infantil incide sobre a violação dos direitos das crianças e adolescentes e seus direitos e contribui para a propagação de ideias conservadoras e moralizantes.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

Na história do Brasil e do mundo, crianças e adolescentes foram vítimas de opressão e violência. Isso porque, até o século XVII estes sujeitos eram vistos como pequenos adultos e que poderiam trabalhar e viver da mesma forma que pessoas adultas. Com o advento da Revolução Industrial, crianças e adolescentes foram submetidos ao trabalho nas fábricas, com extensas jornadas de trabalho e péssimas condições de trabalho. No entanto, vale ressaltar que essas crianças eram filhos da classe trabalhadora, que devido sua classe social e raça eram inferiorizadas.

Isso recaiu diretamente sobre o tratamento de crianças e adolescentes, onde as crianças da “elite” possuíam privilégios em relação às crianças pobres, que trabalhavam nas indústrias. Como consequência disso, tem-se a naturalização de ações e atividades violentas para crianças e adolescentes, como por exemplo, o trabalho infantil, que no Brasil ganhou um caráter ainda mais degradante e desumano pelo trabalho escravo.

Sendo assim, o reconhecimento de direitos às crianças e adolescentes é resultado de um processo histórico, construído coletivamente a partir do movimento da própria sociedade. A partir das manifestações resultantes das revoluções do séc. XVII, como por exemplo, a Revolução Industrial, que ocorreram transformações nas relações entre adultos e crianças, até então tratados da mesma maneira. Dessa forma, o

início do desenho de políticas públicas para Criança e Adolescente no Brasil, ocorreu em 1927, com a criação do primeiro Código de Menores. (ESPEZIM DOS SANTOS, D. M.; VERONESE, J. R. P., 2018)

Segundo essa lei, o Estado seria o responsável legal pela tutela da criança órfã, abandonada e marginal, os chamados “menores em situação irregular”. Em vista disso, foi criado e regulamentado o Juizado de Menores e todas suas instituições auxiliares, que devido ao seu caráter punitivista se assemelhavam a um Código Penal. Contudo, no ano de 1979, um novo código de menores foi criado- ainda fundamentado por um princípio moralista- estabelecendo novas diretrizes e medidas de proteção ao menor. Ampliou-se poderes às autoridades judiciárias no intuito de atender os menores infratores, buscando meios para corrigir os “desajustamentos”.

Todavia, com o passar dos anos, o Código de Menores, tornou-se insuficiente, frente à realidade modificada. Foi por meio do processo de redemocratização do Brasil, na década de 1980, com a promulgação de uma constituição democrática, mais precisamente no seu art. 227<sup>o</sup> que se verificou a necessidade de discussão dos direitos da criança e adolescente.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, p.132).

Em consequência disso, alguns debates e mobilizações populares foram realizadas para discutir a incompatibilidade da Constituição de 1988 com a Doutrina do Menor em Situação Irregular de 1979, o que resultou na construção da Doutrina da Proteção Integral e na promulgação do ECA. Somente a partir disso, que crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos, considerados prioridade absoluta em relação à efetivação destes, devido ao fato de não reconhecerem seus direitos, não possuírem meios para satisfazer suas necessidades e ainda pelo seu valor prospectivo, ou seja, por serem os protagonistas do futuro.

Dessa forma, a Doutrina da Proteção Integral rompeu com o conceito menorista, reconhecendo direitos à toda população infanto-juvenil. Superou o caráter punitivista e moralista sobre os marginais e infratores e estabeleceu direitos para todas as crianças e adolescentes, sem distinção de classe ou raça. Tal medida estabeleceu também uma base de valores fundamentada na dignidade, respeito e liberdade, visando pela ampliação da cidadania e mudanças no atendimento e interpretações sobre criança e adolescente. Assim, o ECA foi criado em 1990 para materializar a nova doutrina, sendo um marco legal que além de assegurar a efetivação dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, reconhece a necessidade de defesa desses direitos pela ação conjunta da sociedade, Estado e Família.

Ademais, é preciso ressaltar que as ações desenvolvidas na garantia de proteção

às crianças e adolescentes perpassam diversas políticas, distintas instituições e profissionais. Por isso, em 2006 foi criado o Sistema de Garantia de Direitos (SDG), estruturado em três eixos (I- eixo da promoção, II-eixo da defesa do direito, III- eixo do controle e efetivação) no intuito de garantir a transversalidade das políticas públicas.

Seus diferentes aspectos são mutuamente relacionados, e as reflexões, os debates e as propostas de ações no sentido de garanti-los apenas alcançarão eficácia pretendida se forem abordados integradamente de forma a fortalecer as iniciativas das suas diferentes dimensões (BAPTISTA, 2012, p.188).

O primeiro eixo, da promoção, refere-se às políticas de atendimento à criança e ao o adolescente, como por exemplo, a saúde, educação , saneamento básico, entre outros. O eixo da defesa relaciona-se com a defesa legal do direito, nesse sentido é responsabilidade dos órgãos jurídicos. Por fim, o eixo do controle e efetivação, refere-se ao monitoramento e a fiscalização das ações de promoção e defesa, responsáveis pelos conselhos de direito, conselhos tutelares, por exemplo.

Nesse sentido, considerando a problemática em questão, a Educação é uma importante política e um importante direito do eixo da promoção do SDG. Através dela, ocorre o processo formativo das crianças e adolescentes, a ampliação da cidadania, autonomia, construção de relações pessoais, bem como a qualificação para vida profissional. Porém, a formação sócio-histórica do Brasil, marcada por uma economia latifundiária, escravocrata e dependente, impõe alguns desafios para educação de crianças e adolescentes.

A demanda por mão de obra barata que atravessa o modo de produção capitalista, na maioria das vezes, institui um processo educacional voltado para a inserção no mercado de trabalho. Da mesma forma, muitas crianças e adolescentes carecem do direito da Educação, de frequentar, permanecer e concluir o ensino em escolas por diferentes situações, inclusive pela necessidade de trabalho. Um estudo lançado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) revelou que no ano de 2020, o Brasil tinha quase 1,4 milhão de crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos fora da escola, cerca de 3,8% (UNICEF, 2020).

O estudo “Trabalho Infantil no Brasil: análise dos microdados da PnadC 2019” desenvolvido pelo Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) (2021) nos apresenta o trabalho infantil como uma das explorações mais lesivas ao desenvolvimento individual, onde crianças e adolescentes - indivíduos de 5 à 17 anos - são postos em condições que prejudicam diversos âmbitos de sua formação, como físicas, mentais e sociais, acarretando impactos negativos que se estenderão à toda sua vida adulta, se constituindo como um “[...] fator de transmissão intergeracional da pobreza” (FNPETI, 2021, p. 5).

Segundo definição apresentada pela Cartilha “Estratégia de Monitoramento ao Enfrentamento do Trabalho Infantil” do Instituto Aliança e parceria com a Organização Internacional do Trabalho, o trabalho infantil constitui-se de “toda forma de trabalho exercida por crianças e adolescentes de ambos os sexos, abaixo da idade mí-

nima legal permitida, conforme a legislação de cada país” (2012, p. 10). Ele pode ser tanto para o autoconsumo, onde as crianças e adolescentes desenvolvem atividades relacionadas ao próprio consumo e/ou dos membros de seu domicílio, ou em atividades econômicas, trabalhando no mínimo uma hora por semana em atividades remuneradas tanto em dinheiro quanto benefícios. Nesta última categoria, inclui-se os chamados ‘bicos’ e o trabalho auxiliar, onde tais indivíduos realizam atividades ocasionais sem remuneração em caráter de ajuda a outro morador de seu domicílio ou parente (FNPETI, 2021).

Segundo o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição vigente em nosso país, o trabalho é proibido para indivíduos com idade inferior a 16 anos, mas nem todo trabalho realizado por adolescentes se enquadra na definição de trabalho infantil, visto que há exceção na condição de aprendiz a partir dos 14 anos em atividades compatíveis com a aprendizagem profissional.

Para que a partir dos 16 anos seja possível a condição de aprendiz, o artigo nº 67 do ECA apresenta algumas restrições quanto às atividades. O trabalho deve ser apenas em período diurno, não comprometendo a frequência escolar, não podendo ser perigoso, insalubre, penoso ou exercido em locais que prejudicam o desenvolvimento físico, psíquico, moral e social. Caso a atividade desenvolvida por um menor de 18 anos se enquadre à algum desses critérios, ele é considerado como pior forma de trabalho infantil.

A Convenção nº 182 de 01 de junho de 1999 da OIT, em seu artigo 4º, estabelece uma lista com as piores formas de trabalho infantil ao qual consiste em:

- a) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, sujeição por dívida, servidão, trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados;
- b) utilização, demanda e oferta de criança para fins de prostituição, produção de pornografia ou atuações pornográficas;
- c) utilização, recrutamento e oferta de criança para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de entorpecentes conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes;
- d) trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são suscetíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança (OIT, 1999).

Tal convenção somente foi regulamentada em nosso país nove anos depois com o decreto nº 6.481/2008 da Presidência da República, adequando-se aos artigos 30 e 40 da Convenção 182 da OIT e estabelecendo a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP). A referida lista contém 93 atividades consideradas mais nocivas à crianças e adolescentes, apresentando a descrição dos trabalhos, prováveis riscos ocupacionais e repercussões à saúde. Entre elas podemos citar: todas as formas de escravidão, exploração sexual, atividades relacionadas à produção e ao tráfico de drogas, etc. Para destas citadas, também encontramos diversas relacionadas à agricultura

e pecuária como piores formas de trabalho infantil no país.

Segundo dados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) de 2019, aponta-se que no Brasil haviam 38,3 milhões de pessoas entre 5 a 17 anos de idade ocupadas, das quais 1,8 milhão se encontravam em situação de trabalho infantil e 706 mil nas piores formas de trabalho infantil. Partindo para subcategorias, o trabalho infantil é mais preponderante no sexo masculino (66,4%) e entre indivíduos negros ou pardos (66,1%). As faixas etárias mais afetadas por esta inserção precoce concentram-se em 16-17 anos (53,7%) e 14-15 anos (21,3%) (PnadC, 2019, apud OIT Brasília, 2021). Mesmo que em ritmo de queda, observa-se um enorme contingente de inserção precoce no país que deve ser combatida e levada à erradicação.

De forma contraditória, o trabalho de crianças e adolescentes é mais frequente nas cidades, mas acaba por incidir com maior força nos domicílios das zonas rurais devido à proporção de crianças e adolescentes trabalhadores que é quase três vezes maior que nas zonas urbanas. Do montante de crianças e adolescentes exercendo trabalho infantil citados anteriormente, 20,6% concentravam-se em atividades agrícolas (FNPETI), as quais se enquadram na Lista TIP e são fortemente sustentadas pela questão cultural.

Diversos autores e documentos, como o caso do “III Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador”, elaborado pela Subcomissão de Erradicação do Trabalho Infantil da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI) (2019), nos explicitam forte relação entre o trabalho infantil e a impusão da pobreza até a década de 1980 em nosso país, onde o trabalho infantil era visto como algo positivo para formação do caráter de nossas crianças e adolescentes. Porém, a partir da década de 1990 é possível observar pequeno avanço na criticidade em relação a visão a inserção de crianças e adolescentes ao trabalho, passando a ocupar lugar na pauta de diversas políticas públicas. Apesar disso, fica claro que tais avanços não foram suficientes para erradicar o trabalho infantil, nem mesmo alterar a visão moralizadora sobre tal que permanece até os dias atuais.

A autora Márcia Guedes Vieira (2009) em sua dissertação de mestrado nos traz resultados de uma pesquisa bibliográfica que expõem importantes fatos que devem ser considerados quanto à motivação e legitimação que levam crianças e adolescentes ao trabalho. Por mais que a pobreza tenha sido por muito tempo a grande motivação para o trabalho infantil, atualmente é preciso que se articule a mesma com outros fatores, visto que inserção precoce de tais indivíduos ao mercado de trabalho é multifacetada, indo além das causas econômicas e sociais, sustentando-se fortemente em um componente cultural.

Em seu estudo, a autora apresenta que há uma visão positiva sobre o trabalho infantil, onde coloca-se o “trabalho como instrumento de inserção social; o trabalho como disciplinador e formador; ideia de que toda criança pode trabalhar; o trabalho como uma forma de se preparar para a vida, evitando assim a ociosidade” (RIZZINI apud VIEIRA, 2009, p. 46), constituindo fatores que levam a defesa da inserção pre-

coce de crianças e adolescentes ao mesmo.

Maria de Lourdes Leiria (2017) também nos traz a perspectiva de que o trabalho precoce encontra-se apoiado nestas questões culturais, sendo aceito e incentivado por quem trabalhou em sua respectiva infância, o que era muito comum devido às anteriores legislações nacionais. Por muitas vezes discursa-se que o trabalho colabora com a formação do caráter, o que não passa de um mito que encontra-se em total desfavor com crianças carentes - visto que crianças de classes econômicas mais altas normalmente possuem oportunidade de concluir seus estudos, qualificando-se antes de ingressar no mercado de trabalho. Para além disso, a autora coloca que não são apenas as famílias de baixo poder aquisitivo que defendem tal posição, mas a sociedade em geral, que “aceita e defende que o trabalho é a alternativa para as crianças carentes, para que não fiquem desocupadas” (2017, p. 58).

A referida autora apresenta que a agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais são responsáveis por 70% da produção alimentícia do país, as quais acomodam a maior parte das crianças e adolescentes inseridos em atividades agrícolas. Os pais se sentem de certa forma estimulados a inserir seus filhos no trabalho precoce na agricultura familiar, devido às leis que colocam como requisito que a mesma deve ser desenvolvida principalmente por trabalhadores integrantes da família para que se possa usufruir de benefícios (LEIRA, 2017, p. 59).

Dessa maneira, para além do viés moralizante do trabalho infantil no campo, é possível observar que a própria legislação contribui para a inserção precoce das crianças e adolescentes no trabalho, fazendo com que ao analisar

o requisito legal da predominância de trabalhadores do núcleo familiar e a magnitude da economia familiar rural, constata-se a importância da conscientização do agricultor e empreendedor rural familiar sobre a nocividade do trabalho precoce (LEIRA, 2017, p. 60).

Diferentemente do que se prega, o trabalho infantil não moraliza as crianças ou as disciplina, o que ele gera na verdade são impactos negativos em diversas dimensões devido a ausência de habilidades e conhecimentos necessário, os quais serão levados para o resto da vida adulta, como podemos citar: “baixa escolaridade, danos psicológicos, baixos salários, ocupações degradantes, exposição à violência, menor longevidade” (FNPETI, 2021, p. 5), além de propiciar a transmissão intergeracional da pobreza, como já foi citado anteriormente. Como vimos, os direitos das crianças e adolescentes são construções históricas, resultado das mobilizações populares.

Maria de Lourdes Leiria (2017) reforça que a nocividade da inserção precoce ao trabalho para crianças e adolescentes, tanto no âmbito da saúde e integridade das mesmas, quanto em seu processo de formação e educação. No âmbito da educação, o trabalho gera baixa escolarização (e de certa forma é consequência do mesmo), visto que impede o ingresso dos indivíduos nas escolas, e quando isso não ocorre, impacta negativamente no aproveitamento escolar, levando à evasão escolar.

A PnadC de 2019 nos traz dados que confirmam esse impacto negativo do tra-

balho infantil na frequência escolar, visto que 96,6% da população total de crianças e adolescentes (5-17 anos) é formada por estudantes, enquanto entre os trabalhadores infantis a estimativa é de 86,1%. Consequentemente, “quanto mais cedo a pessoa ingressa no mercado de trabalho, menor será sua remuneração na fase adulta” (LEIRA, 2017, p. 66), visto que dificilmente a mesma terá qualificação.

Tratando da saúde e integridade, Leira ressalta que a inserção precoce ao trabalho rouba a infância, adoce e mutila crianças e adolescentes. Para além de tais repercussões negativas e perspectiva do trabalho infantil, o mesmo

é o responsável pelo círculo vicioso (pobreza, trabalho infantil, pobreza), chaga que passa de uma geração a outra. O trabalho infantil fere o fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana insculpido no art. 1º, inciso III, assim como viola os direitos e garantias fundamentais garantidos no art. 5º da Carta Magna (Ibid. p. 66).

Perante o que foi explicitado, concluímos que crianças e adolescentes inseridos no trabalho precoce estão sujeitos a uma série de transtornos como má nutrição, problemas respiratórios, mutilações, etc., que afetarão seu desenvolvimento físico e consequentemente impactarão de forma negativa em diversas outras áreas da vida (OIT, 2004, apud VIEIRA, 2014), merecendo nossa atenção e preocupação quanto ao fenômeno e suas decorrências.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Facilmente encontramos pelas nosso país crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Esta é uma problemática antiga habitual no cotidiano brasileiro, no qual suas consequências se desdobram à evasão escolar, doenças físicas e psicológicas. Ainda que se considere os avanços da inserção do Estatuto da Criança e Adolescente na legislação brasileira, vivenciamos um período de constantes desmontes das políticas públicas e retrocessos na garantia de direitos desses sujeitos, fazendo que o acesso a proteção social seja cada vez mais difícil e dessa forma, corroborando para a inserção precoce da população infanto-juvenil ao trabalho. Portanto, o trabalho infantil representa uma violação dos direitos da criança e adolescente previstos no ECA, afetando sua condição especial de desenvolvimento físico e psíquico.

Embora existam programas, projetos, legislações políticas que visam o combate do trabalho infantil, até o presente momento não avançaram o suficiente de modo que extinga essa forma de trabalho. Isso advém da condição focalizada e fragmentada que caracteriza a estruturação das políticas sociais brasileiras. Logo, para avançar no debate da erradicação do trabalho infantil e desenvolver ações que garantam de forma efetiva a Proteção Integral das crianças e adolescentes, é necerrário compreender a totalidade da realidade social, para assim fortalecer o sistema de garantia de direitos e o ECA através de discussões críticas e entravamento de lutas a fim de combater a violação de direitos dessa população.

## REFERÊNCIAS

ABRINQ, Fundação. O Trabalho Infantil no Brasil: o desafio do trabalho infantil nas atividades agrícolas. São Paulo, p. ,2017. Disponível em: <https://livredetrabalhoinfantil.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Vers%C3%A3o-Final-Trabalho-Infantil-no-Brasil-Desafio-Trab-Inf-Ativ-Agr%C3%ADcolas-1.pdf>. Acesso em: 07 out. 2021.

A INF N CIA, Fundo das Nações Unidas Para. Cenário da Exclusão Escolar no Brasil – um alerta sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na Educação. 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil>. Acesso em: 3 set. 2021.

ALIANÇA, Instituto. OIT, Organização Internacional do Trabalho. Estratégia de Monitoramento de Projetos de Enfrentamento ao Trabalho Infantil. 2012, p. 10. Disponível em: <https://www.trt4.jus.br/portais/media/375779/Cartilha%20OIT.pdf>. Acesso em: 02 set. 2021.

BAPTISTA, Myrian Veras. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. Serviço Social & Sociedade, [S.L.], n. 109, p. 179-199, mar. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-66282012000100010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/478ZwRHWkjzk7G9ZYd4p7yP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 set. 2021.

BRASIL. Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 2016. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 20 set. 2021

\_\_\_\_\_. Decreto nº 89.271, de 4 de janeiro de 1984. Regulamenta os artigos 30, alínea “d”, e 40 da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Brasília, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm). Acesso em: 07 out. 2021.

ESPEZIM DOS SANTOS, D. M.; VERONESE, J. R. P. A proteção integral e o enfrentamento de vulnerabilidades infantoadolescentes. Revista de Direito, [S. l.], v. 10, n. 02, p. 109–157, 2019. DOI: 10.32361/20181022056. Disponível em: <https://periodicos.ufrv.br/revistadir/article/view/2056>. Acesso em: 17 set. 2022.

FNEPETI, Fórum Nacional de Prevenção do Trabalho Infantil. O TRABALHO INFANTIL NO BRASIL: análise dos microdados da PnadC 2019. 2021. Disponível em: [https://fnpeti.org.br/media/publicacoes/arquivo/pnadC2019\\_interativo\\_final.pdf](https://fnpeti.org.br/media/publicacoes/arquivo/pnadC2019_interativo_final.pdf). Acesso em: 07 out. 2021.

\_\_\_\_\_. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa



do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm#art266](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266). Acesso em: 02 set. 2021.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador. Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. 3. ed. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2019. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/novembro/lancado-30-plano-nacional-de-prevencao-e-erradicacao-do-trabalho-infantil/copy\\_of\\_PlanoNacionalversosite.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/novembro/lancado-30-plano-nacional-de-prevencao-e-erradicacao-do-trabalho-infantil/copy_of_PlanoNacionalversosite.pdf). Acesso em: 02 set. 2021.

\_\_\_\_\_. Trabalho Infantil no Brasil. Disponível em: <https://fnpeti.org.br/cenario/>. Acesso em: 07 out. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso: 07 out. 2021.

LEIRIA, Maria de Lourdes. Trabalho infantil: trabalho que ceifa a infância, oportunidades e vidas. In: Trabalho decente. São Paulo: 2017. p. 57-67. Disponível em: <https://portalfecomerciarior.org.br/arquivos/o.116460001559581456.pdf#page=53>. Acesso em: 02 set. 2021.

MARIELLA CALDAS (Antônio Carlos). Notícias do Dia (Nd Notícias). Antônio Carlos é destaque na educação, saúde e produção rural. 2011. Disponível em: <https://nd-mais.com.br/saude/antonio-carlos-e-destaque-na-educacao-saude-e-producao-rural/>. Acesso em: 29 set. 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção n. 182 da OIT. Convenção sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS\\_236696/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_236696/lang--pt/index.htm). Acesso em: 19 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. OIT Brasília, 2021. Trabalho infantil. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-infantil/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 07 out. 2021.

VIEIRA, Marcia Guedes. Trabalho infantil no Brasil: questões culturais e políticas públicas. 2009. 190 f., il. Dissertação (Mestrado em Estudos Comparados) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

# REFLEXÕES SOBRE A “QUESTÃO SOCIAL” E O RACISMO NO BRASIL<sup>1</sup>

Beatriz Antunes da Rosa<sup>2</sup>

Sara Lopes dos Santos<sup>3</sup>

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo abordar a “questão social”, dando enfoque na sua relação com a população negra, perpassando pela influência histórica da perspectiva liberal, colonial e racista dos intelectuais para a compreensão da mesma. O texto foi escrito a partir de uma revisão bibliográfica, resultando em reflexões acerca da compreensão da “questão social” na particularidade da realidade brasileira e das necessidades de atuação das/dos assistentes sociais compreendendo a estrutura racista do capitalismo brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Colonização do Brasil; Questão Social; Serviço Social; Questão Racial.

## INTRODUÇÃO

A formação sócio-histórica do Brasil é marcada por fortes desigualdades, desde a escravidão até hodiernamente. A invasão do país, chamada de “descobrimento”, foi constituída na base da exploração dos povos originários, conhecidos hoje como indígenas, e povos traficados, constituídos por uma população negra.

Um dos pilares do processo de colonização no Brasil, além da monocultura e das grandes plantações, se fundamenta na escravidão como um meio de exploração, o qual possibilitou a valorização da monopolização da terra por meio do trabalho forçado. A escravidão é a prova de como foram constituídas as formas de exploração em benefício dos senhores que detinham o domínio sobre grandes extensões de terra e como isso perpetua nos dias de hoje. O racismo no Brasil - que possui a característica de estrutural e estruturante do capitalismo no país - traz resquícios da escravidão, colonização e se mantém a partir da exploração de raça e classe.

Como um meio de controle do capitalismo, surge o Serviço Social no Brasil, marcado por perspectivas conservadoras vinculadas às classes dominantes, com caráter pró colonizador, atuando em conjunto com a Igreja e tomando a posição contrária aos povos originários e traficados. Após um longo período de existência da profissão essa posição começou a se alterar, a partir da identificação como classe trabalhadora e aproximação com os movimentos sociais.

Portanto, o presente artigo trará contribuições para reflexões sobre a “questão social” e o racismo no Brasil, bem como reflexões sobre a atuação das Assistentes

1 Resultado de pesquisa realizada pelas graduandas durante o período 2020-2021 no Programa de Educação Tutorial de Serviço Social da UFSC.

2 Graduanda de Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, campus Trindade. Ex-bolsista do PET – Serviço Social da UFSC. E-mail: antunessbia60@gmail.com

3 Graduanda de Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, campus Trindade. Ex-bolsista do PET – Serviço Social da UFSC. E-mail: sarabsurd@gmail.com

Sociais, assumindo um compromisso com a autonomia e expansão dos direitos dos indivíduos sociais, fugindo do conservadorismo vinculado às classes dominantes, e a importância do aprofundamento das particularidades brasileiras para compreensão do objeto de trabalho da profissão.

Para que isso seja possível, usaremos alguns autores como Freyre para entender como foi construído o mito da democracia racial e a romantização da miscigenação no país, Novais e Souza para compreender o antigo sistema colonial e escravista no Brasil em uma perspectiva neoliberal, e Moura e Almeida para analisar a construção da figura negra no Brasil. Conjuntamente haverá reflexões sobre dados estatísticos e outros/as autores/as para compreender a “questão social”, o racismo e as expressões advindas da relação capital-trabalho, levantadas por Netto e Yamamoto, bem como Sabino e Teles com enfoque na “questão social” no Brasil.

## **DO ESCRAVISMO AO CAPITALISMO: A CONSTRUÇÃO DA FIGURA DO NEGRO NO BRASIL**

Até 1888, a luta de classes no Brasil foi centrada na luta dos escravos - estes inicialmente indígenas, posteriormente negros - contra a escravidão. Diferente dos modelos clássicos de luta de classes na Europa - onde os explorados tinham relações contratuais com os exploradores - mas ainda assim luta de classes: existia ali o antagonismo de classe entre exploradores e explorados (MOURA, 1996).

Acerca de tal contexto, o autor Fernando Novais (2005) traz um olhar sob os quadros do Antigo Sistema Colonial, onde diversos foram os mecanismos criados pelas políticas do sistema de colonização que visavam preservar os privilégios dos lusitanos - por meio da exploração mercantil - e incorporar a expansão comercial, para tornar inalterável o lucro. Consequentemente, se desenvolvem grupos privilegiados para se apropriar cada vez mais de tais lucros, sendo que parte da renda real gerada da colônia era transferida pelo sistema de colonização para a metrópole e para a burguesia mercantil (NOVAIS, 2005). Dito isso, não eram as populações lusitanas, homogêneas etnicamente, que compunham a “classe proletária” da época, mas sim populações de diversificadas etnias, incorporadas de forma violenta ao sistema colonial na situação de escravos que geravam lucro aos lusitanos (MOURA, 1996).

A colonização agrícola no Brasil irá, portanto, iniciar dentro de uma estrutura monopolista do sistema colonial, na qual os princípios já estavam fixados, baseados em experiências anteriores e derivados das próprias condições da expansão marítima. A exploração do país por portugueses girou em torno das riquezas aqui encontradas, como o pau Brasil, sal, entre outros. Entretanto, o tráfico de escravos se tornou o setor mais importante no tráfico mercantil para a acumulação de capital (NOVAIS, 2005), e isso moldou o modelo de capitalismo dependente e a formação das classes trabalhadoras que persiste no Brasil.

As classes antagônicas, compreendidas, então, no período escravista, como escravo e senhor de escravo, passariam no Brasil a tomar uma outra forma, mais semelhante àquela apresentada pelos estudiosos da Europa: as relações entre explorado e explorador seriam formalizadas. No entanto, a população negra quando “liberta”

perde sua “ocupação regular” enquanto escravizada. Não tendo mais lugar de “explorado regular”, sobram às populações negras o exército industrial de reserva, ou seja, o desemprego e o subemprego.

Todavia, isso era visto muito antes do 13 de maio. No ano da lei Eusébio de Queirós, em 1850, a população escrava era 31% da população; em 1852 caiu para 15%; e em 1887 era 5% da população brasileira. Na mesma medida em que caía o número de escravos, criava-se uma enorme população que não tinha acesso às fontes de trabalho, isso porque quando o negro deixava de ser escravo deixava também, em sua grande maioria, de ter ocupação regular. O máximo que o negro conseguia era a faixa do subemprego (MOURA, 2021).

Então, o negro (ex escravo) se tornou vítima de uma sociedade que o criou como um ser “animalizado”, e ao mesmo tempo, fazendo com que o seu serviço - precarizado, sem relações contratuais, muitas vezes terceirizado - fosse motivo de orgulho no aspecto da meritocracia. Mas o mesmo ex escravo, que “deveria ter orgulho da sua mão de obra barata”, vivenciou no período pós abolição precárias condições de vida e diferentes formas de servidão e exploração nas relações de trabalho, mesmo sendo um “homem livre”. Exemplos disso, podem ser constatados nas afirmações de Moura (2021, p. 49) de que para a mulher negra no pós abolição sobraram os trabalhos domésticos não qualificados, que substituíram os da Mãe Preta e da mucama, o subemprego nas fábricas e a baixa prostituição forçada.

Não foram criados, portanto, meios para que a população negra tivesse seus direitos e necessidades básicas atendidas na sociedade. Apenas os chamados “mulatos” conseguiam transitar, sendo assim, os negros retintos, chamados de “negros escuros e sujos”, se submeteram a trabalhos precarizados porque não havia outro modo para sobreviver (MOURA, 1983). Isso se deve, em primeiro lugar, a escravidão, que criava condições estruturais que impediam as populações negras de ter interesse pelo que produziam, pois não participavam (nem mesmo através da venda da sua força de trabalho), da troca de mercadorias: elas mesmas eram a mercadoria que circulava no sistema escravista (MOURA, 2021).

Em segundo lugar, como o trabalho escravo era rotineiro e os senhores consideravam os escravos meros objetos, não procuravam aperfeiçoar tecnicamente as fazendas e engenhos com fim de aumentar a produtividade, pois era fácil repor o escravo através da compra de outro e às vezes era até mais vantajoso (isso principalmente antes de 1850). Por isso, depois do 13 de maio os ex-escravos não tinham condições de alcançar o grau de engajamento efetivo no mercado de trabalho como trabalhadores livres e foram então repelidos como cidadãos, marginalizados (MOURA, 2021).

Desse modo, a população negra, mesmo após a abolição, tem tido seus direitos violados na sociedade, seja por meio do desemprego, seja por meio da violência e extermínio. O tempo cronológico mudou, mas a lógica continua a mesma: a criminalização e o ódio ao negro pobre de hoje é a continuação do ódio devotado ao escravo de antes (SOUZA, 2017). Entendendo esse ódio a partir dos conceitos de racismo estrutural e estruturante, vê-se a não incorporação do negro - ainda que “livre” - na sociedade civil como cidadão como estratégia de sustentação da estrutura capitalista

(MOURA, 1977, p. 19).

A estrutura brasileira se constitui a partir de um modelo de reprodução do machismo e do racismo, e como uma consequência dessa estrutura, os dados de feminicídio contra mulheres negras se tornaram alarmantes e crescentes. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), entre 2007 e 2017 houve um aumento de 60% de assassinatos de mulheres negras, enquanto o aumento nos assassinatos de mulheres não negras foi 1,7% (IDOETA, 2019).

Não há como discutir o funcionamento da sociedade sem discutir racismo e patriarcado, haja vista a criminalização desses corpos. Ribeiro (2017) irá desenvolver uma afirmação do olhar da sociedade sob a mulher negra explicitando que nos debates sobre racismo o sujeito é o homem negro, nos discursos de gênero o sujeito é a mulher branca e nos discursos de classe “raça” não tem lugar. Aponta ainda que as mulheres negras ocupam um vácuo de apagamento e contradição, sendo este um dilema teórico sério pois os conceitos de “raça” e gênero se fundem em um só (RIBEIRO, 2017).

Dessa forma, quando pensamos sociedade, precisamos ampliar o olhar sobre a mulher negra vista como o Outro do outro, semelhante a afirmação de Beauvoir e sobre o homem negro que é a mira do Estado e da polícia (RIBEIRO, 2017). A mulher negra, sendo o Outro do outro, será um rebate de um contraponto das teses de Simone de Beauvoir de que a mulher branca é o outro, quando pensada na sociedade patriarcal que tem a figura do homem branco no centro. Entretanto, a mulher negra não é apenas o outro do homem branco, mas sim o Outro do outro.

Segundo Jessé (2017), a figura negra se faz enquanto “inimigo da ordem” e inimigo da autoridade. Analisando os dados, vemos que na realidade brasileira isso se manifesta de várias formas, onde o genocídio da juventude negra no país é marcada por aumento vindo da força e abuso policial, onde o Mapa da Violência entre 2002/2012 nos mostra a queda de homicídio da juventude branca, e em contrapartida temos o aumento significativo de mortes da juventude negra brasileira.

Enquanto em 2002 morriam 10.072 jovens brancos para cada 100 mil habitantes, esse número decaiu para 6.823 em 2012. Não obstante, o número de homicídios de jovens negros saltou de 17.499 para 23.160 no mesmo período. Houve um decréscimo de 32,3% na morte de jovens brancos ao passo que os jovens negros vitimados aumentaram 32,4%, é dizer que para cada branco morto, morrem 2,7 negros (QUEIROZ, 2015).

Tendo a polícia, braço armado do Estado<sup>4</sup>, como a principal executora das mortes em massa de negros e pobres com o aval das classes médias e altas, nos levando a chacina anual da população negra no Brasil. Isso é explicitado quando, de acordo com a 13ª edição do Atlas da Violência de 2018, “75,4% das vítimas pelas polícias brasileiras eram negros” (ALMA PRETA, 2019) e com aumento no ano seguinte para 79,1%,

---

4 Que, como visto em Osório (2019, p. 19), tem como elemento específico e essencial o poder e a dominação de classes.

conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020.

Na perspectiva de emprego, ainda temos a taxa que entre três (3) brasileiros desempregados, dois (2) são negros, totalizando 63% de negros e pardos desempregados no Brasil, onde Norte e Sudeste ocupam a maior taxa de negros desempregados, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017 (BORGES, 2018).

A submissão das populações negras a empregos sem qualificação e às moradias<sup>5</sup> precárias é, então, benéfica e imprescindível ao capital, pois isto auxilia na manutenção dessa estrutura, principalmente quando em crise, pois as/os negras/os fornecem mão de obra super barata - haja vista que são utilizados como exército industrial de reserva (MOURA, 1977, p. 32). Logo, é interessante ao capital também que a população negra continue a ver essa como a única condição de vida possível.

Esse é o embasamento para pensar “questão social” na realidade brasileira. Ora, pois, se a “questão social” em seu mais simplificado resumo é a contradição entre capital e trabalho, não há como, de maneira comprometida com o método crítico dialético de Marx, pensar a realidade sem levar em consideração o elemento racial, haja vista que desde o pós-abolição as populações negras ocupam majoritariamente faixas de subemprego e desemprego, e é ali também e essencialmente que aparece a contradição entre o capital e o trabalho, pois, trabalho a ser feito há, mas para a manutenção desse sistema - de acumulação de capital - é necessária a existência de pessoas desempregadas e subempregadas - e essas pessoas, devido a formação sócio-histórica do país, são em maioria negras.

## **A “QUESTÃO SOCIAL” E O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

A partir do século XVIII, a situação de pobreza e desigualdade extrema da classe trabalhadora se aprofunda especialmente com a intensificação da industrialização do capitalismo, sendo que no Brasil esse processo foi se desenvolvendo com as reformas liberais e com a expansão das formas capitalistas de produção.

O termo “questão social” surge então, no século XIX, por motivações sócio-políticas, compreendido como o resultado da exploração advinda da relação capital-trabalho, partindo de uma perspectiva efetiva de uma eversão da ordem capitalista. Assolava para a burguesia o medo de perder seus dominados, eis então a base para o surgimento do Serviço Social: a necessidade de uma contenção aos trabalhadores, que foi dada com repressão policial (coerção), ações de caridade e assistenciais (integração e controle) (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983, p. 166).

Desse modo, o Serviço Social surge para trabalhar justamente com essa tal “questão social” - que passou a ser algo mistificado cuja resolução se daria através de reformas com caráter de prática social - com o objetivo de conciliar a classe trabalha-

<sup>5</sup> Considera-se importante pontuar que, além da questão de emprego, a questão da terra no Brasil, outro elemento central para compreensão da realidade do país, ligada à acumulação do capitalismo dependente brasileiro, tem relação direta com a situação das populações negras e indígenas, que perderam sua autonomia de povoamento com a colonização portuguesa e ter esse direito básico negado diz também sobre a dificuldade de acesso aos demais direitos. Portanto, compreende-se a necessidade de aprofundamento dessa questão em um trabalho futuro.

dora com a ordem capitalista, devido à Igreja, burguesia e Estado. Uma exemplificação do ethos profissional da época era visto no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), enquanto o país passava por uma fase crítica em decorrência da II Guerra Mundial. A burguesia que gestava o Serviço notava “maus hábitos” nos menores aprendizes, colocando sob responsabilidade das Assistentes Sociais em suas ações estabelecerem nos menores aprendizes a noção de autoridade (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983).

No entanto, devido às mudanças históricas ocorridas no seio da profissão e a opção pelo projeto ético-político vinculado aos interesses das classes trabalhadoras, o atual Código de Ética coloca a profissão como aliada do combate às opressões, não seguindo a lógica inicial em que foi criado. Entretanto, a categoria profissional não é homogênea - muito pelo contrário - é uma profissão com impasses, tensões e disputas entre um viés conservador e um viés marxista e também entre os próprios “marxismos” (SABINO; TELES, 2021).

Por isso, faz-se necessário compreender criticamente a realidade na sociedade de classes e, mais ainda, apropriar-se de conhecimentos sobre o racismo. Isso com duas grandes justificativas: o combate ao racismo fortalece o projeto ético-político profissional, que visa a construção de uma nova sociabilidade sem quaisquer opressões e porque o combate ao racismo diz sobre a nossa identidade enquanto classe trabalhadora (CFESS, 2016, p. 16; CFESS, 2020, p. 70). Além disso, compreendendo que

a classe trabalhadora brasileira é preta e que, portanto, os direitos sociais atingidos pelos cortes orçamentários e pelas contrarreformas no Brasil não são apenas os direitos ‘dos/as usuários/as’. São os nossos direitos também, já que somos muitas mulheres e homens negros/as nesta categoria. (CFESS, 2020, p. 70).

Dessa forma, o combate ao racismo é parte inerente nas lutas que a categoria trava por melhores condições de vida e trabalho (CFESS, 2020, p. 70), bem como das lutas da classe trabalhadora e é nosso papel enquanto assistentes sociais destacar a questão racial nos espaços em que nos inserirmos, propondo ações que combatam as expressões cotidianas do racismo.

Ademais, seguindo a lógica do Código de Ética, temos uma profissão que deveria lutar cotidianamente no combate ao racismo e suas manifestações, no entanto, para que hajam as modificações que repensem o lugar do sujeito negro no Brasil se faz necessária a construção de uma nova ordem societária. Isso é trazido pela categoria profissional como um princípio, onde optam “[...] por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (BARROCO; TERRA, p. 129, 2012), no entanto, está longe de ser consenso em toda a categoria profissional, apesar de ser o pensamento hegemônico.

Mediante o elencado, podemos afirmar, segundo a regulamentação, que o trabalho do/a assistente social consiste em várias ferramentas para que a defesa dos in-

teresses da classe trabalhadora esteja dentro do nosso cotidiano de atendimentos, enquanto atuamos nas contradições do capitalismo. Conforme o nosso Código de Ética, temos os princípios fundamentais para que possamos viabilizar os direitos de classe trabalhadora, rompendo com o neotomismo e lutando contra toda e qualquer forma de preconceito, incluindo o racismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O maior empregador das e dos Assistentes Sociais no Brasil é o Estado e, como supracitado, o seu braço armado, a polícia, sendo o principal executor das mortes da população negra no país, traz o desafio de - além da desvinculação da atuação profissional com os interesses da classe dominante - atuar junto à população preta e periférica, que teve historicamente seus direitos negados, sua história e cultura apagadas e recontadas pelo ponto de vista daqueles que os escravizavam.

Para que aconteça o entendimento do objeto de trabalho da categoria, é essencial compreender o racismo como estrutural, tendo a burguesia eugênica como o principal agente na inserção precária do negro na sociedade. No período pós escravidão, a população negra se submeteu a trabalhos precários por não conhecer outro modelo de vida. A superexploração se tornou o que os ex-escravos (negros) chamam de vida no capitalismo. Os dados estatísticos referentes ao desemprego, genocídio da população negra e homicídio de mulheres negras demonstram como o Brasil permanece em um sistema falho, pois se sustenta em cima da exploração e marginalização do povo negro. Além disso, uma população de um país que não reconhece e compreende sua história de forma crítica, está longe de compreender que não existe e nunca existiu uma suposta “democracia racial” e, se a população não apreende isso<sup>6</sup>, nada muda.

Com a realidade brasileira escancarada a partir dos dados da população negra, é necessário que a categoria profissional do Serviço Social identifique quem são os usuários, pois sem conhecer a realidade não há intervenção profissional de qualidade. Quando se trata de compreender a estrutura racista, onde é preciso analisar a conjuntura e o cotidiano, é necessário não nos deixar “cair” nas imposições institucionais e desafios profissionais. Destarte, a categoria profissional poderá tentar minimamente garantir o atendimento de qualidade, sem discriminação e preconceito, como consta no Código de Ética. Somente no exercício profissional, com autocrítica constante e com um acúmulo teórico, para compreender a realidade sem cair no imediatismo do cotidiano, teremos o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população.

Por fim, avalia-se necessária a apreensão da história contada por aqueles e aquelas que compartilham do posicionamento político hegemônico da categoria e que en-

---

6 Ao fazer tal afirmação, as autoras compreendem que individualmente - e magicamente - a população não vai se “conscientizar” da situação histórica do povo negro brasileiro. Esta é, portanto, uma crítica ao sistema capitalista, que só se sustenta por conta do estranhamento e desconhecimento da população com relação à sua própria história. Haja vista que, conforme Moura (2014), “há uma distância imensa entre a verdade histórica que cabe ao historiador registrar e a necessidade e exigências que as classes dominantes impõem aos historiadores “oficiais”, ideólogos dos valores, interesses e necessidades do atual tipo de sociedade.”



tendem a raça como elemento indissociável de classe, como é o caso de Clóvis Moura e, além disso, a apropriação de autores que fazem o debate da “questão social” levando em consideração as particularidades brasileiras, como é o caso de Cristiane Sabino e Heloisa Teles. Além disso, a leitura desses autores é parte fundamental para embasar as análises de conjuntura, ferramenta essencial para atendimento dos usuários de forma crítica compreendendo a totalidade, pois eles trazem a história - elemento das análises - a partir do ponto de vista que nos interessa: o da classe trabalhadora, que é negra, periférica, mulher, indígena, LGBTQIA+, entre outros sujeitos que a constituem.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018. 203 p.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Editora Pólen, 2019.

BORGES, Pedro. De cada 3 desempregados no Brasil, 2 são negros. 2018. Disponível em: <<https://www.almapreta.com/editorias/realidade/de-cada-3-desempregados-no-brasil-2-sao-negros>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Assistentes sociais no combate ao racismo: o livro. Brasília: CFESS, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroCampanhaCombateRacismo.pdf> acessado em 20/10/2021.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Racismo. Série: Assistente Social no Combate ao Preconceito. Caderno 3. Brasília: CFESS, 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno03-Racismo-Site.pdf> acessado em 20/10/2021.

FREYRE, Gilberto. Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida In FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala [1933]. Brasília: Ed. UNB, 1963.

IAMAMOTO, Marilda V; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 1983.

IDOETA, Paula Adamo. ATLAS DA VIOLÊNCIA: Brasil tem 13 homicídios de mulheres por dia, e maioria das vítimas é negra. São Paulo: BBC News Brasil, 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48521901>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

MOURA, Clóvis. Atritos entre a História, o Conhecimento e o Poder. Revista Princípios n. 19. São Paulo. 1990. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/moura/1990/11/atritos.htm> acessado em 10/06/2022.

- MOURA, Clóvis. Brasil: Raízes do Protesto Negro. 1983. São Paulo: Global Editora, 1925. 173 p.
- MOURA, Clóvis. O negro: de bom escravo a mau cidadão? 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1977.
- MOURA, Clóvis. O negro: de bom escravo a mau cidadão? 2ª ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.
- MOURA, Clóvis. Os quilombos e a luta de classes no Brasil. In: Revista Debate Sindical, Ano 9 - Nº 20 dezembro/janeiro/fevereiro 95/96, p. 43-48
- NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da Questão Social. In: Revista Temporalis. No. 03. Ano 2. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS e Graflina, jan/jul, 2001.
- OSORIO, Jaime. O Estado no capitalismo dependente. In: OSORIO, Jaime. O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- PRETA, Alma. ANUÁRIO DA VIOLÊNCIA: 75% DOS MORTOS PELAS POLÍCIAS BRASILEIRAS SÃO NEGROS. São Paulo, 10 set. 2019. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/violencia-policia-mortes-negros-brasil-anuario-130104324.html>. Acesso em: 09 jun. 2021.
- QUEIROZ, Leonardo. O GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL. Brasil: Geledes, 11 maio 2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-genocidio-da-juventude-negra-no-brasil/>>. Acesso em: 09 de junho de 2022.
- RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Editora Letramento, 2017. 111 p.
- SOUZA, C. L. S.; TELES, H. Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil. Temporalis, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 44-61, jul./dez. 2021. ISSN 2238-1856. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36842>
- SOUZA, Jessé de. A elite do atraso. Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra, 2017.

# O SUPORTE DAS POLÍTICAS SOCIAIS PARA AS FAMÍLIAS COM CUIDADOS DOMICILIARES: UM ESTUDO DAS LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS<sup>1</sup>

Jasmyne Ferreira Brito<sup>2</sup>

Maria Luiza Ferreira de Oliveira<sup>3</sup>

Melícia Isabel de Pinho<sup>4</sup>

Keli Regina Dal Prá<sup>5</sup>

Michelly Laurita Wiese<sup>6</sup>

## RESUMO

Analisa-se o suporte dos municípios com Programa Melhor em Casa, para famílias que necessitam de cuidados domiciliares em termos de serviços ou benefícios sociais. Trata-se de estudo documental, nas legislações que regulamentam os serviços e benefícios sociais nos 16 municípios de Santa Catarina com Serviços de Atenção Domiciliar (SAD). Os resultados demonstram que são incipientes os serviços de suporte, concentrando-se em iniciativas nas políticas de habitação, como reservas de vagas para idosos e pessoas com deficiência em projetos habitacionais; assistência social, por meio de serviço de família acolhedora para adultos; e na saúde a ausência de normatizações quanto ao SAD.

**PALAVRAS-CHAVE:** Família; Políticas Sociais; Cuidados.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo chama a atenção para a (des)estruturação das políticas so-

1 Este estudo integra o projeto de pesquisa: “Família, Cuidado e Atenção Domiciliar (AD) no Programa Melhor em Casa em Santa Catarina no contexto da pandemia de covid-19”, financiado pela FAPESC edital n. 16/2020 Programa Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde PPSUS. Este artigo foi apresentado no IV Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social, promovido pela Universidade Estadual de Londrina, em 2022, com previsão de sua publicação nos anais do evento.

2 Graduada em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Bolsista de Iniciação Científica, E-mail: jasmyyb@gmail.com.

3 Graduada em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Bolsista de Iniciação Científica, E-mail: maluiza.ferreira1809@gmail.com.

4 Graduada em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Bolsista de Iniciação Científica, E-mail: melicia.pinho@hotmail.com.

5 Assistente Social, Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Doutora em Serviço Social, Ex-bolsista do PET Serviço Social, E-mail: keli.regina@ufsc.br.

6 Assistente Social, Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Doutora em Serviço Social, E-mail: michelly.wiese@ufsc.br.

ciais, por meio de seus serviços e benefícios, em oferecer suporte para as famílias que possuem pessoas em cuidados domiciliares, especialmente aquelas inseridas em Serviços de Atenção Domiciliar (SAD) em saúde.

O suporte do Estado para as famílias que cuidam de seus membros em casa tem se colocado fundamental, especialmente diante da crise do cuidado, caracterizada pelo desequilíbrio entre a demanda de cuidados, composta por pessoas dependentes devido à idade e ou enfermidades permanentes ou temporárias e a oferta de cuidados, proveniente das pessoas disponíveis para cuidar (ZALDIVAR; HARNÁNDEZ, 2018). Os países latino-americanos têm vivenciado mudanças demográficas com o aumento da expectativa de vida, aliado ao aumento das condições crônicas de saúde, que geram uma carga de doenças importante aos sistemas de saúde, além da diminuição da taxa de fecundidade e da maior inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Ao cenário de mudanças demográficas soma-se às mudanças epidemiológicas, que se caracterizam pela “evolução progressiva de um perfil de alta mortalidade por doenças infecciosas para um outro onde predominam os óbitos por doenças cardiovasculares, neoplasias, causas externas e outras doenças consideradas crônico-degenerativas” (PRATA, 1992, p.168).

Aliado às mudanças demográficas e epidemiológicas tem-se ainda a crise sanitária, iniciada em 2020, com a pandemia do novo coronavírus (covid-19), que agudizou a histórica desigualdade social e econômica, a concentração de renda e a perda dos direitos sociais e humanos impactando a vida das famílias e sua relação com a proteção social (SANTOS; WIESE, 2021). Proteção social desmantelada pela direção neoliberal dos sucessivos governos brasileiros, mas que tomou contornos mais profundos a partir de 2016: i) com o golpe parlamentar que destituiu a Presidente Dilma Rousseff; ii) com a aprovação da Emenda Constitucional (EC) n. 95/2016 que congelou por 20 anos os gastos públicos com as políticas sociais e as contrarreformas trabalhista e previdenciária que impactam diretamente nas condições de vida e trabalho das famílias; e iii) a eleição de Jair Bolsonaro, que a partir de um governo ultraliberal tem empreendido um conjunto de ações marcadas pela aporofobia<sup>7</sup>, que penalizam sobretudo os mais pobres (COHN, 2020).

Esse conjunto de alterações na conformação da sociedade e nas suas condições de saúde/doença tem feito com que diversos países, dentre eles o Brasil, expandissem serviços “alternativos” à sobrecarga dos sistemas de saúde. Uma dessas alternativas, visando desonerar os sistemas de saúde do aumento da carga de doenças crônico-degenerativas e do número de pessoas que necessitam de cuidados continuados, intensivos e custosos devido a alta complexidade envolvida, tem sido a expansão dos SAD.

O SAD é um serviço complementar aos cuidados realizados na atenção básica e em serviços de urgência, “substitutivo ou complementar à internação hospitalar, responsável pelo gerenciamento e operacionalização das Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP)” (BRASIL, 2016, s/p). Trata-se de um serviço que presta assistência aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) classificados na modalidade de Atenção Domiciliar (AD) 2 e ou

7 Termo definido pela filósofa Adela Cortina que dá nome ao medo, rejeição ou aversão aos pobres.

3. Sua regulamentação mais recente é dada pela Portaria n. 825/2016 que redefine a AD no âmbito do sistema público de saúde e cria o Programa Melhor em Casa.

Os critérios de elegibilidade para AD2, por exemplo, são:

I - afecções agudas ou crônicas agudizadas, com necessidade de cuidados intensificados e sequenciais, como tratamentos parenterais ou reabilitação; II - afecções crônico-degenerativas, considerando o grau de comprometimento causado pela doença, que demande atendimento no mínimo semanal; III - necessidade de cuidados paliativos com acompanhamento clínico no mínimo semanal, com o fim de controlar a dor e o sofrimento do usuário; ou IV - prematuridade e baixo peso em bebês com necessidade de ganho ponderal (BRASIL, 2016, s/p).

Já os critérios de elegibilidade para AD3 são todas as condições supramencionadas além da necessidade de cuidado multiprofissional mais frequente, uso de equipamentos ou agregação de procedimentos complexos como: ventilação mecânica, paracentese de repetição, nutrição parenteral e transfusão sanguínea, geralmente demandando períodos maiores de acompanhamento domiciliar (BRASIL, 2016). Ou seja, condições de saúde que envolvem cuidados complexos, contínuos e tecnificados, na imensa maioria das vezes, realizado por uma cuidadora<sup>8</sup> familiar leiga, sem conhecimentos técnicos relacionados à área da saúde.

Mesmo o SAD sendo um suporte às famílias que cuidam em domicílio, a maior responsabilidade dos cuidados em saúde é da família do usuário inserido no serviço. O sustentáculo desse cuidado são as cuidadoras familiares e, em menor número, as cuidadoras contratadas, mas em qualquer situação será um/a familiar que assumirá a responsabilidade do cuidado no momento da admissão ao serviço.

Os objetivos do Programa Melhor em Casa refletem a centralidade na redução da demanda por atendimento hospitalar e do tempo de permanência de usuários internados em instituições hospitalares; na humanização da atenção à saúde, com a ampliação da autonomia dos usuários; e na desinstitucionalização e a otimização dos recursos financeiros e estruturais da Rede de Atenção em Saúde (RAS) (BRASIL, 2016). No entanto, não há referência direta sobre o compartilhamento de responsabilidades no cuidado em saúde, que passa a ser realizado no “conforto” do lar dos usuários, por meio do trabalho não pago das mulheres.

Assim, o que se busca demonstrar é a presença ou não de suporte das políticas sociais municipais, em termos de serviços e ou benefícios sociais, para as famílias que cuidam em domicílio. Suporte esse fundamental para a socialização dos custos desse cuidado, seja financeiro, físico e emocional, a partir da desresponsabilização do Estado, mas assumidos pelas famílias.

## **SERVIÇOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS DE SUPORTE PARA FAMÍLIAS QUE CUIDAM EM DOMICÍLIO: UM PANORAMA DOS MUNICÍPIOS CATARI-**

8 Neste artigo far-se-á referência às cuidadoras (no feminino), pelo reconhecimento de que no interior das famílias a maioria das pessoas que exercem essa função são as mulheres.

## **NENSES COM PROGRAMA MELHOR EM CASA**

A crescente complexidade dos cuidados domiciliares em saúde assumida pelas famílias inseridas no Programa Melhor em Casa, impulsionou o desenvolvimento do presente estudo a fim de identificar os suportes oferecidos pelas diferentes políticas sociais municipais.

Assim, trata-se de uma pesquisa documental, que compreendeu o uso de documentos de fonte primária de informação (FONTELLES et al., 2009), sendo leis, decretos e demais normativas que regulamentam serviços e benefícios sociais voltados para famílias cuidadoras nos 16 municípios de Santa Catarina com SAD: Araranguá; Biguaçu; Blumenau; Brusque; Canelinha; Capivari de Baixo; Chapecó; Criciúma; Gaspar; Jaguaruna; Jaraguá do Sul; Joinville; Lages; Maravilha; Palhoça; Xanxerê.

Como procedimento metodológico, levantou-se nas bases de dados municipais, informações sobre leis, decretos e demais normativas sobre serviços destinados às famílias que possuem membros que necessitam de cuidados domiciliares. Nos sites dos municípios que aderiram ao Programa Melhor em Casa foram pesquisados os seguintes termos: família acolhedora para adultos; acolhimento de adultos; cuidado domiciliar; atenção domiciliar; internação domiciliar; assistência domiciliar; melhor em casa; serviço de atenção domiciliar, benefícios cuidadores; pensões familiares; cuidado; auxílio financeiro; contribuição financeira; deficiência/deficientes e idosos.

A busca desses termos ocorreu na aba “Leis Municipais”, presente nos sites oficiais das prefeituras. Nesta aba, o internauta é redirecionado para sites que possuem uma base de dados, na qual é possível pesquisar sobre as leis. Nesta pesquisa acessou-se os sites das Câmaras Municipais de Vereadores, sites próprios das prefeituras e o site Leis Municipais (<https://leismunicipais.com.br/>). Porém, durante a pesquisa documental, percebeu-se que algumas das bases de dados não estão atualizadas.

Finalizada a busca dos termos nos referidos sites, identificou-se que, dos 16 municípios pesquisados, apenas em 11 foram encontrados algum serviço e ou benefício destinado ao suporte das famílias, conforme demonstrará a Tabela 1.

A exploração dos documentos, no momento de seleção das informações que iriam compor a tabela final das legislações, trouxe dois indicativos importantes:

i) Municípios concedendo, por meio de leis ordinárias, auxílios financeiros ou pensões para situações particulares/individuais - nestes casos, o motivo do benefício e seu valor individual foram variados. Essa situação foi encontrada em Araranguá, Biguaçu, Jaguaruna e Palhoça. No caso de Araranguá, pôde-se perceber que, em sua maioria, são pensões para pessoas com deficiência, cujas leis aprovadas datam até o ano 2001. Em Biguaçu, a maioria dos auxílios financeiros se destinou ao pagamento de gastos com medicamentos ou despesas médicas; alguns auxílios destinados para custeio de óculos de grau e um auxílio específico referente ao custeio de energia elétrica gasta pelo uso de aparelho de oxigênio. Tais benefícios são identificados até o ano de 2011. Já no município de Palhoça identificou-se o termo “pensão vitalícia”, destinada para indivíduos com deficiência ou doenças específicas, como Síndrome de Down (F-09), distúrbio neuro vegetativo, entre outras. Em Jaguaruna identificou-se o fornecimento de auxílio financeiro, medicamentos e gêneros alimentícios a pessoas

carentes do município.

Os auxílios financeiros individuais identificados se localizaram até aproximadamente 2011, mesmo o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) já tendo sido implementado. Com isso, é possível inferir que alguns dos municípios centraram esforços em repasses individuais, solicitados por alguns cidadãos, ao invés de elaborar serviços, programas e estratégias para atender a população em geral. As situações individuais encontradas poderiam, por exemplo, ser atendidas via serviços socioassistenciais previstos na tipificação do SUAS. É o caso do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, praticamente inexistente no processo de implantação da Proteção Social Básica, uma vez que os municípios não investiram esforços, nem foram apoiados pelos governos estaduais e federal, para organizar equipes de atendimento. E o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, voltado para o atendimento de famílias que tenham pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, limitações agravadas por violações de direitos como falta de cuidados adequados por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia (BRASIL, 2009).

ii) Auxílio financeiro destinado às instituições do terceiro setor (organizações não-governamentais e entidades filantrópicas) voltadas para o acolhimento de idosos em situação de vulnerabilidade social e grupos de convivência. As prefeituras disponibilizam auxílios financeiros para manutenção dessas organizações, como compra de equipamentos ou reforma dos espaços. Em alguns casos os auxílios foram destinados para custear eventos e ações destinadas aos idosos e às famílias. Tais situações foram identificadas nos municípios de Araranguá, Biguaçu, Canelinha, Lages, Maravilha, Blumenau, Capivari de Baixo e Gaspar.

O repasse de recursos financeiros para o terceiro setor indica uma pré-disposição para o financiamento de entidades e organizações fora do âmbito público estatal. Isto pode ser justificado pela ausência ou insuficiência de serviços públicos universais, que levam o Estado a investir nessas instituições, para que realizem o serviço, que nem sempre são de qualidade ou em conformidade com as diretrizes da política pública (MIOTO, 2015).

Apresentados os primeiros achados da pesquisa documental, segue-se para a exposição dos dados coletados que indicam serviços e ou benefícios voltados a oferecer suporte para as famílias, conforme ilustra a Tabela 1.

Tabela 1 - Legislações dos municípios catarinenses que possuem Programa Melhor em Casa relacionadas aos serviços e benefícios das políticas sociais de suporte para

famílias com pessoas em cuidados domiciliares – 2022.

Biguaçu	Lei n.1572	2001	Autorizo o chefe do Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro e dá outras providências.
Blumenau	Lei n. 8933	2020	Autoriza o Poder Executivo a firmar convênios com entidades privadas para atendimento de idosos a partir de 65 anos, no âmbito do município de Blumenau.
Capivari de baixo	Lei n. 1733	2015	Institui o Serviço de Atenção Domiciliar - SAD - e autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar temporariamente os respectivos profissionais pelo período do programa.
	Lei n. 2069	2021	Estabelece o agendamento telefônico de consultas médicas para pacientes idosos e/ou portadores de deficiência, previamente cadastrados nas unidades de saúde do município Capivari de Baixo.
Chapecô	Lei n. 7333	2019	Dispõe sobre o Serviço de Acolhimento Familiar no Município de Chapecô e dá outras providências.
Jaraguá do Sul	Lei n. 6870	2014	Institui o Serviço de Atenção Domiciliar - SAD, prestado pela Secretaria Municipal da Saúde do Município de Jaraguá do Sul, com base na Portaria nº 963 GM/MS, de 27 de maio de 2013, e disciplina a forma de participação dos servidores no programa.
Joinville	Lei n. 4698	2002	Dispõe sobre a criação do Programa de Internação Domiciliar -PID- no município de Joinville e outras providências.
Lages	Lei n. 4551	2021	Define e regula os Benefícios Eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social.
	Lei n. 3748	2011	Dispõe sobre a reserva de 5% das vagas das casas e/ou apartamentos populares dos conjuntos habitacionais construídos pelo município, inclusive do programa "Minha Casa Minha Vida", aos deficientes, idosos e obesos, devendo estar localizadas no pavimento térreo, quando a edificação não possuir elevador.
	Lei n. 3653	2010	Dispõe sobre a distribuição gratuita e domiciliar de medicamentos e materiais necessários à sua aplicação para idosos previamente cadastrados no Sistema Único de Saúde.
Maravilha	Lei n. 3539	2011	Dispõe sobre auxílio para idosos e pessoas portadoras de necessidades especiais e dá outras providências.
Palhoça	Decreto n. 1237	2011	Programa Minha Casa Minha Vida. Regulamenta os critérios para seleção dos beneficiários cadastrados, conforme Portaria nº 140/2010 do Ministério das Cidades e dá outras providências.
	Lei n. 2629	2007	Habitações populares. Dispõe sobre a reserva de habitações populares a idosos carentes.
Xanxerê	Lei n. 3847	2016	Institui no município de Xanxerê SC, o serviço de proteção especial social de alta complexidade, modalidade Família



			Acolhedora para idosos e adultos com deficiência, e dá outras providências.
	Lei n. 3260	2010	Institui o programa de acolhimento provisório denominado "Família Acolhedora" no município de Xanxerê, e dá outras providências.

Fonte: Elaboração das autoras com base na pesquisa documental (2022).

O material selecionado e sistematizado na Tabela 1, apresenta serviços voltados ao suporte das famílias em três políticas sociais: habitação, assistência social e saúde. Passa-se à análise das leis e decretos que dizem respeito a cada uma dessas políticas<sup>9</sup>.

## SERVIÇOS RELACIONADOS A POLÍTICA DE HABITAÇÃO

Segundo o art. 38 do Estatuto do Idoso “nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria (...)” (BRASIL, 2003, s/p) seguindo os seguintes critérios: reserva de 3% das unidades residenciais; implantação de equipamentos urbanos comunitários voltados ao idoso; garantia de acessibilidade e critérios de financiamento compatíveis com os rendimentos de aposentadoria e pensão. Assim, é necessária a criação de moradias sociais em locais com infraestrutura, como em regiões centrais dos municípios, facilitando o acesso aos serviços, promovendo o direito à cidade, que muitas vezes é um obstáculo para essas pessoas.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) também faz referência ao direito à moradia digna, especialmente nos art. 31, 32 e 33 onde a pessoa com deficiência ou seu responsável detém prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados, estabelecendo uma reserva de no mínimo 3% das unidades habitacionais. Em caso de edificação multifamiliar possui a garantia de acessibilidade nas áreas de uso comum e nas unidades habitacionais no piso térreo e de acessibilidade ou de adaptação razoável nos demais pisos; disponibilização de equipamentos urbanos comunitários acessíveis e a elaboração de projeto que permita a instalação de elevadores, competindo ao poder público a divulgação para os agentes interessados e beneficiários a política habitacional.

Desse modo, durante a pesquisa documental se observou que dos 11 municípios pesquisados, apenas três dispõem de leis e decretos voltadas para o serviço de habitação. Os municípios de Araranguá e Palhoça indicam a destinação de 5% das vagas de habitação para idosos carentes. Em Palhoça, o Decreto n. 1237/2011 institui a necessidade de critérios para a seleção das famílias que serão contempladas com unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida.

Porém, chama a atenção o recorte de renda presente nas leis analisadas (idosos carentes), indicando seu caráter focalizado em detrimento da perspectiva de universalidade de direitos. O termo “carente” rotula o indivíduo e acopla sua condição de renda com sua identidade. Além disso, o termo acaba por rebaixar o usuário de indiví-

duo portador de direitos para alguém desprovido de algo que necessita de assistência (GIÚNICE et al., 2014).

O município de Lages acrescenta outros critérios além da disponibilidade de 5% das vagas para idosos. Ou seja, das casas e/ou apartamentos populares dos conjuntos habitacionais, serão beneficiadas também pessoas com deficiência e obesos. Define ainda a garantia da reserva em andares térreos para os casos cujo beneficiário ou seu dependente legal seja portador de deficiência seguindo as seguintes condições: deficiência irreversível ou que dificulte a capacidade de locomoção do indivíduo. As condições indicadas devem ser comprovadas através de atestado médico.

Nesses municípios segue-se a indicação da Lei n. 8842/1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, para a definição de idoso: “Considera-se idoso, (...) a pessoa maior de sessenta anos de idade” (BRASIL, 1994, s/p). Porém, Camarano e Pasinato (2004, p.5) trazem uma outra visão do conceito de “idoso”, envolvendo

(...) mais do que a simples determinação de idades-limite biológicas e apresenta, pelo menos, três limitações. A primeira diz respeito à heterogeneidade entre indivíduos no espaço, entre grupos sociais, raça/cor e no tempo. A segunda é associada à suposição de que características biológicas existem de forma independente de características culturais e a terceira à finalidade social do conceito de idoso. Idoso, em termos estritos, é aquele que tem ‘muita’ idade. A definição de ‘muita’ traz uma carga valorativa.

Segundo a Organização Panamericana de Saúde (OPAS) até 2025 o Brasil será o sexto país do mundo em número de idosos e possui ainda uma desinformação sobre a saúde desse segmento e suas particularidades do envelhecimento para a saúde pública. Ocorreu também o aumento da expectativa média de vida no país, dado que precisa ser acompanhado pela melhoria ou manutenção da saúde e qualidade de vida dos idosos (OPAS, 2005).

Nesse cenário, a AD é vista como uma alternativa à internação hospitalar prolongada, onde as pessoas continuarão seus tratamentos, reabilitação, recuperação ou cuidados paliativos. Por isso, torna-se cada vez mais uma realidade a questão da adaptação dos domicílios que apresentam barreiras físicas, não permitindo ao idoso com comprometimento funcional ou a pessoa com deficiência, viver com autonomia ou que auxiliem as famílias cuidadoras no seu atendimento. Nesse contexto, a condição socioeconômica é fator limitante para a realização de tais mudanças no domicílio.

Assim, mesmo diante do envelhecimento populacional, programas habitacionais voltados para a população idosa são bastante escassos. O projeto Vila dos Idosos integra o programa Morar no Centro, sendo uma iniciativa da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB). O plano de construir um conjunto habitacional exclusivo para idosos existe desde 1999, mas só em 2003 o terreno para a construção foi colocado à disposição para esse fim. O programa consiste em 145 unidades, possuindo 25% destas adaptadas a pessoas com deficiências físicas e outras unidades adaptáveis, caso necessário. O valor do aluguel é calculado em função da renda do

beneficiário, variando entre 10% e 15% desta (SCHUSSEL, 2012).

No Brasil, o apoio provido pela família deverá enfrentar dificuldades crescentes como: a falta de políticas sociais de suporte aos cuidadores e a insuficiência da renda para realizar o cuidado e a sobrevivência da família. Portanto, “cuidar significa dedicar longos períodos de tempo ao paciente, somado ao desgaste físico, custos financeiros, sobrecarga emocional e exposição a riscos mentais e físicos” (RAINBOW et al., 2004 apud DUARTE et al., 2017, p. 23). Diante disso, se torna urgente e necessária, a implementação de políticas públicas que visam também o cuidado com o cuidador.

## **SERVIÇOS RELACIONADOS A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Na pesquisa documental foram encontradas legislações referentes à Política de Assistência Social que estabelecem auxílios financeiros e benefícios às famílias e algumas entidades privadas de cuidado ao idoso e pessoas com deficiência em sete municípios: Araranguá, Biguaçu, Blumenau, Chapecó, Lages, Maravilha e Xanxerê. Não se identificou registros significativos de benefícios que auxiliem diretamente às famílias com necessidade de cuidados.

As leis municipais seguem o que prevê a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e, portanto, cabe aos Estados desenvolver medidas que promovam os objetivos estabelecidos por essa lei, que atribui um dos benefícios sociais mais importantes: o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que prevê salário mínimo para pessoas que não tem meio de provimento social e não possuem ajuda de familiares.

No município de Araranguá a lei n. 3276/2014, dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social, visando o enfrentamento da pobreza, promovendo condições mínimas sociais e a universalização dos direitos sociais. Em Biguaçu a lei n. 1572/2001 estabelece o auxílio de R\$100,00 para compra de medicamentos, para famílias carentes, as quais passarão por uma análise via Secretaria de Assistência Social. Em Maravilha, a lei n. 3539/2011 autoriza o município a abrigar, acolher e prestar auxílio para idosos e pessoas com deficiência física, que estejam expostas a situações de risco, para famílias que estejam cadastradas na Secretaria de Assistência Social. Em Blumenau, a lei n. 8.933/2020 autoriza o município a compra de vagas para idosos em entidades do terceiro setor como entidades filantrópicas, organizações não-governamentais e empresas particulares de repouso e cuidadores de idosos. A lei n. 4551/2021 de Lages prevê benefícios eventuais para famílias com dificuldade de enfrentamento às necessidades urgentes e de contingências sociais.

Já nos municípios de Chapecó e Xanxerê destaca-se a legislação que institui o Serviço de Família Acolhedora para Idosos e Adultos com Deficiência, um serviço vinculado à Proteção Social Especial de Alta Complexidade, ainda “não tipificado nacionalmente pela Política de Assistência Social e que os municípios não possuem a responsabilidade de implementá-lo” (SDS, 2022, s/p). Com a falta de tipificação não há previsão de cofinanciamento federal e estadual para esta modalidade de serviço até o momento.

Trata-se de um serviço que

É constituído por famílias que se cadastram voluntariamente para prestar cuidados a pessoas idosas em suas residências e recebem, em contrapartida, auxílio financeiro mensal repassado pelo poder público municipal. A família acolhedora tem como função responsabilizar-se pelos cuidados da pessoa idosa, sempre oferecendo assistência material, moral e social, promover a inclusão do acolhido na comunidade e atender todas as orientações da equipe técnica municipal (SDS, 2022, s/p).

A centralidade da proposta é prestar o cuidado para os idosos e pessoas com deficiência no caso das famílias de origem não poderem cuidar. Em um dos municípios, segundo pesquisa de campo, o próprio SAD realiza encaminhamentos de usuários sem cuidadores para este serviço socioassistencial. Compreende-se a importância de oferecer cuidados vinculados à convivência familiar, mas é possível inferir também que, de certa forma, a organização do serviço privatiza o cuidado para outras famílias em troca de uma remuneração mensal, desresponsabilizando o Estado de oferecer serviços públicos estatais que fortaleçam a convivência com as famílias de origem. Questiona-se o investimento do Estado em propor serviços centrados na família, num reforço à perspectiva familista, e não em serviços que favorecem a permanência dos usuários com as famílias de origem. Porque não estruturar serviços de centros dia com atendimentos voltados à saúde e assistência social para idosos, pessoas com deficiência ou pessoas com dependência permanente que permitam as famílias trabalhar e cuidar? Porque o Estado não investe no financiamento do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, já tipificado pelo SUAS e praticamente inexistente nas realidades municipais?

Sabe-se que a política de Assistência Social tem como objetivo o bem-estar social e a igualdade social. Os danos das injustiças sociais são mitigados pelos serviços dessa política, por isso é importante que os municípios façam valer os direitos dos cidadãos. Estas análises já foram observadas em estudos realizados a partir das dificuldades enfrentadas e da falta de suporte do Estado perante suas obrigações. Como aponta Mioto (2019, p.9): “A família, nas sociedades ocidentais contemporâneas, é vista como instância encarregada da proteção e provisão material e afetiva de seus membros”. O imaginário social está impregnado da “ideia que grupos familiares com configurações e modos de funcionamento distintos, muitas vezes, são considerados potencialmente produtores de desajustes”. Neste sentido, com as pesquisas realizadas nos municípios, pode-se inferir que as famílias estão sendo responsabilizadas pelo cuidado e bem-estar, assumindo os compromissos da política social, que deveriam estar na mão do Estado.

## **SERVIÇOS RELACIONADOS A POLÍTICA DE SAÚDE**

Durante a pesquisa documental, foram encontradas leis sobre serviços voltados à política de saúde em cinco dos 11 municípios analisados. Em Capivari de Baixo, tem-se a lei n. 2069/2021, que garante aos idosos e deficientes agendarem suas consultas nas unidades de saúde por telefone. Esta lei se relaciona com o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) e com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), que

defendem o acesso desses segmentos populacionais aos serviços da área da saúde de forma dinâmica e especializada. A intencionalidade da lei é facilitar os agendamentos e otimizar o atendimento para estes segmentos, utilizando da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Outro ponto observado foi a lei n. 3653/2010, do município de Lages, que aprova a entrega gratuita de medicamentos e materiais a idosos em seu domicílio. Este tipo de ação também está prevista no Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003): “Incumbe ao Poder Público fornecer aos idosos, gratuitamente, medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação” (BRASIL, 2003, s/p). Esta prática deve ser realizada em todo o país, se apresentando como um direito adquirido das pessoas idosas. O diferencial da lei aprovada em Lages é a entrega domiciliar a ser realizada pelas equipes de Saúde da Família (eSF), especialmente pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS).

Outro resultado da pesquisa foi a ausência de informação sobre os Programas Melhor em Casa. Dos 16 municípios pesquisados, apenas Jaraguá do Sul e Capivari de Baixo apresentaram legislações que indicassem a implantação do programa. No caso de Maravilha observou-se uma lei de 2016 que regulamentou sobre a contratação de um profissional médico para o programa, mas não foi possível encontrar a lei específica do programa.

Sobre a atenção domiciliar, identificou-se a lei n. 4698/2002, que implementa o Programa de Internação Domiciliar (PID) no município de Joinville, coordenado pela Secretaria de Saúde e financiado pelo Fundo Municipal de Saúde de Joinville. O programa objetiva humanizar os atendimentos, garantir a proximidade dos pacientes com suas famílias, evitar infecções hospitalares e liberar leitos. Os pacientes são encaminhados por médicos de hospitais e postos de saúde. A referida lei enfatiza que a responsabilidade do cuidado, na ausência da equipe do PID, é da família, sendo que a mesma deve assinar um termo de responsabilidade assumindo o cuidado. Além disso, o art. 12 da lei refere que: “Parágrafo único. A equipe deve treinar os familiares para que, com o tempo, assumam integralmente os cuidados com o paciente, reduzindo sua dependência dos serviços médicos” (JOINVILLE, 2002, s/p), o que mostra a intenção em transferir este paciente aos cuidados das famílias.

Por fim, destaca-se que a Câmara Municipal de Araranguá aprovou o anteprojeto de lei n. 032/2021 voltado ao atendimento de pacientes pós-covid-19, onde propõe uma parceria com o projeto Reabilitação Respiratória na COVID-19 (RE2SCUE), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Há previsão de criação de um local equipado para fisioterapia voltado para atendimento dos pacientes com sequelas de covid-19, porém, não foi encontrado indícios que o projeto esteja em vigor.

Em relação à covid-19, observou-se que pacientes com a doença apresentaram sequelas que variam de acordo com a dimensão do desenvolvimento da doença. Nos casos mais leves os pacientes apresentaram falta de ar, fadiga, diminuição da capacidade de realizar atividades diárias, entre outros sintomas. Já nos casos de internação na UTI, as sequelas foram mais severas, como lesão por pressão e perda de mobilidade.

Em casos mais avançados é necessário a atuação de uma equipe multidisciplinar, com destaque para os fisioterapeutas (reabilitação motora e respiratória), principalmente nos casos em que passaram por procedimentos invasivos como a traqueostomia (SILVA et al., 2021). Vale destacar que os SAD têm assumido essa demanda, auxiliando na reabilitação dos pacientes.

O anteprojeto Lei n. 032/2021 foi a única iniciativa encontrada na pesquisa documental direcionada a oferecer suporte para pacientes com sequelas de covid-19. Incluiu-se a lei na pesquisa mesmo este serviço não se caracterizando diretamente como um suporte para as famílias e para os pacientes no domicílio, mas um serviço voltado à melhora clínica.

A partir dos serviços ou benefícios de saúde mapeados, é possível perceber a ausência de leis destinadas a dar um suporte direto às famílias, seja de forma monetária ou material. Na área da saúde, este apoio se baseia em medicamentos e atendimentos clínicos, e mesmo nesses casos, possui recorte de faixa etária ou segmento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa demonstrou a desestruturação das políticas sociais municipais no suporte às famílias que cuidam de seus membros no domicílio. São escassos os benefícios monetário e serviços integrais que possam ser acionados pelas famílias para as necessidades de cuidado. O que se observou foram previsões pouco concretizadas de moradias planejadas para o envelhecimento e graus de dependência em função de determinadas deficiências na política de habitação; benefícios socioassistenciais já estabelecidos pela política de assistência social com recorte de renda ou caracteristicamente familista como é o caso do serviço de família acolhedora para adultos e quase nenhuma previsão de serviços de saúde voltados às famílias que cuidam em casa, a não ser ações já previstas pela atenção primária em saúde.

Esses resultados indicam uma tendência histórica, na esfera das políticas sociais, para a responsabilização das famílias. No caso das leis que se referem à AD, a família é tratada como principal responsável pelo cuidado e bem estar dos seus membros. Os pacientes hospitalizados são transferidos do cuidado público para o cuidado familiar e a família deve aprender a prestar este cuidado, mesmo não possuindo conhecimento técnico para tal. Pode-se dizer que há uma privatização do cuidado para as famílias, por meio da AD, uma vez que são elas que arcam com novos custos desse cuidado, antes localizados no hospital, e se deparam com adoecimentos complexos cujos procedimentos até a desospitalização eram realizados e reivindicados por profissionais devidamente formados na área da saúde, como, por exemplo, enfermeiros, médicos, técnicos de enfermagem, fisioterapeutas, nutricionistas, etc.

As questões supracitadas são discutidas por Miotto (2010), que aponta sobre como a inserção das famílias nos serviços públicos, seja pela via burocrática/administrativa ou pela sua participação direta, acaba por responsabilizar e sobrecarregar as famílias. Ressalta ainda, que muitas vezes essa integração família/serviço ocorre por uma deficiência dos serviços, que acaba por ser normalizada na crença de que é obrigação familiar realizar o cuidado. Essa perspectiva moraliza as famílias, caso a mesma

não consiga realizar o cuidado, sendo taxada de “má família” ou “família desestruturada”, como se estivesse fugindo de suas “obrigações”.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 8842 de 04 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8842.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm). Acesso em: 21 mar. 2022.

BRASIL. Lei n. 10741 de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.741.htm#:~:text=LEI%20No%2010.741%2C%20DE%201%2C%20BA%20DE%20OUTUBRO%20DE%202003.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20do%20Idoso%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.&text=Art.,a%2060%20\(sessenta\)%20anos](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm#:~:text=LEI%20No%2010.741%2C%20DE%201%2C%20BA%20DE%20OUTUBRO%20DE%202003.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20do%20Idoso%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.&text=Art.,a%2060%20(sessenta)%20anos). Acesso em: 19 mar. 2022.

BRASIL. Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília, DF, 2009. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf). Acesso em: 21 mar. 2022.

BRASIL. Lei n. 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 19 mar. 2022.

BRASIL. Portaria n. 825, de 25 de abril de 2016. Redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e atualiza as equipes habilitadas. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/KujrwoTZC2Mb/content/id/22685962/do1-2016-04-26-portaria-n-825-de-25-de-abril-de-2016-22685827](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/KujrwoTZC2Mb/content/id/22685962/do1-2016-04-26-portaria-n-825-de-25-de-abril-de-2016-22685827). Acesso em: 25 mar. 2022.

COHN, Amélia. As políticas de abate social no Brasil contemporâneo. Lua Nova, São Paulo, 109, 2020, p.129-160. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/Y3jzjrjsLPLS9QfRhnc3kvG/?lang=pt>. Acesso em: 25 jan. 2021.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. Os novos idosos brasileiros muito além dos 60? IPEA, 2004. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Arq\\_29\\_Livro\\_Completo.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Arq_29_Livro_Completo.pdf). Acesso em: 24 de março de 2022

DUARTE, António et al. Qualidade de vida e sobrecarga dos cuidadores informais dos pacientes idosos das unidades de cuidados e assistência domiciliar do Algarve (PT). SaBios: Rev. Saúde e Biol., v.11, n.3, 2017, p.12-26. Disponível em: <https://revista2>.

grupointegrado.br/revista/index.php/sabios/article/view/1661/966. Acesso em: 24 de março de 2022.

FONTELLES, Mauro José; et al. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. Revista Paraense de Medicina, Pará, v. 23, n.3, 2009, p.01-08.

GIÚDICE, Junia Zacour del et al. Vulnerabilidade social como critério utilizado na política de assistência estudantil: uma análise conceitual e empírica. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 17, n. 1, 2014, p. 27-45. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/20068/17064>. Acesso em: 25 mar. 2022.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Processos de Responsabilização das Famílias no Contexto dos Serviços Públicos: notas introdutórias. In: ENPESS, Rio de Janeiro, 2010. Anais do 12º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Rio de Janeiro: Enpess, 2010. p.125-136.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Política social e trabalho familiar: questões emergentes no debate contemporâneo. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, 2015, p.699-720. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/hZRJktHwkCWGdSN7TF9NVhR/?lang=pt>. Acesso em: 22 mar. 2022.

MIOTO, Regina Célia Tamasso, OLIVEIRA, Antonio Carlos. Família, cuidado e políticas públicas. O Social em Questão, Rio de Janeiro, n. 43, 2019, p.9-22. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-io.br/media/OSQ\\_43\\_Apresenta%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-io.br/media/OSQ_43_Apresenta%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em: 25 mar. 2022.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. Envelhecimento ativo: uma política de saúde. Distrito Federal: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: [https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/7685/envelhecimento\\_ativo.pdf?sequence=1&i-sAllowed=y](https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/7685/envelhecimento_ativo.pdf?sequence=1&i-sAllowed=y). Acesso em: 23 mar. 2022.

PRATA, Pedro Reginaldo. A transição epidemiológica no Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, n. 8, v. 2, 1992, p.168-175. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Wv9VnjDtQvh4SzYMhTwYzmH/?lang=pt>. Acesso em: 17 fev. 2022.

SANTOS, Rosemeire; WIESE, Michelly Laurita. SUS e proteção social: desafios postos às famílias frente à pandemia da COVID-19. Revista Humanidades e Inovação, Tocantins, v.8, n.35, 2021, p.196-209. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5350>. Acesso em: 16 fev. 2022.

SCHUSSEL, Zulma das Graças Lucena. Os idosos e a habitação. Revista Kairós Gerontologia, São Paulo, v. 15, n. 4, 2012, p.53-66. Disponível em: <https://revistas.pu->



csp.br/index.php/kairos/article/view/13665/12674. Acesso em: 24 de março de 2022

SDS. Orientações técnicas. Disponível em: <https://www.sds.sc.gov.br/index.php/assistencia-social2/protecao-social-especial/nota-tecnica>. Acesso em: 22 mar. 2022.

SILVA, Lidia Cristina de Oliveira et al. Sequelas e Reabilitação Pós-Covid 19: Revisão de Literatura. Revista das Ciências da Saúde e Ciências Aplicadas do Oeste Baiano-Higia, Bahia, v. 6, n. 1, p. 169-184, 2021. Disponível em: <http://noar.fasb.edu.br/revista/index.php/higia/article/viewFile/637/571>. Acesso em: 24 mar. 2022.

ZALDIVAR, Laura Galeano; HERNÁNDEZ, Henry Colina. Reflexiones en torno al cuidado en Cuba. Argum, Vitória, v. 10, n.1, 2018, p.166-179. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/18697/13187>. Acesso em: 21 jul. 2021.

# BREVE RELATO DE EXPERIÊNCIA DE INTERCÂMBIO NA UNC-AR<sup>1</sup>

Aline de Andrade Rodrigues<sup>2</sup>

Falar sobre a experiência de intercâmbio é algo que a princípio parece simples, no entanto, é um pouco complexa por entender que as experiências são e estão limitadas ao sujeito que por ela passa. Esta experiência sofre determinações da conformação de vida, o que o faz enxergar e refletir sua vivência de formas tão distintas. Portanto, as falas aqui presentes ensejam esta singularidade.

Para iniciar, a palavra intercâmbio está conceituada no dicionário Aurélio como 1. troca, permut; 2. Relações de comércio ou intelectuais de nação a nação; no dicionário Argentino Numen, é possível identificar a concordância com o primeiro conceito, acrescida as relações culturais entre nações. Para esclarecer ainda mais, a página da rede Universia retrata o intercâmbio como “troca”: troca de experiências, troca cultural, troca comercial.

Para Universia, o intercâmbio tem o objetivo primordial de aperfeiçoar as relações entre os povos e culturas, aprimorando o entendimento sobre as diferenças culturais presentes nos diversos países. Aponta ainda que o grande interesse pelo intercâmbio acadêmico se dá pelo fato de que o estudante que o realizou se destaque diante dos outros que não passaram pela experiência, já que a realização do intercâmbio em seu currículo facilita muito diante da pouca concorrência no mercado de trabalho.

Existem diversos tipos de intercâmbio - o que não nos interessa debruçar por aqui -, nosso foco neste momento é o intercâmbio acadêmico que diz respeito àquele em que um estudante vinculado a uma universidade ou escola segue para uma outra instituição acadêmica fora de seu país (ou não) para aperfeiçoar, durante um período determinado, o seu processo de aprendizagem.

Na atualidade muitos estudantes universitários têm se interessado pelos intercâmbios por meio dos diversos programas, que se intensificam com a lógica da internacionalização. Esta prática, no entanto, não é recente e existem registros na história de que ela sempre foi bastante comum entre as famílias elitizadas que enviavam seus filhos para estudarem em instituições fora do país, principalmente na Europa, o que significava prestígio na sociedade da época.

No contexto da internacionalização, o intercâmbio acadêmico depende das políticas educacionais e dos acordos internacionais. Em especial, no campo da política pública é fator importante para viabilizar a participação de estudantes oriundos da

1 Este texto foi escrito durante o período de intercâmbio na Universidade de Córdoba, Argentina, no primeiro semestre de 2009, enquanto bolsista do Programa de Educação Tutorial de Serviço Social. Ele sofreu algumas poucas adaptações para a presente publicação.

2 Mestre em Serviço Social pela UFSC e doutoranda do Programa de PósGraduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Ex-bolsista do PET Serviço Social da UFSC e Ex-bolsista Intercambista 2009/1.

classe trabalhadora. Significa que existem determinações que viabilizam ou não a efetividade de intercâmbios acadêmicos para setores que dependem quase que exclusivamente da modalidade de incentivo público para se inserirem nessa experiência que há muito se constitui nas práticas das famílias dos setores mais elitizados.

A experiência de intercâmbio na Universidade de Córdoba é fruto da articulação entre a Universidade Federal de Santa Catarina juntamente com a Universidade Nacional de Córdoba; estas são parte de um acordo e articulação maior mediado pela Asociación de Universidades Grupo de Montevideo (AUGM), da qual fazem parte. O período da experiência corresponde ao primeiro semestre de 2009, entre março e julho.

Neste caso, a experiência acadêmica de intercâmbio não contou com bolsa de intercâmbio, já que essas se encontravam muito limitadas, principalmente para as áreas humanas e, assim, ao curso de Serviço Social (que historicamente recebe poucos incentivos para essa experiência. Vale destacar que, também, a questão de oferta de bolsas de intercâmbio dentro do grupo de AUGM está submetida a certo grau de pressão de seus estudantes, por meio de seus espaços representativos articulados à coordenadoria de curso junto a Secretaria de Relações Institucionais e Internacionais (SINTER), exigindo abertura de bolsas de intercâmbio.

Com a intenção de vivenciar um pouco dessa troca cultural e a diversidade de aprendizado em torno disso – como a questão do idioma, como a expansão do da noção de pertencimento latinoamericana, da organização do ensino superior e também com o próprio Serviço Social - foram buscas incansáveis em torno da burocracia e viabilidade de realizar esse projeto pessoal. Do ponto de vista material, a viabilidade se deu com a condição de petiana e a extensão do auxílio moradia garantido pela política de assistência estudantil da UFSC, que garantiu que essa vivência não se tornasse impossível, diante do fato de não se lograr uma bolsa específica para esse fim que atendesse as necessidades materiais que essa experiência exige.

Novo país, nova cidade, nova universidade, distintos professores, sem amigos no início, depois muitos novos. Foi momento de conhecer como se processavam as novas dinâmicas e de receber muita acolhida. A comparação foi inevitável. Como nosso Brasil – de 2009 – refletia muitas possibilidades! Isso se dava tanto no meio acadêmico com muitas bolsas de estudos no campo da assistência estudantil, muitos núcleos de pesquisa, proteção social, controle social por meio dos conselhos, docentes-doutores, porém, comparativamente, o acesso ao ensino superior era mais restrito, em especial pela via pública. Era sem fim as comparações. Era sem fim as diferenças. Argentina e Brasil, tão perto e tão longe! Tão perto e tantas diferenças! Também muitas semelhanças! Tanto desconhecimento entre nações irmãs!

A vivência cria a possibilidade de desafiar sua capacidade de adaptação-interação, compreensão-entendimento, observação-reflexão tanto no meio acadêmico, onde te possibilita a ampliação do conhecimento comparando e agregando ao já perpassado no país de origem, como dentro das relações do cotidiano que vão se estabelecendo. Entender o que se passa e como se passa e porque se passa, às vezes sem entender nada, já que a língua é distinta e na velocidade da fala comunal dos hermanos e das

hermanas não há possibilidade que aprendas o que dizem. Coisa que vai se modificando com o tempo. E a medida que vai passando a compreensão caminha em processo progressivo e positivo. As coisas vão se clarificando mas, também, se complexificando. É mesmo uma contradição.

O momento foi também de ter oportunidades de outras experiências. Amizades me levaram a um cantinho da Bolívia, numa experiência incrível, um contato especial em lugares no meio da América-Latina. Nesta ocasião foi possível conhecer cidades que não estão na rota turística, conhecendo, assim, coisas do país que estão para além do que é “permitido” ao turista ver. A cidade de Salta é parte do roteiro turístico, é linda, es La Linda! Está situada em meio dos cerros. Muito rica culturalmente, um dos seus museus guarda duas índias mumificadas com técnicas indígenas da região que foram encontradas há pouco, mas muito bem conservadas. É fantástico! No dia que passava por aí, acontecia o início da comemoração do 25 de Mayo: era o Cambio de Guardia, era a tradição gaúcha de Salta.

A música, as expressões da língua, a comida, os costumes, os feriados e sua história com as tradições fazem parte do processo de aproximação com a complexidade deste lugar.

O que é então o intercâmbio? O que ele te permitiu fazer? O que se deve fazer? Parece depender da experiência singular, carregada da trajetória acadêmica pretérita, mas também carregando uma relação com esse novo mundo. É, então, aproveitar os espaços, os encontros e desencontros, as disciplinas, as novas amizades. É divulgar sua origem, é conhecer o novo chão: é realizar a “troca”. É estar aberto às expressões do mundo cultural e sociopolítico, aguçando a humildade e a sensibilidade de aprender.

A caminhada não acabou. Coisas novas hão de surgir no curto período que resta. As avaliações das disciplinas estão previstas e até agora nenhuma foi realizada: expectativas e anseios! Assim segue.

Claro está que este período não será esquecido na vida deste ser singular. Prestígio social, é o de menor nisso tudo. Fica a vontade da construção de mais espaços e possibilidades para que os estudantes que assim desejam, possam realizar a vivência do intercâmbio acadêmico; este crescendo como pessoa, certamente crescerá como profissional, como cidadão, como sujeito histórico! Construindo assim caminhos que possibilitem transformações cotidianas: locais e globais. [...]

# REFLEXÃO SOBRE O FILME “MILK, A VOZ DA IGUALDADE” - POR TERESA KLEBA

O CinePet é uma das atividades que o PET realizou em diferentes períodos, contando com a participação de estudantes da graduação. Um espaço de reflexões importante sobre um filme ou documentário, seguido de um debate com algum(a) convidado(a) que instigue o debate sobre a temática exibida. A seguir apresentamos a síntese da fala de uma das debatedoras em uma dessas experiências.

No início de novembro de 2010 o CinePET exibiu o filme “Milk” e tivemos como debatedora a Professora Doutora Teresa Kleba, docente do Departamento de Serviço Social da nossa Universidade. Além de conduzir o debate no dia da exibição do filme, a debatedora encaminhou uma sistematização de sua fala para complementar a reflexão sobre a temática.

## **FILME: MILK - A VOZ DA IGUALDADE**

Sinopse: Baseado em fatos reais, mostra a história do ativista pelos direitos gays Harvey Milk, o primeiro homossexual assumido a exercer um cargo político em São Francisco (EU), e sua batalha contra Dan White, um político conservador. Na época em que foi lançado, o filme motivou um contra-ataque da homofobia vigente. A história se passa em 1972, quando Harvey Milk e seu namorado Scott Smith, mudam-se de Nova York para São Francisco. Milk, determinado a fazer algo importante em sua vida, abre uma loja de câmeras no distrito de Castro e ajuda a transformar a área em um ponto de encontro para gays e lésbicas. Em 1977, ele se torna o primeiro homossexual assumido em um cargo público, eleito para o Conselho de Supervisores. Milk logo estabelece uma difícil relação profissional com Dan White, o homem que iria acabar com sua vida.

Data de lançamento no Brasil: 20 de fevereiro de 2009

Diretor: Gus Van Sant

Produção: Dan Jinks; Bruce Cohen

O filme recebeu 2 prêmios no Oscar, nas categorias Melhor Ator (Sean Penn) e Melhor Roteiro Original (Dustin Lance Black).

## **ANÁLISE DO FILME<sup>1</sup>: TERESA KLEBA LISBOA<sup>2</sup>**

A data de exibição (e debate) do filme “Milk, a voz da igualdade”, proposto pelo PET de Serviço Social coincidiu com o período pré-eleitoral (eleições para presidente, deputados e senadores de 2010) – durante o qual não faltaram discursos moralistas, intervenção de diferentes Igrejas, incluindo pronunciamento do papa (Bento XVI) contra o aborto; agressões entre candidatos com base em provocações de cunho moral e a volta de arcaísmos. Em sua campanha a Presidente da República em 2010, o candidato José Serra insistiu em abordar temas que incidiam sobre questões morais e religiosas durante a disputa com Dilma Rousseff, candidata do PT. Em um dos debates, Serra se pronunciou contra a aprovação da Lei que criminaliza a homofobia exemplificando o caso de um pastor (também candidato), que não concordava com a homossexualidade, argumentando que este deveria ser respeitado.

Desde o seu surgimento, nos anos de 1960, o feminismo tem denunciado as opressões estruturais e sistêmicas presentes nas relações sociais em razão das normas e expectativas de gênero. Os estudos de gênero formam um campo interdisciplinar de pesquisa, cujo enfoque é o de compreender as relações sociais, os papéis de gênero e suas identidades, bem como as representações atribuídas (performances) ao masculino e ao feminino.

A heterossexualidade tem sido considerada pela sociedade uma ‘referência paradigmática’ que orienta as características para a formação dos sujeitos/as/es, determinando valores (simbologia) que regem o cotidiano das nossas Instituições. Pierre Bourdieu (1999) chama essa imposição de “violência simbólica” ou “dominação masculina”, na medida em que o poder e a moralidade são impostos por uma “Lei Social” que define o que é normal (natural) para a nossa cultura; o normal é que os corpos se apresentem como femininos ou masculinos e que cada um desempenhe seus papéis a partir daquilo que a sociedade definiu para eles. Essa “Lei Social” referida em Bourdieu estabeleceu uma “heterossexualidade compulsória”, ou seja, a redução do sexo ao gênero estabelecendo uma única forma de relação sexual. Quem sair dessa lei é considerado “anormal”.

Os Estudos Feministas nos convidam a desconstruir essas expectativas de gênero impostas às pessoas desde o nascimento. Com o reconhecimento da historicidade do gênero, o corpo é entendido como o espaço no qual “são produzidas as diferenças simbólicas do gênero”, que faz com que ele também seja idealizado segundo padrões culturais definidos para mulheres e homens.

Na década de 1980, o debate sobre masculinidades obteve densidade teórica,

---

1 A síntese realizada pela Prof.a Teresa Kleba em 2010 foi atualizada pela autora para a Edição deste E-Book de comemoração aos 30 anos do PET/Serviço Social.

2 Teresa Kleba Lisboa (tkleba@gmail.com) é professora titular aposentada pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina e atua no Programa De Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), via contrato de adesão voluntária; é uma das coordenadoras do Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da UFSC e vice-coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Saúde, Sexualidade e Relações de Gênero (NUSSERGE/UFSC). Coordena o Grupo de Trabalho que atua na implementação do Observatório da Violência contra a Mulher de SC (OVM/SC).

e se constituiu como área de análises das ciências sociais. No período, as indagações feitas pelos Movimentos Feministas sobre a construção da ideia de um “sujeito universal” como o homem, branco e heterossexual, impulsionou a reflexão sobre as experiências masculinas. Na época, o Movimento Gay também questionou o conceito de homem fixado a uma única forma e conduta. Ambos os movimentos compreenderam que a aceitação do sujeito universal e neutro como masculino eliminava a pluralidade que a realidade continha, e excluía as dinâmicas que formulavam a dominação masculina, concomitante a classe, raça e sexualidade.

Atualmente, uma das frentes dos Movimentos Feministas é explicitar a pluralidade de identidades de gênero possíveis e existentes, visibilizando e reconhecendo a população LGBTQI, politizando o debate e propiciando o acesso destes à esfera pública e aos direitos e políticas sociais.

No filme “MILK - A voz da Igualdade” fica explícita a invisibilidade, o silêncio em torno das relações homoafetivas, o estigma e o preconceito. Muitos homossexuais no Brasil e no Mundo, ainda possuem dificuldades em assumir sua identidade de gênero perante a sociedade, perante a família (preferem não contar aos pais para não causar desgosto!). A expressão “ficar no armário” ou conseguir “sair do armário”, ainda constitui conflito e um grande desafio para muitas pessoas que amam outras do mesmo sexo!

Em levantamento inédito feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, ao menos 2,9 milhões de brasileiros maiores de 18 anos se declararam homossexuais ou bissexuais. O número equivale a 1,8% da população adulta do país. Porém, o preconceito e a discriminação em relação a população LGBTQI<sup>3</sup> ainda é muito forte: em uma pesquisa da UNESCO realizada em Brasília (2016), 88% de jovens entrevistados consideraram normal humilhar travestis e gays, 27% não querem ter homossexuais como colegas de classe e 35% dos pais e mães de alunos não gostariam que seus filhos tivessem homossexuais como colegas. E o que dizer da frase do Presidente da República Jair Bolsonaro (2020): “Prefiro um filho morto a um filho Gay”!

Segundo o Observatório de Mortes e Violências contra LGBTQIA+, pelo menos cinco pessoas LGBTQIA+ foram vítimas de homicídio no País a cada semana em 2021. Segundo o relatório, os alvos mais comuns foram gays (48,9%) e mulheres transexuais e travestis (43,9%). O dossiê é baseado em levantamento de notícias encontradas em jornais e portais eletrônicos, por causa das lacunas de estatísticas oficiais sobre esses crimes. “Há, provavelmente, uma significativa subnotificação do número de mortes violentas de LGBTQIA+ no Brasil”, escrevem os pesquisadores.

No Brasil, somente na década de 1990 a discriminação aos homossexuais passou a ser considerado delito (crime); e somente em 1993 a Organização Mundial de Saúde excluiu do código 302.0 da classificação internacional de doenças deixando a homossexualidade de ser considerada “desvio, doença, transtorno sexual”.

Maior de 2004 ficará marcado na história dos direitos humanos no Brasil pelo lançamento do “Programa Brasil sem homofobia” - Programa Brasileiro de Combate

---

3 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis/Transgêneros, Queer, Intersexuais e outros

à violência e a discriminação contra Gays, lésbicas, transgêneros e Bissexuais e de promoção de cidadania homossexual, pela Secretaria Especial de Direitos Humanos. O Programa traçou como princípios: a) A inclusão da perspectiva da não discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos por seus diferentes Ministérios e Secretarias; b) A produção de conhecimento para subsidiar a elaboração, implantação e avaliação das políticas públicas; c) A reafirmação de que a defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos incluem o combate a todas as formas de discriminação e de violência e deve ser um compromisso do Estado Brasileiro e de toda a sociedade (BRASIL, 2004).

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos se comprometeu a implementar mais de 50 ações afirmativas, envolvendo dez ministérios, com vistas a promover a cidadania plena de transgêneros, lésbicas e gays.

Em 2011, quando estava pronto para ser impresso, setores conservadores da sociedade e do Congresso Nacional iniciaram uma campanha contra o projeto. Nas acusações feitas sobre o Material “Escola sem Homofobia” que acabou sendo conhecido pejorativamente como o “kit gay” – afirmavam que o mesmo era responsável por “estimular o homossexualismo e a promiscuidade.” O governo cedeu à pressão e suspendeu o projeto. Por quase quatro anos, o 1,9 milhão de reais investido no projeto pareceu perdido. Sem esperanças de que o material fosse oficialmente desengavetado, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), envolvida na elaboração, decidiu divulgar o caderno com instruções aos professores, que estava no kit

Como estão sendo discutidas essas questões junto ao curso de Serviço Social? Há espaço no currículo para discutir as questões de identidade gênero? Como se sentem (no curso) estudantes de Serviço Social que possuem orientação homoafetiva? Por que nosso currículo não contempla uma disciplina obrigatória que aborda as questões de gênero que incluem, além da homofobia as questões relacionadas a violência contra mulheres, o abuso sexual entre outras que fazem parte do cotidiano profissional dos profissionais de Serviço Social?

É fundamental que os profissionais que trabalham como operadores de direito disponham de informações claras e atualizadas sobre a justiça e a necessidade de abolir todas as formas de preconceito e discriminação de nossa sociedade, e que possamos, como futuros profissionais de Serviço Social, cumprir os princípios do nosso código de ética que prega o respeito às diferenças, direito ao corpo e a sexualidade e liberdade de expressão em todos os sentidos.

Prof.a Teresa Kleba Lisboa



# UMA ANÁLISE DA REALIDADE DOS JOVENS NA PANDEMIA A PARTIR DO DOCUMENTÁRIO A CONTA FICA PARA A JUVENTUDE

Laura Pacheco Alves<sup>1</sup>

O documentário “A Conta Fica para a Juventude” lançado em 11/03/2021, data na qual a pandemia de Covid-19 completou um ano de acordo com declaração da OMS, foi uma parceria entre a Oxfam Brasil e o coletivo TV Doc Capão, de São Paulo. O foco do curta-metragem é expor relatos de jovens de periferias em São Paulo acerca do que vêm enfrentando durante este último ano, que mudou completamente o rumo de suas vidas. Para além das dificuldades imediatas - resultado da crise generalizada que se instalou no país com o Coronavírus - como aumento da fome, da violência doméstica, do rompimento de vínculos familiares e mais outros, os jovens ainda se deparam com incertezas sobre seus futuros, pois neste período são agravados os inúmeros obstáculos no acesso à educação, algo básico e elementar para suas próprias criações como seres sociais.

A população jovem do Brasil, tanto a que faz parte da classe trabalhadora quanto quem não está inserido na mesma, sofreu muito com as consequências da pandemia. Seja pelo desemprego ou pela informalidade do trabalho, os jovens tiveram que se defrontar também com as barreiras na educação, através do modo de ensino remoto ou à distância, o qual exigia aparelhos e recursos tais como computadores e internet para que se pudesse acessar os conteúdos básicos das escolas e/ou universidades, instrumentos que muitas vezes não fazem parte da realidade das famílias brasileiras, especialmente das camadas mais pauperizadas.

As mudanças na realidade dos jovens não são apenas demonstradas pela percepção das drásticas transformações em suas vivências diárias, mas também através de dados sobre a população. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD contínua), na análise da relação entre trabalho e educação de jovens - idade de 15 à 29 anos -, a porcentagem daqueles que estão ocupados e não estudam é a maior observada em todos os anos desde 2012 a 2020, com no mínimo 32% em cada ano (IBGE, 2020).

Em seguida, o segundo maior percentual é dos jovens que não estão ocupados e estudam, o que é visto pela sociedade como a forma ideal de condução dos estudos e formação profissional, mas que analisando a realidade e compreendendo as exigências da ordem social atual fica nítida a impossibilidade de “seguir” o status quo, pois é necessário ter condições básicas como alimentação antes que se possa estudar. A necessidade do trabalho para sua própria sustentação e por vezes da família é o principal

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social da UFSC, bolsista do PET Serviço Social da UFSC e bolsista voluntária do Coletivo Veias Abertas/UFSC.

motivo dos jovens perderem o interesse ou abandonarem os estudos e se dedicarem à alguma ocupação, é pela imposição de tomar tais responsabilidades como esta do sistema que os jovens perdem a oportunidade de realizarem outras escolhas em suas vidas, dificultando o acesso a possibilidades para seus futuros.

É importante destacar, neste momento, que a diferença entre estas duas porcentagens é de no mínimo 10% nos anos de 2012 a 2019, ou seja, durante oito anos esses indicadores tiveram uma grande diferença entre si, indicando que não eram tantos estudantes que necessitavam se manter empregados de alguma forma enquanto estudavam, já em 2020 essa diferença foi de apenas 1,6% (IBGE, 2020), pois muitos precisaram buscar fonte de renda para subsistência. A menor das taxas, independente do ano, é a dos que estão ocupados ao mesmo tempo em que estudam, com aproximadamente 11% ao ano, apontando que os jovens que trabalham e mantêm os estudos ainda são minoria no Brasil. Por fim, aqueles que não estudam e nem trabalham variaram de 20,8% à 25,5%, números extremamente preocupantes visto que não há indicações do porquê estes jovens não estão acessando a educação no país, - o que deve ser direito de acesso a todos, conforme a Constituição Federal (1988) - sendo a maior porcentagem do ano de 2020, situação agravada pelos efeitos da pandemia.

A Covid-19, desde seu surgimento até os dias atuais, ressalta e revela muitas desigualdades sociais em diversas localidades do globo. Países imperialistas, aqueles chamados de “primeiro mundo”, tomam para si vantagens decorrentes da superexploração das nações subordinadas ao longo da história, enquanto estas se encontram cada vez mais submetidas às regras da reprodução da lógica imperialista de dominação do capital. Tanto ao que se trata de medidas sanitárias necessárias à proteção da população, quanto ao desenvolvimento da vacina contra este vírus, os países que estão condicionados pela ordem das grandes potências mundiais têm seus recursos limitados e são frequentemente isolados, não tendo apoio neste período de extrema instabilidade. Destaca-se assim um desmonte e total desprezo às reais necessidades do povo, especialmente quem compõe a classe trabalhadora e as classes mais pobres da sociedade.

A tríplice crise - segundo Arregui e Raichelis (2021), refere-se a uma crise sanitária, econômica e política - vivenciada pelos brasileiros atualmente não tem como origem simplesmente a pandemia do Coronavírus, mas sim a própria estrutura socioeconômica oriunda do sistema capitalista. Expressões da questão social tais como desemprego, informalidade e desproteção do trabalho já são existentes no Brasil há muito tempo, o que ocorre com a chegada do vírus no país e o descaso das autoridades para com sua população é o agravamento dessas fraturas sociais, seu aprofundamento e ampliação das desigualdades socioeconômicas - que são também estruturais ao capitalismo.

Esta elevada degradação das condições de vida levou a um déficit no ensino, como apontado anteriormente pela PNAD contínua, fazendo com que jovens - majoritariamente as parcelas periféricas, negras, indígenas e as

minorias<sup>2</sup> - abandonassem os estudos por falta de materiais, condições para o acompanhamento online das aulas atividades escolares e condições emocionais, assim como a obrigação de utilizar seu tempo buscando meios de sustentação financeira, visto que devido à alta inflação até aspectos fundamentais e comuns de sua vida, como a alimentação e habitação, ficaram mais caros nesse período.

Da mesma maneira que a utilização do ensino remoto adotado por instituições de educação foi aprofundada pelo período pandêmico, muitas outras esferas da realidade passaram pela etapa de atualização à nova conjuntura e a ideia de “novo normal” surge no âmbito de repensar a vivência sob novas perspectivas. Segundo a jornalista e participante de “A Conta Fica para a Juventude” (2021) Tamiris América, diferentes adaptações foram feitas em ambientes de trabalho, como a utilização de cômodos da casa para realizar atividades do ofício e o investimento na compra de aparelhos que aprimorassem o funcionamento online. Muitas pessoas viram suas rotinas completamente modificadas após a implantação desta nova forma de vida, pensando que seria algo temporário sem imaginar que perduraria por muito tempo, e que mesmo nos dias atuais ainda seria difícil estabelecer uma previsão de retorno completo aos modos anteriores ao Covid-19.

Entretanto, quando se pensa nesse “novo normal” deve-se compreender que isso não se deu de maneira uniforme para todas as classes da sociedade. É inegável que o Coronavírus trouxe efeitos para toda a população, mas algumas camadas sofreram mais profundamente que outras. Como afirma Isaac de Souza, jovem e líder comunitário que participou do documentário (2021), a periferia por exemplo enfrentou questões muito mais complexas e desumanas que a classe média alta, que mesmo em estado de crise nacional ainda pôde obter recursos de alguma fonte ou equilibrar suas atividades com as demandas do momento pandêmico. Enquanto isso, as favelas e áreas periféricas das cidades viviam a retirada de seus direitos e depreciação de suas já péssimas condições, com dificuldade na busca de meios e até mesmo de seguir com a precariedade que era sua própria realidade.

Mesmo antes da pandemia, a habitação nas favelas já era debilitada. Historicamente colocadas nas margens da urbanização, as camadas mais pobres construíram suas moradias nos locais adversos que lhes eram permitidos, como em morros e locais de difícil acesso, os quais a burguesia urbana considerava inabitáveis. Sendo assim, residências pequenas, frágeis e inadequadas são o que predominantemente compõem estas áreas. Conforme observado no documentário, nas periferias de São Paulo e nas do Brasil de forma geral, os jovens possuem uma concepção de casa e lar diferente do que pessoas alheias à vida nas favelas têm, cada beco e trecho perto de suas residências são considerados parte de seu lar e seus vizinhos são considerados praticamente família, pois o senso de comunidade e o pensamento coletivo prevalecem nestes lugares.

---

2 Conforme Silveira (2019), “vale ressaltar, que ao falar sobre uma minoria, não estamos nos referindo necessariamente sobre um conjunto de pessoas em menor número na sociedade, mas sim, sobre um grupo em desvantagem social quando comparado a outros mais privilegiados – maiorias”.

Com as novas normas decorrentes da ampla e fácil contaminação pelo Covid-19, as pessoas teriam que fazer isolamento social em grande escala: não sair de suas casas pelo período da quarentena. Entretanto, como se manter preso a um lugar que não tem estrutura para suportar isto? Como permanecer num local tendo que sair para trabalhar e prover seu sustento? Essas eram perguntas frequentes dos jovens periféricos no momento inicial da pandemia - mesmo que o governo nunca tenha imposto ou respeitado um rígido isolamento social, boa parcela da população se reteve nas primeiras semanas. Ademais, era impossível a permanência em suas casas quando sua fonte de renda se encontrava fora das mesmas, ainda mais em outras regiões, quando não se pode realizar o trabalho de maneira remota.

Os trabalhadores não receberam isenção do pagamento de suas contas e os estudantes não foram liberados de pagar os meses de aluguel de suas moradias. Portanto, era preciso a busca por modos de subsistência mesmo que estes não respeitassem o isolamento, pois as políticas sociais públicas não deram conta de cobrir as demandas dos usuários e o Auxílio Emergencial não supriu as necessidades da fração que o acessou, sem levar em consideração as milhares de pessoas que deviam ter o direito de acessá-lo mas foram incapacitadas por algum motivo. E quem iria pagar por tudo isso é a própria população; o povo teria que pagar pelo descaso e insuficiência do Estado brasileiro.

No intuito de fornecer aquilo que o governo deveria garantir como direito, houveram mobilizações externas para suprir as necessidades da população periférica. Foram arrecadados e levados às periferias meios para alimentação, pois a fome aumenta com os preços excessivos nos mercados devido à alta do dólar e elevada inflação; para a saúde, que vem sendo reduzida à mera mercadoria pelo desmonte incessante do Sistema Único de Saúde (SUS) dos últimos anos; e para os empregos, que adquiriram nova forma após a retirada de grande parte dos direitos trabalhistas. Muitas vezes foi através do apoio de pessoas externas, ONGs, coletivos e movimentos sociais que as pessoas que residiam nas favelas conseguiram de alguma forma manter sua sobrevivência.

Apesar de aparentemente serem simples ações coletivas pelo bem estar comunitário, esses acontecimentos indicam o quanto ainda são precários os investimentos no âmbito da política de assistência social, expressando ainda os retrocessos atuais sofridos por esta política, dificultando uma atuação que realmente atenda às complexas demandas do povo por falta de incentivo ou subsídio do Estado. As políticas públicas não foram e nem são suficientes para englobar seus usuários - ainda havendo aqueles que ficam sem nenhum tipo de proteção social -, fazendo com que a caridade entre em ação, remetendo ao passado conservador da atuação de assistentes sociais. Isso faz com que os próprios habitantes se tornem responsáveis pelo seu bem estar, algo extremamente perigoso pois traz à tona o caráter individualista e moralizante daqueles que experienciam constantemente as expressões da Questão Social, como se as desigualdades sociais que se apresentam no concreto fossem culpa dos cidadãos.

Outro ponto destacado pelos jovens no curta-metragem foi o futuro pós-pandêmico. Dando origem ao título “A Conta Fica Para a Juventude”, subentende-se que o

Covid-19 representa uma ameaça não somente para o momento atual trazendo milhares de mortes e aprofundando déficits no país, mas também afeta todo o resto da vida futura daqueles que o enfrentaram de alguma maneira, fazendo com que não consigam ao menos projetar os próximos anos de suas vidas. Para onde foram seus sonhos enquanto se preocupavam com itens básicos de sobrevivência e em resistir à uma crise sanitária, política, econômica e social de caráter mundial? Além de acompanhar as inseguranças da passagem da juventude para a vida adulta, do mesmo modo esse período significou a real luta dos jovens contra as fraturas sociais que já existiam nas periferias, porém agora escancaradas pelo colapso que se alastrava no país.

Dentro desse contexto, de angústia sobre sua carreira e o amanhã, o jovem tem seu estado emocional cada vez mais afetado. O nervosismo e a ansiedade sempre foram comuns nesta fase da vida devido a questões como: escolher sua profissão; entrar em uma universidade; sair da casa dos pais; abrir um negócio; construir seu próprio caminho, entre outros. Contudo, o que é notado neste momento é o agravamento de estados mentais como a depressão, a irritabilidade, o tédio e a impaciência. Os jovens, nesse contexto ainda se preocupavam com a contaminação do Covid-19 e o adoecimento de amigos e familiares, como fala Tamiris América (2021), entrevistada que pegou o vírus e ficou aflita pois tinha chances de transmitir à outras pessoas que tinha contato em sua casa ou lugares que frequentava.

O que o documentário procura abordar e o faz de uma forma direta é o fato da juventude precisar focar-se na questão da sobrevivência, enquanto perde outras importantes dimensões desse período de transição de sua vida. Desde o início da pandemia as consequências recaem principalmente sobre a população mais empobrecida, principalmente daquela população que já sofria com a discriminação e o não acesso às condições básicas de vida. Ao não acompanhar aulas de escolas e/ou universidades e por conseguinte abandonar os estudos, o que se criam no país são diversas lacunas, cidadãos que crescerão e terão que se inserir em trabalhos precários, viver na informalidade ou no desemprego constante; uma população excluída que é distanciada cada vez mais do panorama de uma vida com trabalho e condições dignas, ou até mesmo suficientes, para sua existência, o que com certeza não impacta apenas esta geração, mas todos que virão posteriormente, segundo Tauá Pires, coordenadora da área de Juventudes, Raça e Gênero da Oxfam Brasil em entrevista (SANTOS; FACHIN; MACHADO, 2021).

A juventude brasileira, especialmente a que faz parte das denominadas minorias, foi protagonista na batalha contra a pandemia do Coronavírus nas periferias. Estas mobilizaram ações e entraram na linha de frente para o combate à fome, se fez presente na luta por melhores condições de vida e cumpriu o papel de proteção social que cabe ao Estado. “A Conta Fica para a Juventude” destaca vigorosamente este último item, a insuficiência de políticas sociais para corresponder às necessidades da população, a negligência a aspectos essenciais como saúde mental e bem estar de jovens e estudantes. Apesar dos mínimos esforços do governo atual para atender as demandas sociais, seu objetivo no capitalismo não é valorizar os interesses daqueles que fogem e convergem da lógica de exploração e hegemonia do capital.

Destarte, é notório o agravamento das vulnerabilidades sociais no período pandêmico tanto pela crise sanitária, trazendo ao povo uma fragilidade na saúde, quanto pelas crises política e econômica, culminando na falta de cobertura da proteção social, com a escassez de recursos para a intervenção da assistência social e demais políticas sociais. Vidas perdidas, pessoas marcadas pelas perdas e deterioração de vínculos foram alguns dos diversos efeitos que ficarão permanentemente na memória do país e do mundo todo. A juventude perdeu momentos de sua existência, os jovens periféricos, negros e as minorias tiveram seus sonhos - que já pareciam inalcançáveis - arrancados e encobertos pelo terror da realidade social que enfrentaram e continuarão enfrentando pelos próximos anos, visto que o vencimento desta conta é a longo prazo, e muitos jovens irão pagá-la.

## REFERÊNCIAS

ABE, Stephanie Kim. Impactos da pandemia nos(nas) jovens das periferias. Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária - CENPEC, 2021. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/noticias/os-impactos-da-pandemia-nos-jovens-da-periferia>. Acesso em: 15 out. 2021.

A conta fica para a juventude. Direção: André Luiz. Produção: Karol Oliveira. Brasil: Oxfam Brasil; TV Doc Capão, 2021 (16min). Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/juventude-raca-e-genero/juventudes/juventudes-nas-cidades/a-conta-fica-para-a-juventude/>. Acesso em: 15 out. 2021.

IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD/Educação. Brasil: IBGE, 2012-2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=-series-historicas>. Acesso em 13 out. 2021.

SANTOS, J. V.; FACHIN, P.; MACHADO, R. Apesar do protagonismo, juventude pagará a conta da pandemia - Entrevista especial com Tauá Lourenço Pires. Instituto Humanitas Unisinos, 2021. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/608285-apesar-do-protagonismo-juventude-pagara-a-conta-da-pandemia-entrevista-especial-com-taua-lourenco-pires>. Acesso em: 15 out. 2021.

SILVEIRA, M. Cotas sociais no Brasil. Politize, 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/cotas-sociais/>. Acesso em: 15 out. 2021.

# POLÍTICA SOCIAL E CULTURA POLÍTICA EM SANTA CATARINA: UMA REFLEXÃO SOBRE O COTI- DIANO PROFISSIONAL DOS AS- SISTENTES SOCIAIS

Vânia Maria Manfro<sup>1</sup>

Aline de Andrade Rodrigues<sup>2</sup>

Marjori de Souza Machado<sup>3</sup>

## RESUMO

A cultura política brasileira foi historicamente marcada por relações autoritárias e clientelistas. Herança do escravismo, estas características permaneceram presentes na relação entre Estado e Sociedade Civil, mesmo nos dias atuais. As instituições públicas e privadas foram permeadas por estas relações, assim como a construção das políticas sociais tiveram esta base. Partindo dos dados da Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina, este artigo se propõe a debater como estas características da formação brasileira são percebidas pelos assistentes sociais, tanto em relação à estrutura das políticas sociais em Santa Catarina, quanto à atuação profissional cotidiana.

**PALAVRAS-CHAVE:** cultura política brasileira. Formação brasileira. Serviço Social

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo discutir a estrutura das políticas sociais em Santa Catarina e a influência da cultura política catarinense no cotidiano dos assistentes sociais. Para isso, partiseá dos dados referentes à Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina.

A pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina não teve como foco o debate acerca das políticas sociais, tampouco a relação com a cultura política catarinense. Entretanto, ao longo das entrevistas, constatou-se um número grande de profissionais referindo-se a dificuldades relacionadas a este tema no seu cotidiano de trabalho. Observou-se, então, que essa dimensão precisaria ser contemplada em uma análise específica. O debate sobre a estrutura atual das políticas sociais pressupõe uma análise da relação do Estado com a Sociedade Civil, a partir das par-

---

1 Professora Titular Voluntária da Universidade Federal de Santa Catarina e Ex-Tutora do PET Serviço Social. Foi coordenadora da Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina, a qual resultou em diversos trabalhos acadêmicos publicados especialmente entre 2010 e 2011.

2 Mestre em Serviço Social pela UFSC e doutoranda do Programa de PósGraduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Ex-bolsista do PET Serviço Social da UFSC.

3 Assistente Social da UFSC e Mestre em Serviço Social pela UFSC. Ex-bolsista do PET Serviço Social da UFSC

particularidades da formação social, econômica e política brasileira, que se inseriu no contexto de um capitalismo dependente, marcado pelo autoritarismo, clientelismo e pela burocracia.

Na grande Florianópolis, os dados aqui apresentados são respostas às questões “Quais problemas dificultam a realização do seu trabalho?”, “As condições de trabalho permitem atuação de acordo com o Código de Ética?” e “Quais suas expectativas quanto ao futuro da profissão?”. Nos grupos focais os dados se referem ao debate acerca da autonomia profissional e da realidade do município no qual se inserem.

Tal pesquisa teve financiamento público do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e foi realizada através da articulação entre núcleos do Departamento de Serviço Social da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), PET/SSO (Programa de Educação Tutorial de Serviço Social). Teve também a participação de estudantes de graduação do curso de Serviço Social da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), alguns voluntários e outros estudantes inseridos no Programa Bolsa Permanência, concedido pela PróReitoria de Assuntos Estudantis da UFSC.

A pesquisa contou com duas metodologias distintas. Pela grande concentração de profissionais na região da Grande Florianópolis, foram aplicados questionários com cento e trinta e dois assistentes sociais. O universo da pesquisa constituiu-se pelos assistentes sociais inscritos no CRESS 12<sup>a</sup> Região (um total de novecentos e sessenta profissionais em 02/10/2008), e utilizando uma lista cadastral fornecida pela Instituição, foi realizado sorteio pelo Programa Excel, tendo como cálculo amostral: margem de erro de 8%, um nível de confiança de 95% e uma perda amostral de 20%. No interior do estado foram realizados seis grupos focais. Nas cidades de Chapecó e Lages foram realizados dois grupos focais em cada município, além de dois grupos em Itapema e Tubarão (um grupo em cada cidade). Ao final, houve a participação de 38 assistentes sociais. Estes grupos foram organizados após o contato com os coordenadores dos cursos de Serviço Social das Universidades UNOCHAPECÓ, UNISUL e UNIPLAC. Estes profissionais foram os responsáveis pela mobilização e organização dos grupos. Apenas o grupo focal de Itapema não esteve articulado a uma Unidade de Formação Acadêmica e ocorreu devido à dificuldade de realização da atividade na região de Blumenau. Ficou estipulado para estes articuladores, alguns critérios para participação nos grupos focais: diferentes naturezas de instituições, tamanhos de municípios, tipos de contrato de trabalho, e tempo de atuação diferenciado.

## **CULTURA POLÍTICA E POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL**

A história do Brasil, como relata Francisco de Oliveira (1999), sempre esteve marcada por atos de violência, de proibição da fala e anulação da política. Estas características, herança do escravismo, permaneceram presentes na relação entre Estado e Sociedade Civil, mesmo após a transição para o capitalismo.

Estas características foram constituindo uma cultura política autoritária e personalista, que vem determinando as relações sociais, econômicas e políticas do país. Cultura política a partir da perspectiva de Dagnino; Escobar e Alvarez (2000, p.26) é



definida como

a construção social particular em cada sociedade do que conta com o político. Desse modo, a cultura política é o domínio de práticas e instituições, retiradas da totalidade da realidade social, que historicamente vêm a ser consideradas como propriamente políticas (da mesma maneira que outros domínios são vistos como propriamente ‘econômicos’, ‘culturais’ e ‘sociais’).

De acordo com os autores, no Ocidente as culturas políticas foram caracterizadas como racionalista, universalista e individualista (Idem). Estes princípios adotados na Europa e nos Estados Unidos exerceram influência nas culturas políticas da América Latina, embora nesta última tenha ocorrido uma combinação com outros princípios voltados a garantir uma hierarquia social e política.

Desde a Independência, a construção do Estado Nacional incorporou os interesses das oligarquias rurais, que não aderindo aos valores do liberalismo (tais como a democracia, a cidadania e o trabalho livre), mantiveram o povo afastado das decisões centrais.

Bosi (1992, p.196) argumenta que “o liberalismo ativo e desenvolvimento simplesmente não existiu enquanto ideologia dominante, no período que se segue à Independência e vai até os anos centrais do Segundo Reinado”, pelo contrário, ele foi incorporado com uma funcionalidade para a burguesia agroexportadora: “garantir para si e para a sua classe, as liberdades de produzir, mercar e representarse na cena política” (BOSI, 1992, p.198).

Em toda a América Latina políticos defensores do liberalismo velaram pela manutenção do trabalho escravo. Os valores da cidadania, do trabalho livre não foram incorporados pela classe dominante. As instituições parlamentares eram utilizadas pela oligarquia rural para atender aos seus interesses e para consolidar seu papel como dirigente. Conforme aponta Ianni (1992, p.213)

À medida que se formava e desenvolvia o Estado nacional, organizavase o aparelho estatal de modo a garantir o regime de trabalho escravo. Depois, à medida que o regime de trabalho foi sendo substituído pelo de trabalho livre, os grupos e as camadas dominantes reorganizaram o aparelho estatal de modo a garantir o predomínio dos seus interesses, em detrimento de trabalhadores rurais e urbanos, negros, índios, imigrantes. Os governantes reagem negativamente às reivindicações populares.

O início da República foi marcado pela organização da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, no governo de Campos Sales foi instaurada a “Política dos Governadores”, que durou de 1902 a 1930. A política dos governadores consistia num

esquema em que os presidentes dos estados apoiam o presidente da República, dandolhe o voto garantido dos representantes no Senado e na Câmara dos Deputados; em troca, o presidente da República apoia o dos estados, garantindo-lhe a

sobrevivência através do total apoio nas indicações para serem nomeados os funcionários federais a exercerem atividade nos Estados (IGLESIAS, 1985).

Esta organização possibilitou a consolidação do bloco agrário no poder. O aparelho estatal era então constituído de modo descentralizado tendo a figura dos governadores dos estados e, em nível local, dos coronéis. Esta condição conferia aos latifundiários e proprietários de terra uma posição central na hierarquia social, e concedia ao poder executivo certos privilégios e prestígio (IANNI, 1992).

Schwarz (2005, p. 64) descreve que, após a constituição da República em 1889, o Brasil possuía três classes sociais: os latifundiários, os escravos e o homem livre. Sem o princípio do trabalho livre, este último dependia materialmente de uma personalidade “maior” através do favor. Até mesmo profissões liberais de prestígio como a medicina tinham os seus trabalhos subordinados às relações de favor. O autor descreve que o “favor é a nossa mediação quase universal” (SCHWARZ, 2005, p. 65), o que se contrapõe às ideias liberais sobre a autonomia da pessoa e a universalidade, criando uma relação de dependência.

No contexto brasileiro o favor assegurava que nenhuma das partes, em especial, a mais fraca, era escrava. Mesmo o mais miserável dos favorecidos via reconhecida nele, no favor, a sua livre pessoa, o que transformava prestação e contraprestação, por modestas que fossem, numa cerimônia de superioridade social, valiosa em si mesma (SCHWARZ, 2005, p.70).

Segundo Behring (2008, p. 100) esta questão estrutural “vai retardar a consciência e ação política operárias no Brasil. Estas, quando se colocam mais adiante na cena política, extrapolando o mandonismo e paternalismo tradicionais das elites serão tratados a partir da repressão policial e da dissuasão políticomilitar”.

O caráter oligárquico, corporativo, populista e militar (IANNI, 1992) do início da República não difere nos anos posteriores. A diferença está na forma de intervenção do Estado a partir dos anos 1930, quando os meios urbano e rural vivem uma inquietação com a organização dos trabalhadores. A questão operária, vista como questão de polícia, era respondida com repressão e autoritarismo. A elite brasileira, em razão desta nova organização de classes, respondeu com reformas que se constituíram numa espécie de contra revolução, “no sentido de fazer face ao ascenso político de forças populares” (IANNI, 1992, p. 218)<sup>4</sup>.

De acordo com Moljo (2005) a intervenção do Estado nos anos 1930 se deu através de programas influenciados pelo clientelismo, baseados no favor e de caráter meritocrático e que, segundo Pereira (2000, p.128), limitou-se a “reparações tópicas e emergenciais de problemas prementes ou a respostas morosas e fragmentadas às

4 Segundo Resende (2003, p. 9192) o período que vai da primeira república até 1930 se caracteriza pela “coexistência de uma Constituição liberal com práticas políticas oligárquicas que deriva a expressão liberalismo oligárquico, com que se caracteriza o processo político da República no período compreendido entre 1889 e 1930”. “Coronelismo, oligarquia e política de governadores fazem parte do vocabulário político necessário ao entendimento do período republicano em análise”.

reivindicações sociais dos trabalhadores e de setores populacionais empobrecidos dos grandes centros urbanos”. Esta década marca o início da regulação e controle estatal nas relações entre capital e trabalho. Os direitos neste período estiveram associados somente àqueles trabalhadores inseridos no mercado formal.

Nos anos posteriores, essas influências não sofrem nenhuma ruptura. Na década de 1950 há a passagem do modelo agroexportador para o modelo urbano industrial, no âmbito das políticas sociais, o Estado continua sem uma planificação central. Nos anos 1960 o Brasil vive um momento de estagnação econômica ao mesmo tempo em que há a mobilização das massas em torno das Reformas de Base. Os setores conservadores, tementes pela instalação de um sistema socialista, após notar a forte mobilização popular, se articularam à burguesia industrial, à classe média e às velhas forças agromercantis num movimento contra o então presidente, Goulart. Esta “união” teve como resultado o golpe militar de 1964, que inaugura um padrão político administrativo autoritário no país.

No período que compreende 1964 a 1985, o Estado tem seu caráter populista substituído pela tecnocracia e centralização. Os trabalhadores foram afastados das decisões do Estado e a política social passa a ser vista como decorrência do desenvolvimento econômico. Todos os programas sociais criados durante o período de ditadura militar integravam a ação estatal, mas tinham o objetivo de atender aos interesses da economia de empresa, sendo executados pela esfera privada.

A década de 1970 e metade dos anos 1980 estiveram marcadas pela instituição dos Planos Nacionais de Desenvolvimentos (PND) e pelo fortalecimento do autoritarismo. No campo social, data desta época a criação do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) que significaram “um arranjo administrativo calculado”, uma vez que serviu para amenizar os conflitos entre capital e trabalho (PEREIRA, 2000). Houve uma maior intervenção do Estado, que exigiu também a criação de instituições encarregadas da nova “estratégia social”: “as reformas institucionais que acompanharam essa modificação resultaram na reestruturação da máquina estatal, privilegiando o planejamento direto, a racionalização burocrática e a supremacia do saber técnico sobre a participação popular” (PEREIRA, 2000, p. 135).

A partir da metade dos anos 1980 o Brasil foi marcado chamada “transição democrática”. Neste período o país passou por uma grave crise econômica e presenciou o surgimento de um movimento operário popular e ativo tendo como pauta o retorno às liberdades democráticas, a afirmação dos direitos sociais e da soberania nacional, etc. A convocação da Assembléia Nacional Constituinte em 1986 trouxe para o debate a organização de um Sistema de Seguridade Social, além da “instituição de um padrão administrativo e financeiro descentralizado, mediante o qual seriam criados canais institucionais de participação social e política da população” (PEREIRA, 2000, p. 148). A promulgação da Constituição de 1988 incorporou conceitos que redefiniram a política social brasileiro, dentre estes, podemos citar: ‘direitos sociais’, ‘seguridade social’, ‘universalização’, ‘equidade’, ‘descentralização político administrativa’, ‘controle democrático’ e ‘mínimos sociais’ (PEREIRA, 2000).

Entre 1964 e 1985 os governos militares reproduziram os traços mais perversos da história do Brasil. O processo de redemocratização na década de 1980 sofreu forte influência desta herança autoritária e baseada em interesses particulares, não conseguindo, dessa forma, “encontrar base e impulso para se desenvolver de maneira acelerada ou impetuosa” (NOGUEIRA, 2006, p. 180). Embora a Constituinte tenha refletido um processo de disputa de hegemonia e tenha contemplado alguns avanços, a necessidade de posterior regulamentação de alguns direitos, serviu para que as classes dominantes pudessem impor seus interesses, principalmente voltados à lógica do capital, não garantindo alguns princípios da Carta.

Os anos 1990, de acordo com Behring e Boschetti (2006) têm sido de contrarreforma do Estado, com a incorporação do pensamento neoliberal. Utilizando um discurso sobre a necessidade de ‘reformas’ no Estado brasileiro, várias ações tiveram em vista a defesa do mercado e do capital. O neoliberalismo pressupõe a naturalização do ordenamento capitalista e das desigualdades sociais e no âmbito social expressou um retrocesso histórico de desmonte das conquistas sociais acumuladas, resultantes de embates históricos das classes trabalhadoras, principalmente através da refilantropização do social e da transferência da responsabilidade do Estado sobre as necessidades sociais para o mercado.

Os anos 2000 também sofrem a interferência do neoliberalismo. De acordo com Nogueira (2006, p.184)

em maior ou menor grau, as diferentes mediações políticas e sociais estão ficando comprometidas, e minam as bases da autoridade política. Tudo isso cria uma ainda maior confusão entre o interesse público e o privado. Desse ponto de vista, a democratização contemporânea – da política, dos relacionamentos, do poder – ressentese com um súbito declínio do espírito republicano, coisa que, no caso brasileiro, significa a exacerbação de uma característica já infiltrada na corrente sanguínea da experiência social.

No cenário atual há uma tendência como aponta Behring e Boschetti (2006) de crescimento com os gastos com prisões e polícia e um enxugamento dos gastos sociais, de forma que as respostas às demandas das classes trabalhadoras ainda são tímidas, focalizadas e residuais.

## **FORMAÇÃO SÓCIOHISTÓRICA DE SANTA CATARINA**

Corrêa (1984, p. 26) afirma que o “processo político catarinense foi um contínuo oligárquico em que as preocupações maiores estavam em deixar no poder os membros de um Partido único, unidos entre si por laços consanguíneos”. As duas grandes forças políticas, ambas patrimonialistas e estamentais e correligionários do único partido do estado, o Partido Republicano (PR) eram, “a primeira ligada a Lauro Muller, que seguia uma linha mais austera e a segunda ligada a Hercílio Luz, que tinha uma postura mais liberal” (GOULARTI FILHO, 2007, p.124). Como característica nacional, Santa Catarina também foi construída sobre relações clientelistas e autori-

tarismo.

Os dados aqui apresentados compreendem entrevistas e grupos focais realizados em quatro regiões de Santa Catarina: Sul (onde foi realizado o grupo focal de Tubarão), Planalto Serrano (que corresponde aos dois grupos realizados em Lages), Oeste (compreendendo os dois grupos focais de Chapecó), Vale do Itajaí (grupo focal de Itapema) e Grande Florianópolis (onde foram aplicados os cento e trinta e dois questionários). Além destas, Santa Catarina também é constituída pela região Planalto Norte, onde não foi possível a obtenção de dados sobre trabalho dos assistentes sociais que ali atuam.

O Planalto Serrano tem como principal atividade econômica a exploração da madeira, que desde o início do século XX constituiu-se como uma fonte rápida e fácil de acumulação capitalista devido a abundância de recursos florestais. Nesta região, a cultura do compadrio entre os caboclos e os fazendeiros, ainda é muito presente. Historicamente, o padrão de crescimento que predominou no estado foi o baseado na pequena propriedade mercantil e nas atividades tradicionais. Entretanto, na região serrana sempre foi dominante a grande propriedade pecuária e extrativista mercantil (GOULARTI FILHO, 2007). O surgimento da classe operária em Lages nos anos 1940, formada por caboclos que viviam nas fazendas, não foi acompanhada de uma ruptura com o fazendeiro, que ainda continuou sendo o ‘seu senhor’, ‘bom protetor’ (Idem, p. 114). Vale lembrar que é desta região uma das forças políticas mais importantes do estado: a família Ramos, que num primeiro momento apoiaram Lauro Muller, e logo conquistaram poder decisório do estado, tendo eleito grande número de governadores.

No Vale do Itajaí a indústria têxtil data do final do século XIX, sendo atualmente a principal atividade da região e tendo como principais cidades Blumenau, Brusque, Joinville e Jaraguá do Sul. Esta região tem forte influência dos imigrantes que chegaram ao estado após 1875, vindos da Saxônia, região industrial da Alemanha, detinham técnicas de tecelagem, puderam aqui instalar indústrias têxteis. Segundo Goularti Filho (Idem, p 93) “ao contrário da grande indústria pesada da Segunda Revolução Industrial, a indústria têxtil tinha um alto grau de difusão técnica, o que permitia a cópia com facilidade, não exigindo alto comando e vultuosos recursos financeiros”.

Na região Sul, as principais atividades econômicas são a extração do carvão mineral e a produção de cerâmica. Esta também tem forte influência da imigração, principalmente italiana.

A colonização da região oeste possibilitou a consolidação da indústria alimentar principalmente entre os anos 1940 e 1950 com a criação dos frigoríficos. Nesta região se concentraram as chamadas agroindústrias, há também plantações de milho e de fumo. Os colonos que chegaram nessa época ao Oeste eram incorporados aos frigoríficos e se tornavam força de trabalho nesses estabelecimentos ou passavam a ser criadores de suínos (GOULARTI FILHO, 2007). Nesse processo ocorre “a subordinação ao grande capital do pequeno agricultor que criava suínos” (GOULARTI FILHO, 2007, p. 119). Muitos pequenos proprietários perdem suas terras e aí também se constitui o exército industrial de reserva.

No Planalto Norte o que predomina é a extração da ervamate. Esta atividade foi responsável pela fixação dos imigrantes nestas regiões. Os ‘caboclos’ que habitavam a região antes da vinda dos imigrantes, cultivavam alimentos para sua subsistência. Com a presença das companhias colonizadoras, as terras ocupadas pelos caboclos passaram a pertencer aos colonos. Nesse processo, os caboclos passam a ser incorporados como mão de obra barata para extração de ervamate, ficando com o trabalho mais arriscado e difícil, enquanto os imigrantes eram responsáveis pela organização da produção. A formação do operariado desta região, portanto, foi marcada pela exploração de classe relacionando-se com uma dominação étnica (GOULARTI FILHO, 2007, p. 117).

A ocupação do litoral catarinense foi seguida no século XVII com os vicentistas religiosos vindos de São Paulo, pelos açorianos no século XVIII que fundaram as cidades de São Francisco do Sul em 1645, Desterro (hoje Florianópolis) em 1651 e Laguna em 1676 (Idem). A região da Grande Florianópolis é composta por vinte e dois municípios, incluindo Florianópolis, a capital do estado, que concentra boa parte dos serviços públicos estaduais e dos nacionais existentes no estado. As principais atividades da região são o turismo, a construção civil, o comércio e o setor de serviços.

## **POLÍTICA SOCIAL, CULTURA POLÍTICA E SERVIÇO SOCIAL EM SANTA CATARINA**

O assistente social como trabalhador assalariado, inserido na divisão sociotécnica do trabalho, depende da venda de sua força de trabalho às instituições que dele necessitem. Faleiros (2008) já apontava em 1985 a relação do assistente social com as instituições sociais públicas, em que o Estado se consolidava como maior comprador da sua força de trabalho. Esta tendência se mantém ainda hoje, como se observa no perfil das assistentes sociais entrevistadas acima.

Na medida em que o Estado vai incorporando e regulamentando as reivindicações dos trabalhadores, o campo de atuação do Serviço Social se amplia, assumindo seu lugar na execução e/ou gestão das políticas sociais por ele implementadas. De acordo com Behring e Boschetti (2006), a relação do Serviço Social com as políticas sociais teve início com a intervenção estatal a partir da década de 1930, como enfrentamento das latentes expressões da questão social, e a necessidade de profissionais que pudessem intervir sobre estas expressões, o que garantiu a profissionalização do Serviço Social. A relação com as políticas sociais, entretanto, não se limita à incorporação de profissionais em Instituições Públicas, mas também às Instituições privadas e Organizações da Sociedade Civil, uma vez que a implementação de tais políticas são constituídas nas relações entre Estado e Sociedade Civil.

Conforme apontado anteriormente, a não incorporação dos valores liberais por parte da burguesia nacional resultaram na construção de uma cultura política autoritária. Schwarz (2005) afirma que esta lógica perpassou as instituições através da burocracia e justiça, de modo que continuassem rígidas pelo clientelismo.

Este pensamento interferiu na consolidação das políticas sociais no país. Embora os direitos sociais tenham sido resultado da luta dos trabalhadores, esteve através-

sado pelas marcas do escravismo, e já que as classes dominantes não haviam incorporado a noção de democracia, a defesa desses direitos tornou-se um cenário complexo

É nessas instituições que os assistentes sociais atuam. Elas representam espaços em que normas e objetivos são definidos verticalmente, determinando o cotidiano profissional como um movimento de correlação de forças.

Conforme apontado anteriormente, as políticas sociais atualmente, apresentam características focalistas, além de serem concebidas e implementadas de forma fragmentada. Essas características são apontadas pelas assistentes sociais de Santa Catarina. Onze profissionais, ao responderem a questão “quais problemas dificultam a realização de seu trabalho?” conferem à desarticulação da rede de proteção social e a própria estrutura destas políticas, um dos obstáculos no cotidiano profissional. Citamos aqui algumas falas:

Há fragmentação na rede de proteção social e isso impede que se efetive realmente o trabalho ou o torna demorado (Assistente Social 762).

...) o caráter que assume hoje a política pública: restritiva, focalista (Assistente Social 517).

Estruturais são as maiores. Apesar de conhecer toda a rede de proteção, o município fica aquém, dificultando o encaminhamento. Falta de articulação dos serviços que são muito frágeis (...) (Assistente Social 500).

No interior do estado, este tema foi abordado em todos os grupos, e também é possível notar a mesma condição em relação às políticas sociais nos municípios:

Hoje a Secretaria de Assistência Social, digamos que ela está muito bem estruturada fisicamente. Existem os programas, mas em contraponto a rede não se encontra articulada. Rede no mais amplo aspecto, educação, saúde, assistência (...). (Participante 23).

Eu percebi que essa falta de políticas públicas que realmente, em todas as áreas, a gente percebe que em Chapecó está bem fragmentado. Sobrecarrega, convida que as empresas venham a assumir um papel, que até então não se viam como responsáveis (Participante 2).

Esta última fala de uma profissional de Chapecó demonstra o afastamento do Estado da questão social e a aproximação dos diferentes setores da sociedade civil. Nesta cidade, que conta com um grande número de indústrias voltadas para o ramo alimentício, o aumento da urbanização da região, aliado à condição que ocupa o social na agenda do Estado hoje, teve como consequência a criação de fundações, mantidas pelas empresas alimentícias. A falta de políticas sociais de acordo com a profissional é

o motivo da criação da fundação:

(...) a gente se debate com uma realidade muito difícil, porque nós precisamos de uma rede articulada, nós precisamos de políticas públicas, nós precisamos de alguns encaminhamentos que é fora da empresa, porque a empresa não atende só funcionários, ela atende, acaba atendendo também familiares, então a empresa criou uma fundação. E a [empresa] é a mantenedora da fundação. (Participante 2)

A principal demanda elencada pelas profissionais, que não possui rede de apoio, é o uso de drogas. Em Chapecó e Lages essa demanda ficou bem clara nos grupos. A desarticulação da rede tem a ver com as diferentes políticas nas quais as profissionais estão inseridas e que já foi mencionada previamente.

A fragmentação destas políticas apropriar-se do social como “simples somatória de setores da vida, sem articulação, numa apreensão parcializada da realidade social” (Yasbek, 2009, p.12), dificultando o trabalho do assistente social e definindo o acesso aos direitos por parte da população usuária.

(...) a falta de políticas que acaba agravando a situação daquela família, a falta de política da habitação, por exemplo, a gente sabe que hoje nos estamos desamparados, de habitação eu falei...de manhã. Então, assim, acaba agravando ainda mais a problemática daquela família (...). (Participante 6)

Outra dificuldade relacionada à estrutura das políticas sociais nos municípios e que é relatada pelas assistentes sociais da Grande Florianópolis e do interior do Estado é a relação com os gestores. Na maioria das Secretarias Municipais, os gestores, principalmente no âmbito da assistência, são indicados politicamente, sem conhecimento técnico sobre as políticas sociais e seus significados. Ao mesmo tempo, a mudança ocorrida a cada quatro anos devido às eleições municipais, impede o avanço dos programas. As políticas sociais atualmente seguem um padrão de política de governo e não de Estado, o que causa retrocessos ou avanços a cada mudança de gestão, dependendo da concepção política que aqueles que estão no poder adotam referente ao ‘social’. O acesso e a consolidação dos direitos sofrem uma grande interferência dos gestores nesses municípios. Em Florianópolis pode-se citar a seguinte fala:

Não contar com equipe permanente, falta de condições de trabalho. Visão equivocada do gestor sobre a assistência social, também a visão do serviço público, muita flexibilização terceirização do trabalho. (Assistente Social 686)

No interior do estado:

(...)Eu acho que nos municípios menores, não só em Planalto Alegre, assim como modo geral na região (...) não é nem a questão de influência políticopartidária,



mas aquela questão assim, que os gestores não são técnicos da área. Isso traz uma dificuldade para nós da Assistência Social, porque você encontra entraves nessa questão assim de que, como não tem a visão técnica, o entendimento técnico, pode ser qualquer coisa. (...) fica difícil de você conseguir organizar essa questão do trabalho em rede. (Participante 3)

Esta relação com os gestores, e com os demais profissionais, se estende como interferência política no cotidiano profissional, herança da cultura política do estado, elencada anteriormente e que se define como fortemente clientelista. Na Grande Florianópolis vinte e um profissionais ao responderem também a questão sobre as dificuldades para realização do seu trabalho, expuseram algum tipo de relação política como obstáculo, citase:

Conscientização do gestor sobre o que é o serviço social, politicagem (influência política de algum partido na hora de garantir o direito do usuário). (Assistente Social 952)

Na Secretaria o trabalho é descontinuado pois muda a cada 4 anos os gestores. Acostumei com o tempo, mas foi difícil no começo. Quando vê que as coisas estão andando, elas acabam retrocedendo. Para desenvolver ação, não há problema, mas há descontinuidade. (Assistente Social 238)

No interior, quando questionadas sobre a realidade do município e sobre a autonomia profissional, em todos os grupos focais, a relação entre a atuação e a cultura política dos municípios foi mencionada. Em Lages, município historicamente marcado por relações autoritárias, esta relação é exposta pelas profissionais:

(...) Isso está muito forte no nosso município, a questão assistencialista, na prefeitura, e político partidária, uma questão muito histórica, de autoritarismo (...) medo porque Lages é uma cidade pequena ainda e que todo mundo desconhece, geralmente os trabalhos são QI [Quem indica], e isso dificulta muito o trabalho daqueles que estão necessitando da garantia de direitos e a gente fica muitas vezes de mãos atadas(...). (Participante 23)

(...) o interior mesmo é paupérrimo, (...) ali na praça é mais a questão mesmo do assistencialismo, pessoas que já se acostumaram a ir todo dia bater na porta da prefeitura. Mas no interior tinha gente que nem conhecia os seus direitos, não sabia o que era. Se fizesse qualquer coisa, eles morriam de agradecer, não sabiam que era um direito deles. (Participante 22)

Faleiros (2008) afirma que o autoritarismo “implica o fechamento de todo o processo de elaboração das políticas públicas à negociação, vindo impostas de cima para baixo e unilateralmente”, negando qualquer tipo de contestação e garantindo os

interesses das classes dominantes. A fala da Participante 22 permite o retorno a noção de favor apontada por Schwarz como nossa ‘mediação quase universal’, e que foi abordada acima. Como herança histórica, as relações clientelistas interferem na atuação dos assistentes sociais, que muitas vezes se vêem impotentes frente a determinadas situações.

Embora tenha suas raízes no Brasil colonial, estando originalmente relacionadas ao meio rural, as relações clientelistas, foram incorporadas, historicamente, nas Instituições Estatais, sendo que o processo de troca de favores foi adotado nos procedimentos burocráticos, garantindo não apenas o controle de fluxo de recursos materiais na sociedade, mas também garantindo a “sobrevivência política do corretor local. Todo o conjunto de relações característico de uma rede está baseado em contato pessoal e amizade leal” (NUNES, 2003, p. 33). Ainda segundo Nunes, o clientelismo diz respeito a um tipo de relação social, que tem na desigualdade seu fundamento: os camponeses, por não possuírem terra vivem uma condição de subordinação em relação aos coronéis<sup>5</sup>, gerando “uma série de laços pessoais entre eles, que vão desde o simples compadrio à proteção e lealdade política”.

A interferência política também foi relatada pelas assistentes sociais participantes do grupo focal de Chapecó:

(...)Mas nós sofremos um pouco dessa interferência política, assim. Porque às vezes, o próprio usuário, ele chega no determinado setor, e ele quer ser atendido prontamente, ele não quer esperar a ordem, porque é por ordem de chegada o atendimento. (...) às vezes, esse usuário, já veio encaminhado por um vereador. Então dentro do município a gente sofre essa influência política. E ele chega com toda a propriedade, ele quer ser atendido prontamente, e já tem uma equipe, que a gente chama a nossa turma de choque ali. Os monitores sociais que já acalmam essa pessoa, eles não, aqui é assim, é por ordem de chegada, o Sr. tem que fazer o cadastro, tem que trazer todos esses documentos, a gente já tem tudo aquilo, já entrega para a pessoa, não é assim. Ah, mas foi o vereador tal que me encaminhou. Bom, quando é o vereador a gente consegue se livrar, mas quando vem indicado por uma gerente que está acima de nós. Ou seja, uma chefe superior da fundação, aí a coisa complica, porque Se você não atender aquela pessoa, não der um jeito de atender aquelas pessoas, essa pessoa vai sair dali já com o celular, vai ligar e você vai ter que atender. Então muitas vezes você recebe um telefonema que vem de cima e diz: estou mandando aí o fulano. Atenda. Já fiz aqui a seleção, digamos assim, conceda o benefício que ele está solicitando. Você tem que atender prontamente, isso nós não temos autonomia.(...) (Participante 1)

Tem uma coisa, falo porque eu nasci em Xaxim e vivi em Xaxim por muito tempo, tem uma coisa que tanto em um partido quanto o outro circula, entre as famílias tradicionais há tempos. As relações de força estão concentradas na mão de uma elite

---

5 O autor, em sua obra, utiliza o termo patron, equivalente a concepção de coronel adotada no Brasil. Aqui, optou-se pelo termo coronel, por identificar uma relação tipicamente brasileira.

do município (...) Em Xaxim as eleições, é um caso sério, rola muito dinheiro. É bem no coronelismo mesmo. (Participante 9)

Martins (1981, p. 46) caracteriza o coronelismo como “um rígido controle dos chefes políticos sobre os votos do eleitorado, constituindo os “currais eleitorais” e produzindo o chamado “voto de cabresto”. Isto é, o eleitor e o seu voto ficavam sob tutela dos coronéis, que deles dispunham como coisa sua”. Embora tenha sido uma característica da Nova República, como foi apontado no capítulo anterior, nota-se que esta forma de organização da política catarinense ainda está presente.

As relações autoritárias perpassam também os setores privados, não apenas de forma ideológica e voltada ao acúmulo de capital interno, da própria empresa, mas na relação entre as indústrias locais e a organização partidária do município:

Tem uma outra coisa, que onde as empresas vão se aproximando de um e outro partido, então também é o que define: o frigorífico apoiava tal partido, então os funcionários vestiam a camisa, saíam brigando com os vizinhos. (Participante 10)

Estas relações político partidárias são também expostas pelas assistentes sociais de Itapema e Tubarão:

(...) Mas é bem difícil por que o enfrentamento em alguns momentos ele é político partidário e esse que é o ruim. Por que quando ele é só um enfrentamento político, tudo bem, mas ele, quando ele passa pra esfera partidária ele é complicado (...). (Participante 28)

(...) Existe um domínio políticopartidário mesmo, e isso interfere diretamente nessa nossa posição, porque somos dependentes do emprego, somos dependentes dessa renda que gera esse emprego para a nossa sobrevivência. E isso nos faz culturalmente, porque temos relações sociais, com poder estabelecido, temos relações familiares, etc., e acabamos nos submetendo, vamos colocar entre aspas “literalmente”, o respeito para as pessoas que estão representando esse poder. E isso impede que no dia a dia de nossos trabalhos, nós nos manifestemos com posicionamentos contrários às posições, às proposituras do poder estabelecido e isso vai gerando em nós um acanhamento. (Participante 33)

Na última fala apresentada acima, nota-se a relação da autonomia com o vínculo empregatício. A flexibilização das relações de trabalho no mundo contemporâneo influencia ainda mais a construção do posicionamento profissional. Tanto na Grande Florianópolis (41,6%) quanto no interior do estado (quinze em números absolutos), a maior parte dos profissionais são estatutários. Entretanto, nota-se novos vínculos em condições precárias no estado: além dos celetistas surgem os terceirizados, contratos temporários, prestação de serviço e cargos comissionados.

No cotidiano, a atuação dos assistentes sociais “mantém uma dupla vinculação:

com as instâncias mandatárias institucionais, que o contratam para realizar um trabalho, mediante assalariamento; e com a população usuária a quem o profissional presta serviços” (YASBEK, 2009 p.15). É devido a esta tensão que a dificuldade de viabilização do acesso aos direitos dos usuários entra em conflito com a direção hegemônica que assume a profissão hoje.

(...)Estamos defendendo a que classe social? E daí a questão política é muito importante. Será que nós estamos fazendo o nosso papel lá na ponta quando nós temos o contato com o usuário? Por que se nós, eu com as eleições, com o resultado das eleições, chego à conclusão que nós não fizemos, por que se nós tivéssemos feito não teria dado o que deu, do estado principalmente. Esse resultado horroroso no estado(...).(Participante 30)

Aqui, retoma-se o debate acerca da autonomia relativa do profissional elencada por Yamamoto (2005, p.18), que embora os assistentes sociais possam atribuir uma direção social ao seu exercício, a interferência dos organismos empregadores ocorre através do estabelecimento de metas, normas, atribuições, condições de trabalho e relações de trabalho.

Os dados apresentados confirmam que a atuação profissional, é mediada pela correlação de forças existentes nas instituições. O favor ainda permeia a relação entre Estado e Sociedade Civil. Os assistentes sociais nesta relação têm suas ações limitadas e/ou manipuladas. A organização interna das instituições, a concessão de benefícios, a criação e execução de programas e projetos sociais são alterados a cada quatro anos, e a direção política assumida pela gestão definirá o avanço ou retrocesso no âmbito social. A existência de uma cultura política baseada em relações clientelistas, burocráticas e autoritárias compromete não apenas a atuação profissional, mas o acesso dos usuários aos direitos sociais. Sem a incorporação da noção de cidadania por parte da população, as relações de favor tendem a permanecer no cotidiano das instituições sociais. A defesa da consolidação dos direitos sociais exige uma direção profissional contrária a estas relações. Num contexto de flexibilização do trabalho, no qual os profissionais possuem vínculos empregatícios precários, este desafio é ainda maior, mas representa um caminho para a superação desta cultura política.

## **REFERÊNCIAS**

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contrareforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo, Cortez, 2003.

BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CARREIRÃO, Yan de Souza. O sistema partidário catarinense. Os partidos na política catarinense: eleições, processo legislativo, políticas públicas. Florianópolis, Insular.

CORREA, Carlos Humberto. Um estado entre duas Repúblicas: a revolução de trinta e a política em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984.

COUTINHO, Carlos Nelson. A dualidade de poderes: introdução à teoria marxista de estado e revolução. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GERBER, Luiza Maria Lorenzini. A Formação dos Assistentes Sociais em Santa Catarina: um Estudo Sobre o Primeiro Curso de Serviço Social do Estado (1958-1983). 2009. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina.

GOULARTI FILHO, Alcides. Formação econômica de Santa Catarina. Florianópolis, Editora da UFSC.

IAMAMOTTO, Marilda. A questão social no capitalismo. Temporalis N° 3. Brasília, ABEPSS, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: Serviço Social: Direitos Sociais e competências Profissionais. Brasília CFESS/ABEPSS, 2009. p.1650.

IGLESIAS, Francisco. Momentos Democráticos na Trajetória Brasileira. In: JAGUARIBE, Helio (org.). Brasil, Sociedade e Democracia. Rio de Janeiro: José Olympo, 1985.

MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981.

MOLJO, Carina Berta. Cultura Política e Serviço Social. Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 4 e 5, n. Especial, p.171-191, janeiro, 2004 e 2005. Disponível em [http://www.ufjf.br/revistalibertas/files/2011/02/artigo\\_09\\_5.pdf](http://www.ufjf.br/revistalibertas/files/2011/02/artigo_09_5.pdf). Acesso em 20/04/11.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Público e Privado na formação social brasileira: velhas, novas e novíssimas tensões. Trabalho, Educação e Saúde, v. 4 n. 1, p. 171-185, 2006.

PEREIRA, Potyara A. P. Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: \_\_\_\_. Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global. NEDIC. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

RESENDE, Maria Efigênia Lage. O processo político na Primeira República e o liberalismo Oligárquico. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília. (orgs). O Brasil Republicano – O tempo do liberalismo excludente. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e Política . São Paulo: Paz e Terra, 2005.

YAZBEK. Maria Carmelita. O significado sóciohistórico da profissão. In: Curso: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, módulo I. Brasília: CFESS / ABEPSS / CEADUNB, 2009. Disponível em: [http://www.prof.joaodantas.nom.br/materialdidatico/material/1\\_\\_O\\_significado\\_socio\\_historico\\_da\\_profissao.pdf](http://www.prof.joaodantas.nom.br/materialdidatico/material/1__O_significado_socio_historico_da_profissao.pdf). Acesso em 20/04/11.

# É NA LUTA QUE A GENTE SE EN- CONTRA: A ATUAÇÃO DO COLE- TIVO NEGRO MAGALI DA SILVA ALMEIDA NO CONTEXTO DA PAN- DEMIA DE COVID 19<sup>1</sup>

Joyce Santos<sup>2</sup>

Vanessa Zoraide Domingos<sup>3</sup>

## RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo apresentar através de um relato de experiência o processo de organização e atuação vivenciado pelo Coletivo Negro Magali da Silva Almeida durante o contexto pandêmico causado pelo vírus SARS-CoV-2 (Covid-19), bem como as dificuldades encontradas pelo Coletivo, desde a implementação do ensino remoto emergencial e os impactos dessa nova modalidade na vida de estudantes negras(os). Com o objetivo de compreender a importância da socialização acerca do debate racial, a atuação do Coletivo contou com práticas ofertadas via plataformas digitais como lives, cursos, etc. Concluiu-se que tal experiência reafirma a relevância de continuar compartilhando assuntos relacionados a questão racial visando o combate ao racismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino a distância. Covid-19. Coletivo.

## INTRODUÇÃO

A população negra no Brasil sofre um processo histórico de exclusão e marginalização. Devido a essa realidade, muitos direitos seguem negados a essa parcela da população. Como exemplo, a educação universitária que se mantém como uma pauta de reivindicação dos movimentos negros, indígenas e quilombolas. Com a implementação do sistema de cotas, como uma das medidas de reparação dessas desigualdades, a universidade passou a ter na sua comunidade estudantil, a presença de estudantes de variados grupos étnicos. No entanto, ainda em 2020, com cerca de 12 anos de implementação das cotas, o quantitativo de pessoas pertencentes a grupos racializados dentro da universidade ainda expressa as desigualdades raciais e sociais do país.

De acordo com Munanga (2006, p. 7):

**O debate sobre as políticas de ações afirmativas e de cotas em benefício dos alunos**

1 Texto publicado anteriormente na Revista Pindorama: o Serviço Social em Destaque. Vol. 01, n. 01, dezembro de 2020.

2 Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Ex-Bolsista do Programa de Educação Tutorial em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante do Coletivo Negro de Serviço Social Magali da Silva Almeida.

3 Assistente Social formada pela Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante do Coletivo Negro de Serviço Social Magali da Silva Almeida.

negros e pobres no ensino público universitário parte do quadro das desigualdades sociais e raciais gritantes, acumuladas ao longo dos anos, entre brancos e negros. Essas desigualdades observam-se em todos os setores da vida nacional: mercado de trabalho, sistema de saúde, setor político, área de lazer, esporte, educação, etc.

Com base nesse cenário, ao adentrar a universidade, muitos desses estudantes pertencentes a grupos racializados sentem uma grande dificuldade de inserção nos espaços, que em sua maioria, expressam a dinâmica da sociedade, a majoritariamente branca, compondo as principais estruturas. No caso da universidade, os diretórios acadêmicos, centros acadêmicos, grupo de pesquisa, projetos de extensão, cursos de idiomas, bolsas de pesquisa e etc. Esse cenário se dá porque, ao entrar na universidade, muitos estudantes negros e indígenas (bem como outros grupos marginalizados) ainda precisam dividir com a sua jornada acadêmica a constante preocupação com a permanência estudantil.

Diante do contexto de múltiplas exclusões e demandas que os estudantes negros, indígenas e de camadas populares enfrentam ao entrar na universidade, a presença de Coletivos que se propõem a ser espaço de acolhimento, organização e reivindicação de lutas, são extremamente necessários. Esses espaços, tornam-se alternativas de aqum-lombamento para os estudantes racializados, permitindo, para além da fomentação de debates, a organização da luta Coletiva, por grupos historicamente excluídos.

Em vista disso, no dia 9 de setembro de 2017 as/os estudantes negras e negros do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina fundaram o Coletivo Negro de Serviço Social Magali da Silva Almeida (Coletivo Magali), com o objetivo de fortalecer política e academicamente estudantes negras e negros do curso. Uma das principais motivações para o surgimento do coletivo era a falta de debate da questão étnico-racial sentida pelas/os estudantes negras/os.

A escolha do nome surgiu depois de procurarem por uma representatividade negra da categoria profissional. Após muitas buscas, o nome Magali da Silva Almeida chega aos estudantes fundadores através de indicação. Conhecida por ser ativista do Movimento Negro brasileiro<sup>4</sup> e uma das pioneiras no debate da questão racial no interior da profissão, a Profa. Dra. Magali da Silva Almeida tornou-se madrinha oficial do coletivo depois do convite que ocorreu em um evento do qual a assistente social participou no mesmo ano em Florianópolis.

Ao passo que o movimento foi ganhando espaço, houve a necessidade de abranger a categoria profissional de assistentes sociais negras e negros(os), caracterizando-se como um marcador importante pela ausência da discussão durante o processo de formação. Tal aproximação demonstra o engajamento dessas profissionais, pois um dos princípios fundamentais estabelecido no Código de Ética da(o) assistente social é: “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 1993, p. 24),

4 Movimento Negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural (DOMINGUES, 2007, p.101)



ou seja, busca permanente por qualificação.

Esse artigo se propõe a compartilhar em forma de relato de experiência algumas das vivências, projetos, intervenções e acúmulos do Coletivo Negro Magali da Silva Almeida, durante a pandemia do Covid-19.

## **DESENVOLVIMENTO**

Em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, China, foi descoberto um novo vírus, denominado SARS-CoV-2, causador da doença popularmente conhecida como Covid-19. Com o aumento rápido de casos pelo mundo, em janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu o surto dessa nova doença como uma emergência de saúde pública. Posteriormente, a Covid-19 foi caracterizada como pandemia.

Devido a transmissão do vírus ocorrer através “de uma pessoa doente para outra ou por contato próximo por meio de: toque do aperto de mão contaminadas, gotículas de saliva, espirro, tosse, catarros, objetos ou superfícies contaminadas (BRASIL, 2020), houve a necessidade de diferentes medidas serem adotadas para controle e prevenção da doença, sendo o distanciamento social um dos recursos mais utilizados, além do uso da máscara, sabão para lavar as mãos e álcool em gel.

Gomes et al. (2020) se refere ao distanciamento como uma das medidas mais efetivas contra a doença e, por ter essa classificação, houve a necessidade de reavaliação no processo de ensino- aprendizagem, uma vez que o distanciamento social impôs a adoção do ensino remoto para continuarem com os estudos.

Com o advento da pandemia, as estratégias de ensino remoto são importantes meios de contenção dos efeitos do distanciamento social; no entanto, as evidências sugerem que inúmeras lacunas serão criadas sem a interação professor-estudante (GOMES et al, 2020, p. 1).

Com a autorização das aulas não presenciais pelos órgãos que regulamentam a educação, a Universidade Federal de Santa Catarina aderiu ao ensino remoto, tendo como principal preocupação o cumprimento do calendário acadêmico e não as condições objetivas e psicológicas das/os estudantes acompanharem essa nova modalidade.

Assim, a Universidade, ao determinar

que a interrupção das aulas presenciais deveria ser mediada por tecnologias de informação visando sua continuidade, parece não compreender que no seu interior comporta grupos que possuem diferenças sociais e econômicas significativas e que isso, conseqüentemente, implica acessos desiguais (OLIVEIRA et al, 2020, p. 70).

Segundo Silva (2020, p. 1) “o ensino a distância preconiza a existência de uma infraestrutura para oferta de ensino, uma rede de professores e tutores, formação docente e discente para o uso das plataformas e recursos, e o ensino remoto emergencial

ora implantado em poucos casos garantiu essas condições”

Diante da pandemia do Covid-19, as dificuldades enfrentadas pelos estudantes aumentaram exponencialmente. Devido às medidas de isolamento social, as interações acadêmicas passaram a acontecer por meios virtuais. No entanto, a impossibilidade da participação de estudantes em espaços online demonstra a vulnerabilidade de estudantes dos grupos racializados e historicamente excluídos, que não têm acesso a meios materiais, como espaço físico, tempo e diversas outras demandas que os impedem de adentrar no que alguns no meio universitário insistem em chamar de “Novo Normal” Oliveira, Passamani e Rosa (2020, p. 68) destacam

[...] que muitos estudantes residem em lugares (por exemplo sítios e/ou municípios pequenos) em que não há disponibilidade de meios virtuais/eletrônicos/internet facilitados ou em número suficiente; dada a especificidade de cada curso, há casos em que existe o predomínio de atividades práticas e que não podem ser realizadas de forma virtual; não habilitação ou dificuldade por parte de estudantes e professores/as na utilização de ferramentas digitais; muitos/as estudantes, por terem algum tipo de deficiência, não possuem, em suas residências, estrutura e apoio adequados para a realização de atividades online; a preocupação por parte de estudantes inseridos/as dentro do perfil de vulnerabilidade social [...].

Mesmo diante de todos os desafios já apresentados, o Coletivo Negro Magali da Silva Almeida se mobilizou para pensar em formas de manter o debate étnico racial expondo criticamente as demandas da população negra, em meio à crise sanitária global do Covid-19. Para isso, as redes sociais do Coletivo tiveram grande papel mobilizador. Por meio do Instagram, compartilhamos produções e reflexões dos integrantes do Coletivo, interagimos com estudantes de outras universidades e cursos e tentamos fortalecer vínculos e articulações políticas mesmo diante da pandemia.

Uma das articulações muito importante realizada pelo Coletivo Negro Magali foi a aproximação das assistentes sociais negras de Santa Catarina. Essa articulação surge pautada em vários elementos. Dentre eles, a necessidade dos estudantes negros, negras e negres verem-se representados no exercício profissional das/dos assistentes sociais. Essa realidade de exclusão da população negra de espaços de maior prestígio social, principalmente na região Sul do Brasil, pode ser sintetizada na reflexão do professor Sales Augusto dos Santos (2008) da Universidade Federal de Brasília acerca da relação entre educação, representatividade, gênero e as desigualdades sociais demarcadas nas diferentes regiões do país:

Lamentavelmente as desigualdades na esfera da educação são gritantes, por exemplo, em geral os homens brancos nascidos nas regiões Sul ou Sudeste são mais escolarizados e tendem a adquirir maior destaque social em nosso país. Na contramão desse processo estão as mulheres negras, especialmente as nascidas nas regiões Norte e Nordeste e com baixa escolaridade (SANTOS, 2008, p. 914).

Conforme apontado pelo professor, existe uma demarcação regional nas desigualdades sociais do Brasil. A região Sul do país é caracterizada por ter homens brancos com maior escolaridade, e como reflexo, maior ascensão econômica. Essa realidade também está materializada nos cursos universitários, principalmente os cursos considerados de maior prestígio social, como Medicina e Direito. Esses cursos ainda têm uma comunidade estudantil majoritariamente branca. Já em cursos considerados de menor prestígio social, e com isso, menores notas de corte nos vestibulares, a comunidade estudantil costuma ser mais diversificada. No entanto, essa “diversidade” ainda precisa ser ampliada. Temos como exemplo o curso de Serviço Social da UFSC, que tem um baixo percentual de estudantes negros. Essa realidade também vai ser refletida no corpo docente, já que ainda em 2020, temos apenas uma professora negra no curso. Para além dos muros da Universidade, a representação negra no exercício profissional em Santa Catarina ainda é muito reduzida. Por isso, uma das demandas do Coletivo é a aproximação com as profissionais negras do Estado com a finalidade de fortalecer uma rede que muito além da representatividade; pauta-se também políticas, formações com a temática racial e também que fosse uma ponte entre a universidade e o mercado de trabalho. Como primeiro passo dessa articulação, realizamos um encontro virtual de caráter organizativo, com duas integrantes do Coletivo e duas assistentes sociais negras que atuam na Política de Assistência na região da Grande Florianópolis. Nessa reunião, colocamos nossas expectativas em relação à aproximação, compartilhamos nossos relatos como estudantes negras dentro da universidade e ouvimos as profissionais falarem sobre suas experiências. Compreendemos que essa aproximação seria fundamental para estudantes e profissionais e que poderíamos por exemplo discutir abertura de campo de estágios. Como resultado desse encontro, criamos um grupo no Whatsapp, no qual seriam convidados a participar os/as/es integrantes do Coletivo Magali, como também os profissionais negres. No primeiro momento, apenas 2 integrantes do Coletivo entraram no grupo, já que ainda estávamos em fase de estruturação. Uma das assistentes sociais ficou responsável por convidar os outros profissionais negres a participarem do grupo. Após esse período organizativo, entendemos que seria importante realizarmos um espaço de apresentação e acolhimento, onde pudéssemos nos conhecermos, nos olharmos (ainda que virtualmente), trocar afetos e experiências. No dia 7 de agosto de 2020, às 19:30, realizamos esse encontro pela plataforma Google Meet. Mesmo com todas as dificuldades materiais e estruturais, conseguimos um espaço de quase duas horas com assistentes sociais de diferentes áreas de atuação. Para além da importância política desse espaço, composto integralmente por mulheres negras (estudantes e profissionais), destacamos também o impacto e a potência que esse encontro gerou. A possibilidade que nós, enquanto estudantes, tivemos de ouvir outras mulheres negras, que exercem a profissão que estamos nos qualificando para exercer, gerou acima de tudo esperança. Sabemos que existe uma rede de mulheres negras, assistentes sociais em Santa Catarina, que compreendem a importância de enegregrecer a profissão e sabemos que essa articulação, também tem esse objetivo. Como resultado desse encontro, preparamos um material de vídeo que foi amplamente divulgado em nossas redes,

socializando com os/as/es estudantes, esse projeto de articulação. Ainda estamos nos estruturando e sabemos o quanto o contexto da pandemia dificulta esses projetos. Mas também entendemos que esse primeiro passo de fortalecimento de vínculo já foi uma iniciativa potente e encorajadora.

A compreensão do estar junto, ainda que fisicamente separados, é um dos dilemas de atuar em coletivo durante a pandemia. Mas ainda assim, tentamos avançar em nossos debates e projetos. Uma das percepções do Coletivo, é que além das lutas realizadas dentro da universidade, temos também que fortalecer as lutas da cidade, das comunidades, onde está majoritariamente o povo negro. Para isso, é fundamental a articulação com outros coletivos e militantes negros. Com esse acúmulo, militantes do nosso Coletivo integram outras organizações, entidades e espaços de luta que também pautam a centralidade da questão étnico racial. As aproximações, além de muito formativas, nos fortalecem enquanto rede, e nos ajudam a compreender as diversas frentes de luta e seus respectivos potenciais organizativos em que os nossos militantes estão inseridos.

Pensando no fortalecimento de outres<sup>5</sup> estudantes negres da Universidade, iniciamos alguns projetos que dialogavam com outros Coletivos Negros. Para o dia Internacional da Mulher Negra, Latina, Americana e Caribenha, comemorada no dia 25 de julho, nos articulamos com o Coletivo de Mulheres Negras da Universidade Federal de Santa Catarina (Campus Araranguá), Coletivo Muneara, como também com outras frentes de militância negra, a fim de construirmos coletivamente um calendário de atividades para a semana. Ainda em relação a essa data, o Coletivo Negro Magali da Silva Almeida produziu um vídeo em homenagem a Tereza de Benguela, sendo que esse material também teve grande repercussão nas redes sociais. Outra construção Coletiva da qual também participamos da construção foi o grupo de estudos QUARITERÊ (nome em homenagem ao quilombo liderado por Tereza de Benguela). Esse grupo é uma iniciativa do Núcleo de Estudos Negro (NEN), Coletivo Ilera (UFSC Araranguá), Muneara (UFSC Araranguá), Coletivo Ori da psicologia (UFSC campus Trindade) e o Coletivo Magali. Esse grupo de estudo se propôs a estudar coletivamente o livro RACISMO ESTRUTURAL<sup>6</sup> do Silvio Almeida. Os encontros do grupo são quinzenalmente, aos sábados. Após reuniões de estruturação, entendemos que como espaço formativo, seria muito importante que os grupos fossem abertos para pessoas negras e não negras, já que o debate da questão étnico-racial é de suma importância para toda sociedade. Como metodologia do grupo, foram adotadas reuniões quinzenais com duas horas de duração. Uma semana antes de cada encontro disponibilizamos uma síntese do capítulo que será estudado, para que aqueles que por algum motivo não puderem ler o capítulo, tenham também um resumo do que será debatido. O interesse pelo grupo de estudo também foi surpreendente para todos da organização, pois assim que lançamos a divulgação, criamos um grupo no Whatsapp para os interessados e tive-

---

5 O uso do “es” é uma prática adotada pela linguagem neutra, que tem como objetivo “mostrar a desconstrução de gênero, o rompimento do binarismo nas formas escritas e falada (LAU, 2017, p.2)

6 ALMEIDA, Silvio. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.

mos mais de 100 pessoas em menos de uma semana. A quantidade de participantes tem oscilado, mas os encontros têm atingido o objetivo de aprofundar a discussão.

Outra atividade extremamente importante realizada pelo Coletivo Magali foram as lives pelo Instagram. Um dos principais compromissos do coletivo é fortalecer e fomentar o debate da questão étnico-racial. Por isso, uma das nossas tarefas foi pensar em temas que seriam relevantes para serem discutidos nesse contexto pandêmico, e convidar integrantes do movimento negro para dialogar conosco sobre o assunto. Tratamos temas como: A saúde da população negra no contexto da pandemia, o papel da branquitude na luta antirracista, necropolítica<sup>7</sup>, os povos indígenas e a pandemia, racismo, genocídio e imobilismo social, espiritualidade, imigração afro diaspórica no Brasil, interseccionalidade e gênero, trabalho doméstico, cultura e negritude e também transformação social e política a partir de mulheres negras. Esses espaços foram muito importantes para o Coletivo, porque toda a organização desses eventos foi realizada pelo Coletivo Magali, por estudantes negros do Serviço Social, alguns das fases mais avançadas, outros das fases iniciais, mostrando assim a característica educativa e formativa da composição desses espaços, onde os próprios integrantes do Coletivo mediaram as discussões.

Para além das atividades formativas, o coletivo Magali também compreende o papel político que temos enquanto Coletivo Negro. Por isso, nos somamos e nos posicionamos nos debates acerca da implementação do Ensino Remoto na Universidade, compusemos GTS que debateram a temática, participamos de assembleias deliberativas, reuniões puxadas pelo diretório acadêmico e conselho universitário. Utilizamos nossas redes sociais para socializar nosso posicionamento totalmente contrário à implementação do ensino remoto em nossa universidade, justamente por saber o impacto que essa modalidade de ensino, que também é um projeto político, teria em nossa formação.

Também utilizamos nossas redes sociais para apresentação do nosso Coletivo, apresentar nossos objetivos e princípios, contar a nossa história, o porquê termos esse nome, homenagear assistentes sociais negras que admiramos, e também outras militantes negras que abriram caminho para que pudéssemos estar aqui hoje, como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Marielle Franco e tantas outras que não caberiam nas páginas deste artigo. Também consideramos muito importante utilizarmos nossas redes sociais para apoiar as pautas do Conjunto CFESS/CRESS<sup>36</sup>, por compreendermos a importância da ampla divulgação dessas campanhas, como por exemplo a campanha intitulada “ Gravidez infantil é tortura”

Por fim, também consideramos importante pontuar nesse relato que o Coletivo Negro Magali da Silva Almeida também é um espaço de acolhimento e afeto. O contexto da pandemia nos impôs uma realidade muito complexa, triste, onde tivemos que lidar com a perda repentina de pessoas que amamos, com a precarização ainda mais latente de nossas vidas, já que tantos estudantes se viram numa situação totalmente

---

7 Necropolítica é um conceito desenvolvido pelo filósofo negro, historiador, teórico político e professor universitário camaronense Achille Mbembe que, em 2003, escreveu um ensaio questionando os limites da soberania quando o Estado escolhe quem deve viver e quem deve morrer.

instável, sem permanência estudantil, alguns sem ter como que arcar com seus aluguéis e demais contas, com várias demandas psicossociais entre muitos outros enfrentamentos. Nesse período, no qual o isolamento social é uma estratégia de contenção do Covid-19, muitos de nossos militantes seguiram trabalhando em prol do sustento de suas vidas. A realidade está longe de ser justa. Tivemos que lidar dia após dia com os reflexos das desigualdades sociais e do racismo estrutural. Mas assim como nossos antepassados fizeram, nós também seguimos resistindo. Entendemos que a universidade é um espaço de luta, e que essa estrutura não foi pensada para população negra, pobre, periférica, LGBTQI+; no entanto, estamos reivindicando esses espaços. Uma das importantes políticas que tem assegurado a entrada de estudantes negros e negras na universidade, é a lei 12.711/2012, que implementa a política de cotas na graduação. Muitos estudantes do nosso Coletivo são frutos dessa política que inclusive está sendo ameaçada por esse governo fascista e conservador. Como resposta a todo esse contexto caótico, que foi ainda mais agravado pela pandemia, nós, Estudantes Negros da Universidade Federal de Santa Catarina, continuamos nos organizando e nos movimentando, como bem apontado no livro organizado pela Jurema Werneck (2012) sobre saúde da população negra, sabemos que “os nossos passos vêm de longe!”

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A vivência do Coletivo Magali com a nova dinâmica adotada para prática de ensino aprendizagem trouxe reflexões no que cerne ao uso das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, frente às condições sociais dos estudantes.

Tal prática contribuiu para compreender que, embora nesse momento seja necessário manter o distanciamento social como medida de combate a pandemia causada pelo novo coronavírus e conseqüentemente passar pelo processo de adaptação aos meios tecnológicos, é preciso refletir sobre “o novo normal” e não perder o horizonte que o ensino presencial jamais pode ser substituído pelo ensino remoto.

O atual momento exige compreender que estamos em estado de exceção, embora não declarado oficialmente, onde a democracia está ameaçada e aquilo que é direito ganha espaço para ser suspenso, alterado ou modificado.

Além disso, é importante problematizar quem consegue acompanhar essa nova modalidade de ensino e quais serão os estudantes que ficarão fora do novo normal, como esse relato de experiência se propôs demonstrar, por mais que estejamos nos organizando coletivamente para pensar em estratégias de manter o debate étnico racial presente na vida dos estudantes. Ainda que tenha distância, sabemos que muitos estudantes não terão condições materiais e psicossociais de dar continuidade aos estudos por meio dessa estrutura excludente que se apresenta por meio do ensino remoto emergencial na UFSC.

O Coletivo Negro Magali da Silva Almeida segue como um espaço de luta, organização e reivindicação para estudantes negras, negros e negres da Universidade e para quem quiser fortalecer a luta antirracista. Esse relato, para além de compartilhar a nossa experiência no período pandêmico, visa mostrar que mesmo quando a estrutura social e institucional se planeja para nos excluir, nós resistimos!

## REFERÊNCIAS

BATISTA, Luiz Eduardo; SILVA, Jurema Werneck da; LOPES, Fernanda. Saúde da população negra. Brasília: ABPN, 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. Política de Cotas nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm).

BRASIL. Ministério da Saúde. O que é Covid? Brasília, 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca> . Acesso em: 20 set 2020.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Código de Ética do Assistente Social. 1993. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_1993.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf). Acesso em: 20 set. 2020.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042007000200007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000200007&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 20 set. 2020.

GOMES, Vânia Thais Silva et al. A Pandemia da Covid-19: Repercussões do Ensino Remoto na Formação Médica. Rev. bras. educ. med., Brasília, v. 44, n. 4, e114, 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-55022020000400602&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022020000400602&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 20 set 2020.

MUNANGA, Kabenguele. O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global Editora, 2016.

LAU, Diego Héilton. O uso da linguagem neutra como visibilidade e inclusão para pessoas trans não-binárias na língua portuguesa: a voz “del@s” ou “delxs”? Não! A voz “delus”. Disponível em: <http://www.sies.uem.br/trabalhos/2017/3112.pdf> Acesso em: 22 set. 2020.

OLIVEIRA, E. PASSAMANI, G. ROSA, M. DUQUE, T. Salve-se quem puder. Cadernos de Campo. São Paulo, 1991, v. 29, n. supl, p. 65-74, 22 jun. 2020.

MUNANGA, Kabenguele. Considerações sobre as Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior. In: PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza da. O negro na universidade: o direito a inclusão. 1ª ed, Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2007, 160 p. Disponível em: [http://www.uel.br/neab/pages/arquivos/Livros%20\(atualizacao%20do%20site\)/O%20negro%20na%20universidade%20-%20o%20direito%20a%20inclusao.pdf](http://www.uel.br/neab/pages/arquivos/Livros%20(atualizacao%20do%20site)/O%20negro%20na%20universidade%20-%20o%20direito%20a%20inclusao.pdf). Acesso em: 18 set 2020.

SANTOS, Sales Augusto dos. Ações afirmativas: polêmicas e possibilidades sobre igualdade racial e o papel do estado. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. -, n. 16, p. 913-929, set. 2008.

SILVA, Joscimar. Ensino remoto emergencial em contexto de pandemia. Notícias UFMG, Minas Gerais. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/ensino-remoto-emergencial-em-contexto-de-pandemia> . Acesso em: 20 de set. 2020.



# O PAPEL DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA CONFORMAÇÃO DE UMA IMAGEM CONDIZENTE COM SUAS DIRETRIZES<sup>1</sup>

Lindsey Oliva Fontana Schmitz<sup>2</sup>

Simone Sobral Sampaio<sup>3</sup>

Aline Ayres De Hollanda<sup>4</sup>

Andre Freitas<sup>5</sup>

Carmel Capitani Giongo<sup>6</sup>

## RESUMO

São analisados os resultados da pesquisa sobre “As causas e motivações discentes da permanência prolongada no curso de Serviço Social/UFSC”, considerando três aspectos desse processo: escolha do curso, conhecimento sobre a profissão e discriminação sofrida no ambiente universitário. Objetiva-se problematizar estas dimensões em relação à imagem social do Serviço Social e a auto-imagem profissional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Serviço Social, Formação e autoimagem Profissional, perfil discente, permanência prolongada.

## INTRODUÇÃO

Este artigo analisa um aspecto, dentre vários apontados pela pesquisa em andamento, do Programa de Educação Tutorial do Serviço Social/ UFSC intitulada “As causas e motivações discentes da permanência prolongada no curso de graduação de Serviço Social/UFSC”.O recorte da pesquisa abarcou ingressantes dos semestres de 2009.1, 2009.2 e 2010.1 que estavam com vínculo formal em 2014.2, ultrapassando o período de oito semestres para a conclusão da graduação.

O estudo realizado com os discentes do curso de Serviço Social da Universidade

---

1 Trabalho publicado no 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Tema: “80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão”. Olinda (PE, Brasil), 5 e 9 de setembro de 2016. Trata-se de uma versão prévia da Pesquisa “As causas e motivações discentes da permanência prolongada no curso de Serviço Social/UFSC”,

2 Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina e ex-bolsista do Programa de Educação Tutorial.

3 Docente do Departamento de Serviço Social da UFSC e Ex-tutora do PET Serviço Social da UFSC.

4 Graduada em Serviço Social pela UFSC e Especialista em Atenção Multiprofissional à Saúde pela mesma universidade.

5 Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina e ex-bolsista do Programa de Educação Tutorial.

6 Assistente Social formada pela Universidade Federal de Santa Catarina e ex-bolsista do Programa de Educação Tutorial.

Federal de Santa Catarina, teve por finalidade descobrir as causas da permanência prolongada, para tanto foi necessário conhecer o perfil dos ingressantes no curso de Serviço Social e dos sujeitos que excederam os 8 semestres para integralização do currículo e, ainda, como estes identificam as causas de sua permanência prolongada na graduação. Foram analisados os dados obtidos através do questionário elaborado e aplicado pelo grupo PETSSo/UFSC e os dados do Relatório Técnico desenvolvido pela COPERVE<sup>7</sup> direcionado aos candidatos ao vestibular.

O questionário continha questões relacionadas ao perfil do estudante e sua família, nesse quesito as informações coletadas se referiam ao estado civil dos sujeitos, a moradia, a faixa etária, se recebiam ou não bolsa acadêmica, se participavam ou não da assistência estudantil, se exerciam alguma outra atividade remunerada e qual seria essa remuneração, se contribuía para o sustento da família e em caso afirmativo se eram os responsáveis pelo sustento familiar. As demais questões pautaram-se pela relação do sujeito com o curso de Serviço Social e com a instituição universitária, as informações obtidas se referiam ao motivo que levou o estudante a escolher o curso, as suas pretensões com o curso e o motivo da permanência prolongada. Nesta última questão os sujeitos pesquisados deveriam atribuir ordem de relevância para as opções relacionadas aos âmbitos e situações que favoreceram a permanência prolongada, sendo um para a mais relevante e dez para a menos relevante. Do universo pesquisado, 69,7% responderam o questionário.

O presente artigo objetiva analisar apenas as respostas às questões sobre o curso (o motivo de sua escolha, o que pretende com a formação superior) e como o estudante identifica a causa de sua permanência prolongada na graduação. Pode-se afirmar que há uma pluralidade de causas, reconhecidas pelos respondentes, como sendo as de maior relevância, sendo que a opção “Decepção com o curso”, também comparece. Além de comparecer como primeira em ordem de importância assinalada pelos respondentes, apresenta-se como uma constante no rol de causas identificadas.

## **DESENVOLVIMENTO**

De acordo com as respostas obtidas, através do Relatório Técnico da COPERVE (2009), sobre o “Principal motivo para a escolha de sua primeira opção”, ou seja, para escolha do curso de Serviço Social. Observa-se que 72,5% dos ingressantes do período diurno e 64,71% dos estudantes do noturno declararam ser esta opção a mais adequada a suas aptidões.

---

7 Comissão Permanente do Vestibular/UFSC

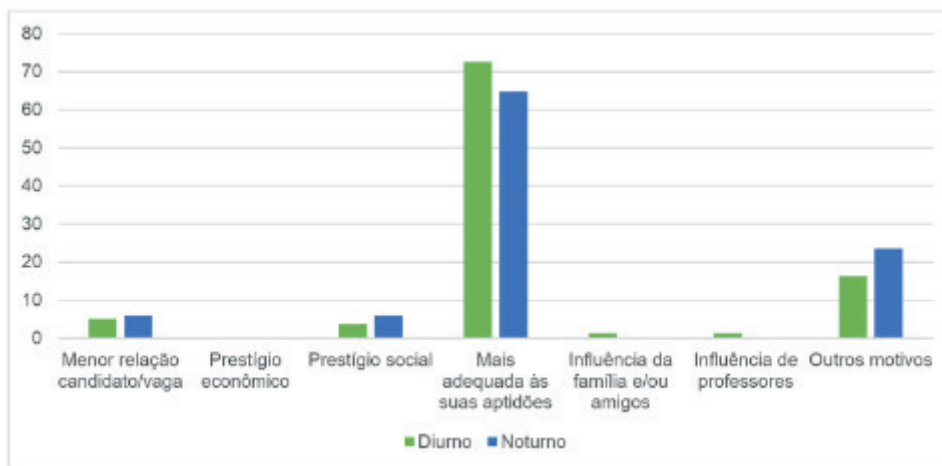


Figura 1 - Principal motivo que o levou a escolha do Serviço Social

Fonte – Relatório Técnico Coperver (2009)

Quando indagado se o candidato possui “Conhecimento da profissão escolhida”, 95% do diurno e 92,16% do noturno declararam ter conhecimento.

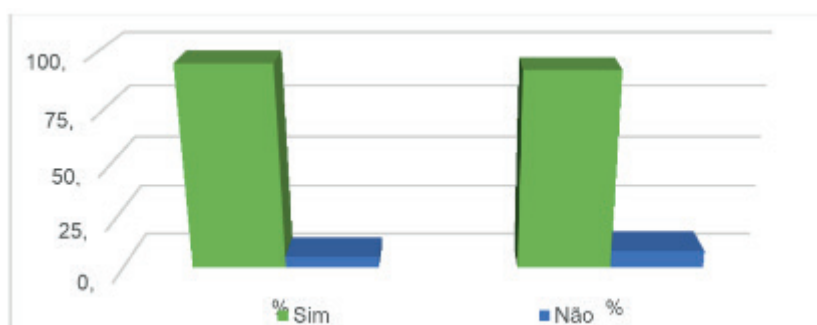


Figura 2 - Conhecimento da profissão escolhida

Fonte – Relatório Técnico Coperver (2009)

Os sujeitos da pesquisa sobre as causas da permanência prolongada na graduação, também, apresentam o curso como a opção mais adequada às suas aptidões (68%). Como podemos observar no gráfico abaixo, três outras motivações foram sinalizadas, ser um curso com baixa relação candidato/vaga representou 8% do total, a influência familiar contou com a mesma porcentagem e a opção “outros” obteve 16%.

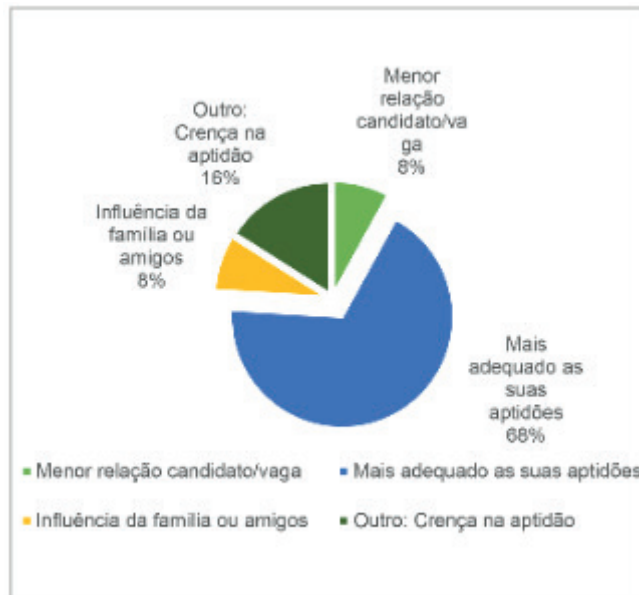


Figura 3 - Qual o principal motivo que o levou a escolha do Serviço Social?  
 Fonte – Relatório parcial da pesquisa “As causas e motivações discentes da permanência prolongada no curso de graduação de Serviço Social/UFSC”, coordenada e desenvolvida pelo PETSSo (2014).

Ao analisar a afirmação do motivo da escolha de seu curso, se conhece a profissão e a identificação da opção “decepção com o curso” como fator interveniente da permanência prolongada na graduação, pode-se inferir sobre a relação entre a imagem social da profissão e a sua auto-imagem, isto é, a construída pelos seus agentes e que baliza a formação profissional.

A imagem social construída pelo senso comum sobre a profissão não está descolada da realidade, é fruto de um processo histórico que remonta suas origens, com traços tradicionais que se mesclam às influências do movimento de renovação. As diferentes práticas e concepções formam e moldam a profissão. Sendo assim, sua representação popular é um fenômeno aparential que não deixa de se constituir parte do real e, também, parte do que é o Serviço Social. Sobre esse aspecto, é importante se ater que

[...] a imagem é um nível do real, e não pode ser identificado como o real em si, é parte dele. É aquilo que as pessoas imaginam, representam, e o fazem da maneira como conseguem apreender. E esse processo particular de apreensão vincula-se ao grau de alienação em relação à realidade, que por sua vez é histórica e sempre em movimento. (BELTRÃO; CHAGAS; ORTIZ, 2013, p. 2)

Ao mesmo tempo, a auto-imagem profissional conformada pelo conjunto da categoria profissional, organizada em suas entidades representativas, define para si um conjunto de práticas orientadas à construção de uma nova ordem societária. Vale lembrar que a existência de um projeto ético-político hegemônico não garante à profissão um consenso sobre os valores e princípios que esta elencou para si. A complexidade que demarca o Código de Ética do/a Assistente Social é a expressão de um período em

que a profissão rompe com suas tendências tradicionais, não por completo, mas provoca significativas rupturas, sendo fruto de um processo não linear e cumulativo. Do movimento de ruptura com o conservadorismo presente no Serviço Social, a vertente ligada a tradição marxista sobressai na década de 1980 durante a crise do período ditatorial e transição para o modelo democrático (NETTO, 1991). Esses processos de rompimento e aproximação da teoria crítica vão culminar no código de 1986 e mais tarde no código de 1993. Discordâncias e conflitos internos existem, o que paira é um pacto entre a categoria sobre o que deve ser cumprido e o que é vedado ao profissional. Nas palavras de Netto:

Pode-se afirmar que este projeto ético-político, fundamentado teórica e metodologicamente, conquistou hegemonia no Serviço Social, no Brasil, na década de noventa do século XX.

Esta constatação, no entanto, não significa afirmar que tal projeto esteja consumado ou que seja o único existente no corpo profissional. [...] a ruptura com o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social não suprimiu tendências conservadoras ou neoconservadoras [...] a heterogeneidade própria dos corpos profissionais propicia, em condições de democracia política, a existência e a concorrência entre projetos diferentes. (NETTO, 1999, p. 17).

Uma profissão representa uma demanda social, um campo de conhecimento delimitado que corresponde ao que lhe pertence, ao que está apto a fazer devido a esses conhecimentos. E principalmente, uma profissão é aquilo que seus agentes fazem dela, esses agentes têm a capacidade de ressignificar a profissão, transformando-a em algo diverso, como ocorreu no movimento de reconceituação e como pode ocorrer novamente. Uma profissão não é algo acabado, ela sofre influência e interferências dos agentes que a exercem, bem como dos determinantes históricos da sociedade em que está inserida.

A profissão de Serviço Social apresenta traços tradicionais e renovadores que se misturam e formam o que é o Serviço Social. Quando os ingressantes afirmam conhecer o que é o Serviço Social que imagem eles têm da profissão? Será que a decepção com o curso pode ser resultante de um conflito entre a sua imagem conservadora, ainda presente na realidade brasileira, e a auto-imagem profissional organizada a partir do movimento de ruptura com o conservadorismo?

Os dados referentes às discriminações sofridas, no ambiente universitário, pelos sujeitos da pesquisa são também relevantes ao estudo. Para coleta desta informação a questão referente foi separada em duas partes, inicialmente os sujeitos deveriam assinalar se sofreram ou não algum tipo de discriminação, e em caso afirmativo deveria indicar, entre as opções ofertadas, a natureza da discriminação: étnica; gênero; religiosa; político-ideológica; orientação sexual; gravidez; ser estudante de Serviço Social; outros. É importante ressaltar que um mesmo sujeito poderia assinalar mais de um tipo de discriminação. Para isso, utilizamos como método o diagrama de Venn,



Sofrer discriminação por fazer o curso de Serviço Social pode decorrer também do fato de a profissão não ser ciência, abalando seu grau de importância social no ambiente universitário.

## **CONCLUSÃO**

Para Netto (1996, p.110), “o perfil econômico-social e cultural deste público- alvo – sem esquecer o dos docentes, nem sempre distinto – é um elemento de excepcional importância a ser levado em conta no enfrentamento da problemática da formação”. As informações, sobre os ingressantes no curso de Serviço Social, reforçam que estes precedem das camadas médio-baixas e baixas da classe trabalhadora. Essa realidade não pode ser desconsiderada na construção de estratégias pedagógicas tendo em vista os desafios postos a formação profissional em Serviço Social. A realidade desses estudantes influenciou e influencia a formação profissional, por ser o processo de aprendizagem uma relação entre ensinar e aprender. A complexidade dessa relação consiste no fato de não ser apenas transferência de conteúdo, mas um intenso e permanente processo de construção realizado pelos sujeitos envolvidos.

Por sua vez, a proposta de formação profissional em Serviço Social solicita uma relação pedagógica que alie a normatividade curricular, no que diz respeito à apreensão de conteúdos necessários ao exercício profissional, e uma direção crítica na interpretação e reconstrução dos conhecimentos necessários ao saber-fazer profissional, na formação de um saber-pensar autônomo.

Conhecer o alunado do curso de Serviço Social contribui para fortalecer o princípio de que “não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém” (Freire, 1996, p. 23).

À medida que pode-se observar uma relação entre a permanência prolongada na graduação e a decepção com o curso, a pesquisa ora apresentada revela o imperativo de se conhecer melhor aspectos pouco estudados sobre o perfil discente no que tange a sua escolha pelo curso de Serviço Social e a sua apreensão do que seja essa formação profissional. Sendo ambos aspectos elementos significativos e intervenientes do percurso acadêmico.

## **REFERÊNCIAS**

CHAGAS, Carolina Lima; ORTIZ, Fátima da Silva Grave; BELTRÃO, Mariana Fernandes Alcoforado. O SERVIÇO SOCIAL E SUA IMAGEM SOCIAL: ajuda ou defesa de direitos? In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 3, 2013, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: Cress, 2013. p. 1 - 9. Disponível em: <[http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/O SERVIÇO SOCIAL E SUA IMAGEM SOCIAL ajuda ou defesa de direitos.pdf](http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/O%20SERVIÇO%20SOCIAL%20E%20SUA%20IMAGEM%20SOCIAL%20ajuda%20ou%20defesa%20de%20direitos.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2016.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e terra, 1996.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CFESS-ABEPSS-CEAD/UNB. Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Módulo I. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília, Cead, 1999.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social. 3<sup>a</sup>. Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In Revista Serviço Social & Sociedade, N° 50, São Paulo, 1996.



# **PET/SERVIÇO SOCIAL: ENTRE A CONSTRUÇÃO UTÓPICA E A REALIDADE POSSÍVEL<sup>1</sup>**

**Autores: Grupo PET/SSO**

## **APRESENTAÇÃO**

O grupo foi criado em 1992, sendo a primeira tutora a Prof. Dra. Catarina Maria Schmikler, a quem sucederam a Prof. Dra. Vera Maria Nogueira, e a Prof. Dra. Maria Del Carmen Cortizo - atual tutora.

Até 2003 todos os bolsistas pertenciam ao Curso de Serviço Social, mas a partir desse ano e até hoje compõem o grupo estudantes bolsistas de outros cursos de graduação em áreas afins (ciências sociais, economia e psicologia), fato que se coloca como característica particular e que tem por objetivo enriquecer as discussões de uma área do conhecimento eminentemente interdisciplinar como é o serviço social.

O grupo organiza as atividades internamente de duas formas: a primeira dessas formas é através de comissões, algumas delas de caráter permanente (secretaria, informática, divulgação, patrimônio), outras constituídas com finalidades específicas e conforme cada planejamento anual (seleção de novos bolsistas, organização de viagens de estudos, recepção aos calouros, cine-pet). A segunda das formas é através de projetos desenvolvidos pelos bolsistas individualmente (nos referimos aqui aos projetos de pesquisa e a participação em núcleos de pesquisa e/ou extensão sob a orientação de outros professores da UFSC).

## **EDUCAÇÃO EM E PARA A CIDADANIA**

Constitui uma marca fundamental do grupo, e em consequência das atividades desenvolvidas, o compromisso com um projeto societário radicalmente democrático e plural, assim sendo a formação cidadã é objetivo primordial.

Nesse sentido se entende que a cidadania é o processo mesmo de construção permanente de direitos, portanto depende da capacidade dos indivíduos de atuarem sobre o espaço público para instituir direitos, integrar as especificidades e construir-se a partir delas. A educação é um dos melhores modos de tornar-se cidadão, já que é necessário conhecer o conjunto de direitos e instituições que se encontram à disposição em um processo histórico cumulativo.

Definindo cidadania como estratégia política de luta pelos direitos, quem luta,

---

<sup>1</sup> O artigo foi publicado no livro comemorativo do PET na UFSC (BINS ELY, V. H. M. – PIRES, G. De L. (Org.). Do Treinamento à Educação Tutorial: o PET da UFSC (1980-2007). Pró-Reitoria de Ensino de Graduação/UFSC. Florianópolis: UFSC/PREG, 2007). Elaborado em 2007 pelas pessoas que integravam o grupo PET/SSO nesse período e sob a tutoria da Prof. a. Maria Del Carmen Cortizo – quem desempenhou a função entre 2003 e 2010. A presente reedição tem como objetivo preservar a memória das importantes contribuições do grupo ao Curso de Graduação em Serviço Social.

quem participa é cidadão. A intensidade da cidadania está em relação direta com o grau de participação dos sujeitos na construção democrática dos direitos, que é um processo permanente, desde o momento de surgimento do interesse particular até a construção como interesse de um setor social, depois como direito geral, e finalmente como direito efetivamente reconhecido nas leis e aplicado em cada caso concreto. Desde os problemas das estratégias para construir o consenso sobre um interesse particular que passa a ser geral, até a questão do acesso à justiça são pontos da agenda da cidadania.

Tanto as atividades desenvolvidas quanto os procedimentos metodológicos são definidos a partir da concepção brevemente exposta, tornando desde o planejamento até a execução exercícios de práticas efetivas de cidadania.

## **ATIVIDADES RELEVANTES**

As linhas de ação nos três eixos centrais de atividades (ensino, pesquisa e extensão) seguem, por tanto, as concepções apontadas através de projetos de diversa índole. São apresentadas aqui as consideradas de maior relevância, seja pelo seu pacto na comunidade, seja pelo peso que tiveram na formação dos participantes.

## **ENSINO**

As atividades de ensino são pertinentes aos objetivos do Programa desde que se referem tanto à formação acadêmica, ética e cidadã dos bolsistas quanto à garantia do efeito multiplicador das mesmas no âmbito do Curso de Graduação em Serviço Social. Trata-se de atividades de formação e de divulgação que se norteiam pelos princípios fundamentais da formação profissional dos assistentes sociais que poderiam resumir-se na defesa de um projeto societário radicalmente democrático e plural.

Os benefícios acadêmicos para o grupo se encontram sobretudo nas ações necessárias para responder aos desafios teóricos e operacionais na organização do trabalho, adentrando-se em áreas temáticas ainda não exploradas ou aprofundando problemáticas já conhecidas. Para a comunidade acadêmica do curso os benefícios se produzem na medida da participação dos estudantes e professores nas atividades organizadas, complementares à formação. Ainda algumas atividades contribuem para o desenvolvimento de novas práticas e experiências pedagógicas, no caso nos referimos ao CinePET com participação em caráter de debatedores de professores especialistas em cada tema.

## **NO EIXO DO ENSINO PODEM SER MENCIONADAS ATIVIDADES COMO**

a) grupo de estudos: atividade realizada pelos bolsistas com a participação de professores da UFSC de diversas áreas do conhecimento, que tem por objetivo aprofundar alguns conceitos fundamentais das ciências sociais a partir do paradigma de teoria crítica, subsidiar a formação acadêmica ao tempo que qualificar a pesquisa e extensão realizada pelo grupo;

b) seminários internos: atividades esporádicas realizadas pelo grupo na medida do surgimento de temas ou assuntos que precisam de um aprofundamento específico

para dar conta das atividades de ensino e/ou dos projetos de pesquisa e/ou extensão. A esses fins são convidados especialistas para cada demanda em concreto;

c) reuniões de trabalho: acontecem a fim de preparar a participação em um determinado evento ou atividade previamente agendada, como por exemplo, reuniões preparatórias do SULPET ou do ENAPET, ou seleção de novos bolsistas, a fim de discutir os posicionamentos ético-acadêmicos do grupo;

d) treinamentos na área de informática: realizados pelos bolsistas mais experientes na área a fim de ampliar a formação do grupo, e ao mesmo tempo, qualificar as demais atividades, entre elas a reformulação da homepage do PET/SSO;

e) auto-avaliações periódicas: realizadas a fim de manter a qualidade das atividades e o comprometimento dos bolsistas e da tutora com os objetivos do programa;

f) participação na organização de eventos próprios do Curso de Graduação em Serviço Social: como a Semana Acadêmica ou a Semana do Assistente Social juntamente com a Coordenação do Curso a Chefia do Departamento de Serviço Social e o Centro Acadêmico do Curso se tornam momentos de aprendizado e de interação direta com outras instâncias acadêmicas e administrativas da Universidade;

g) participação/divulgação de bancas de defesa de Mestrado e Doutorado: os bolsistas assistem regularmente a bancas de defesa de dissertações de mestrado e/ou teses de doutorado nas áreas de conhecimento mais próximas aos seus interesses de pesquisa. Assim também se pretende a divulgação junto à comunidade acadêmica das defesas nas diversas temáticas das ciências sociais. As duas atividades visam ampliar os conhecimentos e incentivar a continuidade da formação em nível de pós-graduação;

h) organização de ciclos de cine debate: trata-se do projeto CinePET, com exibição de filmes seguido de debate coordenado por profissional especialista na temática, com o objetivo de incentivar a discussão sobre assuntos que dizem respeito a questão social, seja no âmbito do Brasil, da América Latina e do mundo;

i) recepção aos calouros: atividade desenvolvida juntamente com a Coordenação do Curso a Chefia do Departamento de Serviço Social e o Centro Acadêmico do Curso no início de cada semestre letivo consiste em apresentação aos calouros do Programa de Educação Tutorial e convite a participar das atividades organizadas pelo grupo.

j) apoio à disciplina Seminários Temáticos e Atividades Complementares: a disciplina Seminários Temáticos e Atividades Complementares é parte do currículo obrigatório do Curso de Serviço Social da UFSC, e consiste na participação em eventos científicos por parte dos estudantes com posterior realização dos respectivos relatórios. A atividade tem por finalidade a divulgação junto aos estudantes matriculados a cada semestre da metodologia da disciplina assim como de eventos que reúnam as características necessárias para corresponder aos objetivos da mesma;

k) atualização do acervo bibliográfico: com o aprimoramento das atividades de pesquisa do grupo se tornou preocupação permanente a atualização continuada do acervo bibliográfico localizado na sala do PET e adquirido na sua quase totalidade com fundos do Programa. O acervo encontra-se a disposição para consulta dos alunos do Curso de Serviço Social, tornando se mais um benefício para a comunidade acadé-

mica:

l) mural: o mural do PET se encontra localizado no bloco de salas de aula utilizado pelo Curso de Serviço Social e tem como objetivo divulgar eventos científicos que contribuam com a formação acadêmica, ética e cidadã dos estudantes, e ao mesmo tempo divulgar atividades e produções bibliográficas próprias do grupo:

m) seleção de novos bolsistas: o processo de seleção de novos bolsistas (cronograma, divulgação, metodologia, textos sugeridos para a leitura que subsidiem a avaliação escrita, dinâmica a ser aplicada, etc) é proposto ao grupo por uma comissão constituída a tais fins;

n) seminários sobre acesso com diversidade socio-econômica e étnico-racial na Universidade: os Seminários têm por objetivo aprofundar a discussão sobre as questões relativas ao acesso e permanência, através de processo vestibular, de grupos historicamente discriminados

o) seminários sobre intercâmbio e mobilidade estudantil: organizados com o objetivo de além de informar incentivar essa possibilidade de aprimoramento da formação acadêmica

p) Viagens de estudos. De todas as atividades de ensino realizadas pelo grupo merece destaque especial a que se refere às viagens de estudos a assentamentos e cooperativas do Movimento dos Trabalhadores sem Terra do Oeste Catarinense (Dionísio Cerqueira e São Miguel do Oeste) em 2002, 2005 e 2007.

As viagens tiveram por objetivo observar empreendimentos cooperativos do MST, em especial a Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste - COOPERUNIÃO, originada no Assentamento Conquista da Fronteira, localizado em Dionísio Cerqueira, região do Extremo Oeste de Santa Catarina. O assentamento foi constituído em 1988, com uma área de 1198,24ha, comportando um total de 60 famílias, sendo 25 famílias oriundas de Dionísio Cerqueira e 35 famílias ligas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST: O cooperativismo permeia todas as relações do assentamento, políticas, culturais, sociais, econômicas, não há privilégios de um núcleo, ou de uma comissão da cooperativa em detrimento das demais, há sempre uma equivalência entre todas as áreas - neste sentido, os cursos de capacitação política são fundamentais. O regime de trabalho é coletivo, tendo os homens adultos uma jornada de 8h/dia.

A remuneração é proporcional às horas de trabalho produtivo, não há casos de assalariamento no grupo, há até um caso peculiar de um dos cooperados que exerce a função de vereador de Dionísio Cerqueira, mas a seu rendimento é equivalente ao dos cooperados, sendo que o seu salário de vereador é transferido a cooperativa como ganhos adicionais. A contratação de mão-de-obra externa só é utilizada em casos específicos de construção de casas, galpões, sempre sendo trabalho de caráter temporário. A valorização do trabalho doméstica das mulheres ainda é um obstáculo a ser vencido, há um conflito entre o reconhecimento da importância da atividade e a dificuldade de mensurar a renda equivalente, já que o seu produto não é passível de comercialização.

A capacitação dos assentados através de cursos políticos e técnico-econômicos vêm sendo utilizado para uma equalização dos membros, a fim de aumentar a possi-

bilidade de alocação técnica e diminuir os conflitos existentes em torno do trabalho.

No início o objetivo do assentamento era suprir as necessidades básicas do grupo, e caso fosse obtido, o excedente seria comercializado para complementar a subsistência do grupo. Com a obtenção de crédito, e a inversão de parte desse excedente em equipamentos de produção, foi possível obter um aumento da produtividade e gerar assim maiores ganhos de escala. Através desses ganhos, foi possível inverter também em equipamentos de beneficiamento, como a instalação de um frigorífico. O beneficiamento dos produtos agrícolas é o último estágio de produção que os cooperados buscaram alcançar, sendo que no início a comercialização destes produtos, como a erva-mate, se dava pela troca direta de matéria bruta, pela erva-mate beneficiada. A associação com outras empresas também demonstrou ser como um fator importante para o processo produtivo, pois garante a compra antecipada da produção, e se caracteriza como uma das principais fontes de financiamento.

## **PESQUISA**

As temáticas abordadas nas diferentes pesquisas são adequadas ao objeto de estudo do Serviço Social, isto é a questão social e as suas manifestações na contemporaneidade. Os benefícios de realizar atividades de pesquisa para os bolsistas se referem à iniciação científica que de fato se oportuniza, ao respeito da comunidade acadêmica do curso acreditamos que a publicação dos resultados se coloca certamente como incentivo à pesquisa. Alguns dos temas abordados ao longo do percurso do grupo foram: criança e adolescente, relações de gênero, homoafetividade, violência, economia solidária, meio ambiente, saúde pública, educação, desigualdades sócio-econômicas regionais em América Latina, movimentos sociais, política social, transformações no mundo do trabalho, dentre outras.

Entre os anos 2004 e 2005 o grupo realizou coletivamente pesquisa sobre o perfil sócio-cultural dos estudantes do curso de graduação em Serviço Social da UFSC, levantando dados sobre: perfil sócio-demográfico, nível sócio-econômico, grau de instrução.

Os resultados da pesquisa, socializados com a comunidade acadêmica, se constituem em elementos fundamentais para a avaliação do Curso e o aprimoramento do projeto político pedagógico.

## **EXTENSÃO**

As atividades de extensão se inserem nas temáticas e pressupostos teóricos das demais atividades planejadas, tal e como se exprime na apresentação realizada a continuação do projeto desenvolvido junto a comunidade do Morro da penitenciária em 2004, e que obteve financiamento da UFSC através do Programa Pró-Extensão

Em 2003 o grupo desenvolveu junto com outros grupos PET da UFSC, atividades de extensão junto a comunidade do Morro da Penitência, como resultado do qual surgiu o projeto: Expansão de democracia e formas alternativas de produção. Curso de capacitação em economia solidária, com o objetivo de difundir na comunidade do Morro da Penitenciária, localizada na região do Maciço Central da cidade de Floria-

nópolis, a discussão sobre a possibilidade concreta de formas de produção norteadas pela economia solidária como alternativas que permitem a expansão dos princípios democráticos de organização social. Para atender a atividade foram considerados quatro objetivos específicos desenvolvidos na forma de um curso, estes foram:

- a) Caracterizar o mundo do trabalho dos moradores;
- b) Pesquisar as habilidades específicas dos futuros produtores;
- c) Informar sobre as questões jurídicas e técnicas envolvidas no trabalho solidário:
- d) Delimitar a viabilidade econômica através de estudos de mercado - de empreendimentos solidários concretos;
- e) Capacitar o grupo para planejar e desenvolver um empreendimento solidário.

As atividades do curso foram divididas em encontros com o grupo (quinze mulheres da comunidade), realizados aos sábados no período da tarde, no local onde funcionava na época uma escola de alfabetização de adultos. Cada encontro era iniciado com uma dinâmica que descontraísse e favorecesse a reflexão sobre os valores de solidariedade e cooperação, e encerrava com lanche coletivo realizado no mesmo local, momento privilegiado de descontração e troca de experiências.

Todo o processo foi norteado pelo princípio de que a participação tem um efeito educativo para a democracia, quanto mais os cidadãos se encontram em situações participativas mais se fortalece a compreensão da necessidade da ampliação dessa participação política e econômica para afirmar a cidadania diminuindo as desigualdades.

Os encontros começavam com a apresentação da temática que correspondesse segundo o planejamento do curso: os princípios de uma cooperativa, o levantamento de dados sobre o perfil dos futuros cooperados, os métodos de comercialização, o estudo de mercado, relatos de experiências bem sucedidas de cooperativas de Florianópolis e Região, etc. Com este projeto buscávamos inserir um debate entre os moradores para que os mesmos buscassem a melhor estratégia de ação, e pudessem planejá-la de acordo com as suas possibilidades.

Depois das exposições sobre a temática do dia, era comum que o espaço fosse aproveitado pelas mulheres para discutir alguns problemas do cotidiano comunitário, com o fim de realizar projetos e reivindicações. O fato não deixou de produzir externalidades positivas para a formação de um grupo consciente do ideário cooperativo, pois uma faceta importante dos sistemas alternativos de produção é a de estes não serem nunca exclusivamente de natureza econômica. Eles mobilizam recursos sociais e culturais que tornam as ligações intertemáticas uma condição necessária para o seu Sucesso (CES, 2006).

A comunidade do Morro da Penitenciária se localiza no Bairro da Trindade, na encosta leste do Morro da Cruz A ocupação irregular do local que deu origem a atual comunidade, teve lugar ao longo da década de 70 e 80, maiormente por famílias que migraram do oeste catarinense. Trata-se de um setor social subalternizado pela falta de emprego, pela falta de condições de saneamento básico, pela falta de água e luz fornecidas legalmente, e pela violência, geralmente vinculada ao tráfico,

A observação participante das atividades comunitárias mais relevantes, duran-

te o desenvolvimento do curso de capacitação em economia solidária, tiveram como foco os seguintes aspectos a relação com as lideranças políticas: a) relação com as lideranças políticas. b) relação com as lideranças religiosas. Nos dois casos buscando delimitar nos discursos e nas práticas as concepções que a comunidade possui sobre o direito, à democracia, justiça, representação política, a fim de avaliar as possibilidades concretas de sucesso de um empreendimento cooperativo na comunidade.

Nossas análises trazem à tona certas características da cultura popular que identificamos como elementos conservadores da mesma que se colocariam como freios tanto ao desenvolvimento de processos democratizadores, quanto a possibilidades de empreendimentos de economia solidária.

A concepção de mundo a qual tivemos acesso durante a pesquisa nos trouxe uma visão de justiça individualista, uma visão de direito vinculado às relações de clientela e de paternalismo, uma visão de representação política vinculada a obtenção de benefícios particulares, e finalmente uma visão de democracia distorcida.

Em relação aos objetivos propostos no início do projeto de extensão, podemos dizer que:

No que se refere ao objetivo geral foi alcançado, no momento das atividades em que houve difusão através da informação e a instalação de discussão sobre os princípios básicos da economia solidária. Enquanto os objetivos específicos, alguns foram atingidos satisfatoriamente, foi caracterizado o mundo do trabalho dos moradores; foram pesquisadas as habilidades específicas dos futuros produtores; foram realizadas as informações sobre as questões jurídicas e técnicas envolvidas no trabalho solidário.

Em relação ao objetivo de delimitar a viabilidade econômica - através de estudo de mercado - de empreendimentos solidários concretos, devemos salientar que, foi atingido parcialmente, pois os participantes não contavam com a autonomia suficiente, entendendo aqui, autonomia a capacidade de autodeterminação, para decidir e avançar na direção da realização concreta de um empreendimento solidário. Não conseguiram se decidir a sair da comunidade para buscar o mercado de forma autônoma.

Em relação ao objetivo de capacitar o grupo para planejar e desenvolver um empreendimento solidário, também salientamos que não foi possível atingi-lo inteiramente, devido aos obstáculos representadas pelas relações de paternalismo e clientelismo presentes na cultura política do grupo, que dificultaram o desenvolvimento das capacidades de autodeterminação já mencionadas.

O desenvolvimento do projeto permitiu concluir que em espaços culturalmente conservadores nos quais predominam no cotidiano as relações clientelistas, paternalistas e até certo ponto autoritárias, as possibilidades de sucesso de empreendimentos de economia solidária se encontram fragilizadas.

Como já citado anteriormente, estas alternativas de produção transpassam a esfera econômica. Estes elementos fragilizadores das experiências de empreendimentos solidários são assinalados na apresentação da trajetória da Cáritas Brasileira nesta área, na ocasião de referir-se aos obstáculos mais frequentes detectados: “presença, em muitos casos, de uma cultura política baseada em um perfil de liderança, cen-

tralista e autoritária, ora alinhada aos interesses clientelistas/eleitores locais ora submetida por falta de uma proposta alternativa. (ANDRADE BERTUCCI, 60, 2003)

Trata-se de uma constatação permanente quando se trata de projetos que pretendem transformações sociais democráticas e democratizadoras em espaços culturalmente conservadores.

O trabalho nos permitiu constatar a necessidade de avançar nas reflexões e análises sobre a cultura popular, suas características, suas potencialidades transformadoras e as suas relações com a economia solidária. Como assim também e consequentemente, na urgência de políticas públicas que objetivam a mudança dos elementos conservadores (clientelista, paternalismo, patrimonialismo, autoritarismo) dessa cultura que travam possíveis transformações democráticas, e ao mesmo tempo a potencialização dos elementos progressistas presentes nessa mesma cultura (cooperação, solidariedade, sensibilidade ética e estética), que favorecem os processos democratizadores, entre os quais contamos os empreendimentos solidários.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A crise da universidade pública seja pela sua perda de prioridade nas políticas públicas do Estado, seja pelo processo de mercadorização em que se encontra submersa, é um fato incontestável que vem sendo vastamente analisado (Santos, 1997, 2005).

Ainda assim, não podemos deixar de afirmar que a universidade uma instituição social diferenciada e definida por sua autonomia intelectual e que como tal pode relacionar-se com a sociedade e como Estado de maneira conflituosa, dividindo-se internamente entre os que são favoráveis e os que são contrários a maneira como a sociedade e o Estado reforçam a exclusão social freiam as suas possibilidades democráticas (Chauí, 2003, p. 24).

Na direção dessas mesmas análises Marilena Chauí (2001) assinala a presença na universidade de duas vocações: a vocação política e a vocação científica, correspondendo cada uma delas aos termos do binômio saber poder e em outro registro ao de conhecimento- cidadania.

Quando a universidade assume explícita e publicamente a articulação entre o saber e o poder como algo que a define internamente oferece, segundo Chauí, a fase luminosa das duas vocações. Quando, pelo contrário, a articulação responde a reprodução sociopolítica e a formação de um grupo social específico-intelectuais orgânicos da classe dominante tende a oferecer a fase sombria a articulação tácita ou até secreta do saber e do poder, obliterando os seus próprios conflitos internos.

Porém, por mais que se trate de esconder o conflito, ainda assim “a universidade é uma instituição social, e nessa qualidade, ela exprime no seu interior a realidade social das divisões, das diferenças e dos conflitos. (...) Ela periodicamente opera com eles, mas ela se recusa, em nome da sua suposta vocação científica, a aceitar o que é a marca do Ocidente: a impossibilidade de separar conhecimento e poder” (Chauí, 2001, p. 120).

É nesse conflito interno que marca necessariamente a vida universitária hoje



que se abrem os nossos maiores desafios. Por um lado, como atores sociais envolvidos na definição e rumos da política universitária nos termos da crise já definida, comprometidos com o caráter de direito universal da educação superior pública. Por outro lado, como atores sociais responsáveis pela formação de profissionais que deverão tornar-se, ao longo do processo de ensino-aprendizado, transformadores sociais dentro de um projeto de radicalização da democracia (Laclau-Mouffe, 1987).

A formação desses profissionais/transformadores sociais dentro do projeto do serviço social no Brasil abrange - como assinala NETTO (1999) - duas dimensões: uma dimensão política, que defende a equidade e a justiça social, a universalização do acesso a bens e serviços relativos às políticas sociais, a ampliação e consolidação da cidadania. E uma segunda dimensão que implica o compromisso com a competência e que tem como base o aprimoramento intelectual.

O Programa de Educação Tutorial do Curso de Serviço Social é perpassado pelas discussões e conflitos da vida universitária ao tempo que reafirma nas suas práticas o comprometimento com o caráter de direito universal da educação superior pública.

## **REFERÊNCIAS**

ANDRADE BERTUCCI, Ademar de; SILVA, Roberto M. A. da (Org.). Vinte anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas Brasileiras dos PACs à EPS. Brasília: Cáritas, 2003.

CES - Centro de Estudos Sociais. Reinvenção da Emancipação Social. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/emancipa/pt/themes/index.html#producao>. Acesso em: 16 de agosto de 2006.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. In: Revista Brasileira de Educação. Set-Dez, número 24, pp. 5-15. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2003.

\_\_\_\_\_. Escritos sobre a universidade. São Paulo: UNESP, 2001.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia. Madrid: Siglo XXI, 1987.

NETO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: Cadernos de Capacitação em Serviço Social. Módulo 1. Brasília: CEAD, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza, Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI. Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1997.

# **GESTÃO E PLANEJAMENTO: O PROJETO DE COMEMORAÇÃO AOS 30 ANOS DO GRUPO PET SERVIÇO SOCIAL DA UFSC DESENVOLVIDO PELA COMISSÃO DE SECRETARIA**

**Claudia Burgos da Silva<sup>1</sup>**

**Eduardo Lima<sup>2</sup>**

**Gisela Júlia Moraes Willwock<sup>3</sup>**

**Mariene Rocha da Silva<sup>4</sup>**

**Mariana Pfeifer Machado<sup>5</sup>**

## **RESUMO**

O presente trabalho visa socializar a elaboração e a execução do projeto que vem sendo desenvolvido em comemoração aos 30 anos do Programa de Educação Tutorial em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PET|SSO - UFSC), que ocorrerá em 2022. Evidencia a importância do planejamento e da gestão do Grupo PET, ao contemplar o percurso das atividades efetuadas durante o ano de 2021, sobretudo da Comissão de Secretaria, a qual se dedicou, principalmente, ao levantamento documental e contato de petianes egressos/as, além da esquematização de um e-book comemorativo para a reconstrução destes 30 anos de luta e resistência de um dos primeiros Grupos PET da UFSC.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino, pesquisa e extensão. Gestão e Planejamento. Programa de Educa-

1 Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Especialista em Serviço Social no Sócio-jurídico e a Atuação do Profissional no Sistema de Garantia de Direitos: Fundamentos teórico-metodológicos, assessoria, perícia e gestão. Realiza Residência Integrada Multiprofissional em Saúde no Hospital Universitário da UFSC/Ebserh. Ex-bolsista do PET Serviço Social da UFSC. e-mail: claudia.burgos.sso@gmail.com

2 Graduando do Curso de Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET Serviço Social - UFSC. Membro do Grupo de Pesquisa Educação, Direitos Humanos e Interseccionalidades - GPEDHI/Unipampa. e-mail: elima2929@gmail.com

3 Graduanda do Curso de Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Ex-bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET Serviço Social - UFSC. Integrante do Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e Família - NECAD UFSC. e-mail: giselajmwillwock@gmail.com

4 Graduanda do Curso de Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET Serviço Social - UFSC. Integrante do Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e Família - NECAD UFSC. e-mail: rochamarieneo4@gmail.com

5 Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná, Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduada em Serviço Social pela UFSC. Docente do Departamento de Serviço Social UFSC. Ex-tutora do PET/Serviço Social da UFSC. E-mail: profa.marianapfeifer@gmail.com

## **INTRODUÇÃO**

O Programa de Educação Tutorial em Serviço Social (PET|SSO), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é um dos primeiros Grupos PET da UFSC, implantado em 1992, pela Professora Dra. Catarina Maria Schmikler (in memorian). Ainda construindo sua história, somos mais de sete tutoras e 110 petianes egressos/as, entre bolsistas e voluntários/as. No decorrer do tempo, o PET tem se aperfeiçoado, estabelecendo uma estrutura com variadas ações e as mais diferentes estratégias de gestão e planejamento.

Em concordância com o tripé ensino-pesquisa-extensão, atualmente o Grupo divide-se em 16 comissões, assim organizadas: 1. Ensino: com Viagem de Estudos e Visitas Técnicas, Seminário de Integração do Curso de Graduação em Serviço Social da UFSC, PET Convida, Apresentação do PET|SSO aos Calouros, Atividades Formativas Complementares, Revista Pindorama: O Serviço Social em Destaque; 2. Pesquisa: com projetos de pesquisa temáticos, de acordo com os interesses dos petianes, os quais, atualmente, são voltados às linhas de habitação, raça, criança e adolescente, etnocídio dos povos originários e Serviço Social; 3. Extensão: com Articulação e Assessoria a Movimentos Sociais, Instituições Sociais e Comunidades, e; 4. Atividades Intrínsecas ao PET|SSO: com Reuniões Técnicas, Secretaria, Comunicação, InterPET e Seleção de Novos/as Bolsistas.

Para fins deste trabalho, socializaremos as etapas de vivência teórico-prática de planejamento e gestão que vem sendo realizadas pela Comissão de Secretaria do Grupo no que tange ao projeto atualmente em desenvolvimento voltado ao resgate histórico do Grupo, com o objetivo de construir ações de comemoração aos 30 anos do PET|SSO - UFSC. Tais procedimentos têm como referencial as concepções de planejamento social de Baptista (2015). Logo, este trabalho apontará o processo de elaboração, execução e avaliação do referido projeto.

## **METODOLOGIA**

O projeto “30 anos do PET|SSO” emanou de uma proposta da atual tutora, Professora Dra. Mariana Pfeifer Machado, cujo objetivo é estabelecer uma relação teórico-prática de planejamento e gestão para resgatar a história do Grupo PET|SSO, de modo a ressaltar a importância dos sujeitos, de registros, sistematizações e promover a publicização e o correto armazenamento dos registros históricos das atividades do Grupo, para o fortalecimento do Programa e seu futuro. Visando otimizar e atender a demanda, a metodologia abarcou as seguintes fases: a) aferição da realidade documental; b) delineamento de possíveis ações a serem realizadas tendo em vista os achados, de forma a apreender as condições objetivas do material coletado; c) momento de praticar as decisões; d) controle das ações realizadas, e; e) a avaliação formativa, entendendo que a avaliação final se dará apenas em 2022 após a conclusão do projeto. Cabe ressaltar que trabalharemos com o conceito de avaliação formativa de Whorthen (2004) que entende que o processo de avaliação processual acontece durante o

processo de ensino-aprendizagem e planejamento de um projeto. É importante para a realização de possíveis reparos paralelos durante o planejamento, assegurando um resultado efetivo e eficaz.

Posteriormente, deliberamos quais as possíveis atividades a serem efetuadas em 2022 alusivas a comemoração. Dentre as escolhidas, por enquanto, estão a publicação de um e-book, um dossiê para a Revista Pindorama: o Serviço Social em Destaque e um relatório específico do projeto “30 anos do PET|SSO”. Além disso, está sendo elaborado um selo comemorativo, unindo as identidades visuais utilizadas pelo grupo ao longo de sua história. De modo a supervisionar o andamento destas propostas, a Comissão de Secretaria faz reuniões semanais.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A Comissão de Secretaria do PET|SSO da UFSC é a que vem desenvolvendo o projeto “30 anos do PET|SSO”. A comissão é de suma importância ao Grupo, pois é um instrumento de organização dos processos de trabalho desenvolvidos, responsável pela parte documental e organizacional relacionada ao Grupo e todos os seus projetos de ensino, pesquisa e extensão. Dentre suas atribuições está o registro, a sistematização, organização e o armazenamento dos documentos que legitimem a funcionalidade do Grupo. Desde 2018, a Comissão de Secretaria já vem realizando a importante tarefa de organização da documentação do Grupo que, desde então, encontrava-se dispersa e havia dificuldades para localizar registros e informações.

Desta maneira, a Comissão se apresenta para prevenir circunstâncias não projetadas, manuseando os recursos e considerando a realidade, de acordo com a afirmação de Filho e Gurgel (2016, p. 212), “O conhecimento sobre a realidade deve ser produzido como uma totalidade dinâmica, aberta e contraditória de condições objetivas que interferem na ação humana que simultaneamente incide sobre as condições objetivas dadas [...]”, ou seja, as decisões sobre as ações deverão ser tomadas a partir da investigação do contexto social posto.

Cabendo à academia preparar os/as estudantes rumo à vida profissional, o PET|SSO, baseado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, pretende também contribuir com a formação político-organizativa e técnico-operativa dos/as alunos/as para o mundo do trabalho no Serviço Social, oportunizando a vivência de um processo formativo completo.

Vale ressaltar que, conforme Lewgoy (2010, p. 151)

Fundamentos teóricos, metodológicos, históricos, éticos e políticos, atrelados à aquisição de novos saberes, têm como parâmetros e princípios os fundamentos ético-políticos do projeto profissional na articulação entre as três dimensões (ético-política, teórico-metodológica, técnico-operativa), as quais, imbricadas, materializam a atividade profissional. Esse processo exige que se rompa com a atividade burocrática e rotineira, a fim de assumir a ação de um exercício profissional que exige competência para propor e negociar projetos e qualificar o exercício profissional, isto é, apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades

passíveis de serem impulsionadas pelo profissional.

Assim, com o intuito de conhecer a trajetória destes 30 anos, se fez necessário resgatar materiais pré-existentes, compreendendo não somente o valor neles constituído, mas também a conjuntura em que foram construídos. Ou seja, se fez imprescindível conhecer a realidade para traçar um projeto coerente e inclusivo, contemplando o máximo de petianes egressos/as e suas respectivas tutoras.

A equipe optou por um levantamento documental e de informações que está sendo exposto no site institucional do PET|SSO no qual está sendo construído um memorial, local dedicado às questões históricas do Grupo, onde consta um painel com os nomes tanto de petianes egressos quanto das tutoras, blogs anteriormente utilizados, logotipos anteriores, um mural que reúne fotos e elementos de 1992 à 2014, assim como foram compilados no site os documentos de planejamento anual e relatório de atividades.

Também foi realizado pela atual tutora um contato com as tutoras anteriores, sendo uma delas já aposentada, para resgatar documentos antigos e, até o momento, ainda não foi possível encontrar documentos da época da primeira tutora que fundou o Grupo em 1992, visto que já é falecida.

Os relatórios e/ou planejamento de atividades anteriores ao Sistema de Gestão do Programa de Educação Tutorial (SIGPET) – em que constam dados apenas desde 2012 – que encontramos datam de 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2008, 2009 e 2010, nos quais conseguimos identificar os nomes de alguns egressos, estando ainda faltantes estes documentos de 1992 à 1996, 2002 à 2007 e 2011. Na UFSC igualmente não foram encontrados registros da época de fundação do Grupo, neste sentido, este resgate histórico se coloca como um desafio.

Certamente, faltam ainda muitos nomes dos sujeitos que construíram o Grupo ao longo destes 30 anos. Para complementar a lista de petianes egressos/as, visto que a lista de tutoras já se encontrava integral, nos apropriamos das redes sociais (Instagram e Facebook) do PET|SSO onde foi realizada a divulgação de uma chamada para busca por petianes egressos/as. Esta busca se fez necessária, visto que no SIGPET constam os nomes de petianes e tutoras somente a partir de abril de 2012 e, anterior a esta dada, há registros esparsos na documentação do Grupo.

Conseguimos ainda a parceria de estudantes egressos/as que dispararam o chamado de resgate de egressos em seus grupos de turma no WhatsApp. Com o e-mail acessível e as redes sociais disponíveis através da divulgação, fomos contatados por diversos/as petianes egressos/as, munidos/as de fotos, documentos e indicações de outros/as petianes. Assim, a lista do site institucional, anteriormente com 87 nomes, atingiu 110, os quais, alguns ainda sem contatos. Assim, a Comissão de Secretaria se propôs a procurar, individualmente, via redes sociais ou Google, para entrar em contato direto e solicitar o endereço de e-mail.

A ideia é compartilhar o formulário elaborado pela Secretaria para a coleta de dados assim como convidá-los/as a publicar em nosso “PETbook: o Serviço Social em Debate”, que constitui uma das atividades alusivas, com textos que abordem proje-

tos, estudos, pesquisas e/ou trabalhos desenvolvidos durante a graduação ou no PET|SSO, bem como produzidos atualmente, enquanto estudantes, pesquisadores/as ou profissionais.

Salienta-se que o propósito é, principalmente, manter vínculos entre todos/as petianes, fazendo com que, ao prestigiar a comemoração aos 30 anos do PET|SSO, todos/as se sintam parte desta história de luta e resistência.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Destaca-se a relevância da educação tutorial no período acadêmico para a formação dos/as estudantes, como também suas contribuições para toda a comunidade, dentro e fora da academia. As atividades proporcionadas pelo PET oferecem para os/as petianes aprendizados únicos de trabalho conjunto, da constante qualificação profissional, de ações específicas de suas respectivas futuras profissões.

O PET Serviço Social da UFSC traz como atividade de gestão e planejamento a Comissão de Secretaria, proporcionando uma aproximação dos/as estudantes com dimensões político-organizativa e técnico-operativa da gestão institucional e, na sua atividade de resgate dos 30 anos do Grupo presente no curso, realça o ensino, a pesquisa e a extensão há muito tempo evidente, em uma história de luta e resistência, na busca por uma melhor Universidade, pública e de qualidade.

## **REFERÊNCIA**

BAPTISTA, M. V. Planejamento social: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras, 2015.

FILHO, R. S. GURGEL, C. Gestão democrática e Serviço Social: princípios e propostas para a intervenção crítica. São Paulo: Cortez, 2016. (Biblioteca Básica do Serviço Social, V. 7) (capítulo 4, p. 195-233)

LEWGOY, A. M. B. Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

A materialidade desse e-book reflete os 30 anos de histórias, memórias, aprendizados, afetos e uma diversidade de projetos voltados para o ensino, pesquisa e extensão. Nele consta um legado que transcende suas páginas e sua temporalidade histórica. As diversas atividades realizadas pelo programa, para as quais contribuíram diversos sujeitos, foram fundamentais para o aprimoramento da formação profissional de alunos/as da graduação, de profissionais e daqueles que seguiram a pós-graduação e também destes os que seguiram a carreira docente. O PET Serviço Social da UFSC também representou um trabalho significativo nas interrelações com a sociedade em geral em âmbito municipal, estadual, nacional e até mesmo internacional.

Esse e-book apresenta assim parte da história e da importância desse Programa que foi construído, desde seus projetos iniciais com o primoroso trabalho da Profa. Catarina Maria Schmickler e demais integrantes na década de 1990 até a atualidade, com o empenho, a dedicação e a socialização de saberes e trocas entre diferentes sujeitos que contribuíram para esta história. A construção coletiva do Programa encontra-se refletida na sua organização ao longo do tempo, nos seus projetos, nos resultados de pesquisas desenvolvidas, nas publicações, no impacto de suas ações, nos mais diversos aprendizados que perpassam seu âmbito e que também o extrapolam.

Ao rememorarmos suas históricas contribuições, gostaríamos de agradecer aos integrantes e colaboradores da Universidade Federal de Santa Catarina e a toda a sociedade pela construção e pela oportunidade de também contribuirmos com essa história que se reflete nas experiências e na vida acadêmica de muitos estudantes, docentes e outros sujeitos. Agradecemos ainda, a todos os docentes do Departamento de Serviço Social da UFSC e demais colaboradores, especialmente às 08 professoras tutoras que se dedicaram a esse programa e aos diversos/as estudantes que hoje ocupam os mais distintos espaços na sociedade.

Ao brindarmos esses 30 anos, compreendemos que os desafios permanecem e encontram-se envoltos na atualidade por uma conjuntura brasileira marcada por avanços da perspectiva neoliberal e conservadora. É ao findar destas páginas e no constante construir dessa história que convidamos todos/as aqueles/aquelas que se sentirem imbricados com ela a se engajarem nas lutas, desafios e conquistas pelo reconhecimento e pela permanência de programas como o PET. Este que em sua história passou por diferentes experiências de resistências e conquistas que fizeram a diferença na vida e na formação de milhares de estudantes. Desejamos que nos próximos 30 anos sigamos firmes, na defesa do nosso projeto ético-político profissional e pela valorização de uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Muito obrigado a você caro/a leitor/a que nos acompanhou até aqui, e você ex-petiano e ex-petiana, ex-tutora ou colaborador/a, é graças a você que o PET SSO hoje se estrutura assim, pois O PET RESISTE, POR ISSO ELE EXISTE.

**Profa. Dra. Sirlândia Schappo**  
Tutora e Ex-bolsista do PET Serviço Social da UFSC

**Mariene Rocha da Silva**  
Bolsista do PET Serviço Social da UFSC

**Eduardo Lima**  
Bolsista do PET Serviço Social da UFSC